



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

ELIELDA APARECIDA CARVALHO BUENO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS:
O CASO DA REGIÃO NORTE – 2000 A 2015

GOIÂNIA

2019

ELIELDA APARECIDA CARVALHO BUENO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS:
O CASO DA REGIÃO NORTE – 2000 A 2015

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa

GOIÂNIA

2019

B928d Bueno, Elielda Aparecida Carvalho
Desenvolvimento regional em Goiás : o caso da Região
Norte, 2000-2015 / Elielda Aparecida Carvalho Bueno.--
2019.

117 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Goiânia, 2019
Inclui referências: f. 102-106

1. Planejamento regional - Goiás (Estado) - 2000-2015.
 2. Goiás (Estado) - Condições econômicas - 2000-2015.
 3. Disparidades econômicas regionais - Goiás (Estado)
- 2000-2015. I.Pietrafesa, Pedro Araújo. II.Pontifícia
Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - 2019.
- III. Título.

CDU: 338(817.3)(043)

ELIELDA APARECIDA CARVALHO BUENO

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS:
O CASO DA REGIÃO NORTE 2000-2015**

Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendida como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Aprovada em 12/04/2019 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Dr. Pedro Araújo Pietrafesa
Orientador – PUC Goiás



Dr. Marcos Bittar Haddad
Examinador externo - Faculdade Nossa Senhora Aparecida



Dr. Ycarim Melgaço Barbosa
Examinador interno - PUC Goiás

Para...

Meu querido Pai, que infelizmente não está mais entre nós para acompanhar esta conquista. E para minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À minha família, meu esposo Rogério e minha filha Bruna, pela força, paciência, por acreditarem em mim e estarem sempre do meu lado durante todo este tempo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa.

Ao Prof. Dr. Aristides Moysés, professor e também meu primeiro orientador.

À minha queridíssima amiga Leia Bueno, pelas palavras encorajadoras e sensatas sempre dirigidas a mim.

Aos participantes da banca, os Professores Doutores Ycarim Melgaço e Marcos Haddad.

Aos familiares e amigos por algumas ausências.

Aos colegas da turma de 2017.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar os impactos das ações propostas pelo Governo de Goiás para a Região do Norte Goiano, a partir da elaboração do primeiro Plano Plurianual de 2000 - 2004 até o de 2012- 2015, com a finalidade de reduzir os desequilíbrios e as desigualdades regionais, contribuindo para maior integração da região com as demais regiões do estado, minimizando as desigualdades, promovendo o desenvolvimento e melhora na qualidade de vida da população. A Região que sempre teve seu desenvolvimento atrelado às políticas públicas, até a década de 1950, sofria de um isolamento devido à dificuldade de locomoção, praticando uma agricultura de sobrevivência de baixa produtividade. A construção da Belém-Brasília traz dinamismo abrindo fronteiras, ligando a região ao restante do país. No entanto, a região sempre apresentou um desenvolvimento desigual em relação a outras regiões do Estado, uma das dez regiões de planejamento, regionalização adotada pelo Governo de Goiás, para a elaboração das políticas de desenvolvimento regional, definida com critérios homogêneos, possui um território de 59.553,224 km, que corresponde a 17,51% do estado, compõem a região vinte seis municípios em sua maioria de pequeno porte, com 61% destes com população até 10.000 hab. Caracterizada como região de localização privilegiada, por ser cortado por eixos rodoviários importantes do estado, como a Belém-Brasília e a Ferrovia Norte – Sul possui como vocação agropecuária e a mineração. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a pesquisa bibliográfica, levantamento de documentos e análise de dados secundários. Foram observadas melhoras de alguns indicadores, como taxa de analfabetismo, elevação do Índice da Educação Brasileira- IDEB, melhora do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM, aumento da cobertura de rede de esgoto, menor disparidades entre os rendimentos médios mensais da população, representando uma pequena melhora. Mesmo assim, ainda registra-se uma disparidade intrarregional, entre os municípios de pequeno porte, em sua maioria com atividades econômicas pouco dinâmicas, praticando atividade agrícola com baixa utilização tecnológica e pecuária extensiva, tornam-se pouco atrativos para o modelo atual do agronegócio.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Plurianual, Desenvolvimento Regional, Estado de Goiás, Região Norte Goiano.

ABSTRACT

The purpose of this research is to investigate the impacts of the proposed actions, by the Govern of Goiás, to the North Region of this State, from the preparation of the first Plan For the multiannual program 2000-2004 through 2012-2015, with the aim of reduce imbalances and regional inequalities, contributing to the integration of the north region with the other regions of the State, minimizing inequalities, promoting the development and improvement in the quality of life of the population. The development of the North region has always been linked to public policies development until the 1950s and has problems of isolation due to difficulty in locomotion and practicing low productivity. The construction of the Belém-Brasília Road brings dynamism to the region opening borders, linking the region to the rest of the country. However, the region has always uneven development in relation to other regions of the State, and it's one of the ten planning regions according to the regionalization policy adopted by the Government of Goiás, for the improvement of regional development policies. The North Region of Goiás, has a territory of 59,553,224 km, which corresponds to 17.51% of the State, the region comprises twenty-six small municipalities, with 61% of these has a population of up to 10,000 inhabitants. Characterized as a region with nice geographical location because it's on the way of major roads of the State, like the Belém-Brasília Road and the north-south railroad, has agricultural and cattle mining as principal economic activities. For the development of the research, we used bibliographical research, document survey and analysis of secondary data. For better analysis of the economic and social development of the municipalities that make up the region, it's used indicators such as the Municipal Human Development Index-IDMH, Social-IVS Vulnerability, the Municipal Performance Index-IDM, created by the State Government, in addition to the evolution of the Gross Domestic Product-GDP, Income Average Monthly, Agricultural and Mineral production, in the studied period. Were added some indicators, such as illiteracy rate, Index of Brazilian Education - IDEB, improvement of Human Development Index Municipal-IDHM, increased coverage of the sewage network, lower disparities between average monthly income of the population. Even so, there's still an intra-regional disparity among small municipalities, that has economic activities unprofitable, practicing agricultural activity with use of low technological resources and extensive livestock farming, becoming unattractive to the current agribusiness model.

KEY-WORDS: North Region Of Goiás, Regional Development, State of Goiás, Multiyear Plans.

LISTAS DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1- Dimensão Estratégica do PAI | 70 |
| Figura 2- Mapa Rodoviário das BRs em Goiás | 76 |
| Figura 3 - Tripé de Sustentabilidade Econômica | 78 |
| Figura 4 - Distribuição do Fomentar/Produzir -2000-2017 (%) | 93 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Políticas Públicas do Governo Federal em território Goiano -1965- 1977 | 30 |
| Quadro 2 - Plano de Governos do Estado de Goiás-Período de 1961 -2015 | 38 |
| Quadro 3- Diretrizes Estratégicas, Objetivos e Setores Econômicos – PPA 2000-2003. | 49 |
| Quadro 4 - Resumos por Linhas Estratégicas/Recursos para as Regiões Prioritárias | 54 |
| Quadro 5- Eixos/Objetivos e Estratégias Mobilizadoras – PPA 2008 – 2011. | 59 |
| Quadro 6- Distribuição dos Recursos por Macro Objetivos | 66 |
| Quadro 7- Programas do PAI Economia/PAI Polos de Desenvolvimento Regional | 71 |
| Quadro 8- População Estimada/hab. da Região Norte-Ano de 1999 | 77 |
| Quadro 9- Municípios com IDH-M – Alto | 82 |
| Quadro 10– IDEB- Brasil /Goiás | 84 |
| Quadro 11 - Rendimento Médio-Região Norte/Municípios (R\$) | 87 |
| Quadro 12 –Índice de Desenvolvimento Municipal – Região Norte | 94 |
| Quadro 13- IDM/2016 / Municípios com maior índice | 97 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1-Recursos Previstos por Linhas Estratégicas/PPA 2000-2003. Valor (R\$1,00) | 50 |
| Gráfico 2- Linha Estratégica Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional/Previsão Orçamentária por Programas (%) | 50 |
| Gráfico 3- Linha Estratégica Goiás Cidadania com Melhoria na Qualidade de Vida/Previsão Orçamentária por Programas (%) | 51 |
| Gráfico 4- Linha Estratégica Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado/Previsão Orçamentaria por Programas (%) | 52 |
| Gráfico 5- Recursos Previstos por Linha Estratégica-Valor (Em R\$1,00) | 53 |
| Gráfico 6- Despesa Total Liquidadas por Linha Estratégica (%) | 54 |
| Gráfico 7- Participação por Programas /Estratégia Goiás Competitivo e Polo Econômico(%) | 54 |
| Gráfico 8 – Participação dos Programas-Eixo Goiás Cidadania com Melhoria na Qualidade de vida (%) | 57 |
| Gráfico 9- Participação dos Programas/Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado (%) | 57 |
| Gráfico 10 - Despesa Total Liquidada por Linha Estratégica-PPA 2008-2011 | 60 |
| Gráfico 11- Participação por Programas/Eixo Goiás Cidadania e Bem Estar Social (%) | 61 |
| Gráfico 12- Participação por Programas- Goiás Competitivo e Polo Econômico (%) | 63 |
| Gráfico 13- Participação por Programas /Estratégia Goiás Integrado e Sustentável (%) | 64 |
| Gráfico 14- Despesa Liquidada Total por Eixos Estratégicos- PPA 2012-2015 | 67 |
| Gráfico 15 - Participação Por Programas /Eixo Estratégico Radical em Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social | 68 |
| Gráfico 16 – Participação por Programas /Estratégia Revitalização e Ampliação da Infraestrutura | 69 |
| Gráfico 17 - Previsão Orçamentária por Eixo/PPA 2000-20015 | 73 |
| Gráfico 18- Execução Orçamentaria – Participação nos PPAs 2006-2015 | 73 |
| Gráfico 19- Região Norte / Municípios-Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM -2000/2010 | 81 |
| Gráfico 20 - Regiões de Planejamento /Goiás-IDHM -2000/2010 | 82 |
| Gráfico 21- Região Norte/Municípios-Índice de Vulnerabilidade Social – 2000 e 2010 | 83 |
| Gráfico 22- Estado de Goiás – Regiões de Planejamento Participação do N°de Empregos-2004/2011/2015-(%) | 85 |

| | |
|--|----|
| Gráfico 23 – Número de Empregos por Municípios/ Região Norte -2004/2005/2015 | 85 |
| Gráfico 24- Região Norte- Número de Empregos gerados por ramo de atividade - 2001/2011/2015 | 86 |
| Gráfico 25- Produção de Grãos- Regiões de Planejamento/Goiás(t) | 89 |
| Gráfico 26- Produção de Bovinos Regiões de Planejamento/Goiás-2004/2010/2015-(cabeças) | 89 |
| Gráfico 27- Regiões de Planejamento/Estado – Participação na Arrecadação de ICMS- 2000/2010/2016 | 90 |
| Gráfico 28- Regiões de Planejamento/Estado-Participação no Produto Interno Bruto (%) | 91 |
| Gráfico 29- Municípios / Região Norte, com maior Índice de Desempenho Municipal-IDM -2010. | 95 |
| Gráfico 30- Municípios / Região Norte, com maior Índice de Desempenho Municipal - 2012. | 96 |
| Gráfico 31-Municípios / Região Norte, com maior Índice de Desempenho Municipal - 2016. | 96 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1- Regiões Prioritárias de Planejamento – PPA (2000-2003) | 42 |
| Tabela 2- Estratégia Goiás Competitivo e Polo Econômico | 55 |
| Tabela 3- Estratégia Goiás com Melhoria da Qualidade de Vida | 56 |
| Tabela 4- Estratégia Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado | 57 |
| Tabela 5- Estratégias Goiás Cidadania e Bem Estar Social | 61 |
| Tabela 6- Estratégia Goiás Competitivo e Polo Econômico | 62 |
| Tabela 7- Estratégia Goiás Integrado e Sustentável | 63 |
| Tabela 8- Estratégia Radical em Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social | 68 |
| Tabela 9- Estratégia Revitalização e Ampliação da Infraestrutura | 69 |
| Tabela 10 - Percentual de Empresas com Previsão de Investimentos, por atividade em 2013- Programas Fomentar/Produzir | 72 |
| Tabela 11- Crescimento Demográfico | 75 |
| Tabela 12 – ICMS/PIB –Região Norte/Estado de Goiás-Ano Base 2000/2004 | 75 |
| Tabela 13- Produção Mineral- Região Norte (t) | 90 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

EDF- Entorno do Distrito Federal

EUA - Estados Unidos da América

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás

FUNMIERAL – Fundo de Fomento a Mineração

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBM – Instituto Mauro Borges

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira

IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

JK- Juscelino Kubitschek

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

N – Norte

NE – Nordeste Goiano

ONU - Organização das Nações Unidas

PAI – Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PRODUZIR - Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste

RMG – Região Metropolitana de Goiânia

SEGPLAN – Secretaria de Estado Gestão Planejamento e Desenvolvimento de Goiás

SEFAZ/GO- Secretária de Estado da Fazenda de Goiás

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANAS: INFLUÊNCIAS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO E GOIANO. | 18 |
| 1.1 As teorias de desenvolvimento regional: Perroux, Myrdal e Hirschman. | 19 |
| 1.2 As influências do pensamento Cepalino e de Celso Furtado nas Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil. | 24 |
| 1.3 As Políticas de desenvolvimento Regional Brasileiras em Território Goiano | 27 |
| 1.4 O Desenvolvimento Regional em Goiás: A ocupação do norte Goiano | 32 |
| 1.5 AS Regionalizações no Estado de Goiás e o Planejamento. | 36 |
| 2. PLANOS PLURIANUAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS... 45 | 45 |
| 2.1 O Plano de Governo: A Construção do Tempo Novo – I PPA 2000-2003 | 47 |
| 2.2 Plano de Governo: Goiás para o Século XXI-Avançar Mais – II PPA 2004 -2007 | 52 |
| 2.3 Plano de Governo: Goiás, Estado da Qualidade de Vida –III PPA 2008 -2011..... | 1 |
| 2.4 Plano de Governo: Tempo de Mudança - O melhor Futuro para Goiás / IV | 64 |
| PPA 2012 -2015. | 64 |
| 3. A REGIÃO DO NORTE GOIANO | 75 |
| 3.1 Índices Sociais - O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM e o Índice de Vulnerabilidade Social-IVS e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB | 80 |
| 3.2 Trabalho e Renda..... | 84 |
| 3.3 Produção das principais atividades da Região, Arrecadação do ICMS e PIB..... | 88 |
| 3.4 Índices de Desempenho dos Municípios da Região Norte. | 94 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 99 |
| REFERÊNCIAS | 102 |
| ANEXOS | 107 |

INTRODUÇÃO

O título da pesquisa Desenvolvimento Regional em Goiás: o caso da Região Norte – 2000 a 2015 tem como objetivo investigar as ações proposta pelo Governo de Goiás, através da elaboração dos Planos Plurianuais, a partir de 2000, com a finalidade de reduzir os desequilíbrios e as desigualdades regionais, contribuindo para maior integração da região com as demais regiões do estado, minimizando as desigualdades e promovendo o desenvolvimento econômico sustentável e a melhora da qualidade vida da população.

A Região do Norte Goiano, uma das dez regiões de planejamento sempre teve seu desenvolvimento atrelado às políticas de desenvolvimento regional. A partir do Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília, possibilitou a integração da região com o estado de Goiás, provocando modificações na estrutura econômica e incremento da urbanização regional com surgimento de pequenos entrepostos comerciais, ao longo da rodovia, tirando a região do isolamento até então vivido pelas dificuldades de locomoção e comunicação. Com os investimentos em infraestrutura (rodoviária e energia), várias outras rodovias vão ser criadas como: BR-116 hoje BR-050 (Brasília-São Paulo), BR-020 (Brasília- Formosa, sentido Fortaleza), ampliando a fronteira agrícola nacional.

A partir de 1964, com o Golpe Militar, o Estado de direito, busca um novo projeto de desenvolvimento e integração nacional, com forte participação do Estado e do capital estrangeiro, Goiás com sua grande extensão territorial foi diferenciadamente contemplado com diversos programas, segundo Estevam (2004), nos moldes do processo capitalista de acumulação, com industrialização e modernização da agricultura, investimento em equipamentos agrícolas, uso de fertilizantes e produtos químicos. Este novo modelo, denominado mundialmente Revolução Verde, provoca modificações socioeconômicas no território goiano, de forma excludente e desigual entre as diversas regiões do estado.

A partir da década de 1980, o modelo de desenvolvimento intervencionista do Estado, sofre uma ruptura em decorrência da grave crise pela qual passa o Estado Brasileiro, o pensamento neoliberal de estado mínimo ganha força, inicia-se um período de privatizações e redução da ação intervencionista estatal.

Com a Promulgação da Constituição de 1988, dois pontos merecem destaque quanto à questão do desenvolvimento regional, presente seu artigo 3º § 3º erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e o segundo a exigência da elaboração de Planos

Plurianuais, como instrumento de planejamento governamental, de forma regionalizada para o Governo Federal, Estados e Municípios.

A Constituição ainda subdivide o Estado de Goiás, acima do paralelo 13 pelo desdobramento da porção norte, criando o Estado do Tocantins. Com a divisão do Estado e a elaboração do I Plano Plurianual, o Estado de Goiás, sofre nova regionalização, revelando a estrutura desigual do território goiano principalmente entre as regiões ao norte e as regiões do centro-sul. A necessidade de se corrigir as desigualdades espaciais para proporcionar maior desenvolvimento, levou o governo a estabelecer regiões prioritárias de planejamento com objetivos e ações definidas, definindo para a Região Norte ações em infraestrutura de transporte e energia, apoio ao agronegócio e à extração mineral.

Neste contexto, ressaltamos que a região abordada nesta pesquisa é ferramenta de planejamento, analisadas como ação hegemônica, executada pelo Estado interventor, vinculada ao planejamento e a ação com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos a pesquisa bibliográfica, levantamento de documentos e análise de dados. A coleta de dados teve como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Instituto Mauro Borges-IBM e a Secretária de Estado da Fazenda de Goiás –SEFAZ/GO. Para melhor análise econômica e social, dos municípios que compõem a região, apresentamos alguns indicadores como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDMH, Índice de Vulnerabilidade Social-IVS, como estes são censitários ao final vamos analisar o Índice de Desempenho Municipal – IDM, criado pelo Governo do estado, com meta de divulgação bienal, com a finalidade de diagnosticar e comparar a atuação dos municípios e avaliar as políticas públicas, subsidiando assim o planejamento. O Produto Interno Bruto, a renda, a produção agrícola e mineral foram também observados para melhor análise e evolução econômica e social dos municípios da região no período pesquisado.

A pesquisa esta dividida em três capítulos, iniciando pelas Teorias de Aglomeração, com base no conceito de Polos de Crescimento e atração de investimentos como forma de reduzir as desigualdades, Perroux (1967), Myrdal (1968) Hirschman (1958), com influências no pensamento Cepalino, nos estudos de Celso Furtado e na elaboração do Plano de Metas, Juscelino Kubitschek, aplicado principalmente na análise do desenvolvimento desigual entre o sudeste e o nordeste tendo o planejamento centralizado como forma de intervir na região e reduzir as desigualdades. Continuando no primeiro capítulo, analisamos os planos de governo estaduais e suas diversas regionalizações, a partir da década de 1950, como forma de intervir na região, com propostas de políticas e incentivos, com a finalidade reduzir as desigualdades regionais. A análise teórica dos planos estaduais, das regionalizações e das políticas de

desenvolvimento regional brasileiras em território goiano foi fundamentada por autores como: Estevam (2004), Correa (2006), Arrais (2007), Feitoza (2010), Santos (2014), Junior e Gimenez (2011) e Haesbart (2018).

No segundo capítulo, vamos analisar os Planos Plurianuais e as estratégias propostas para a região no período de: 2000-2003, 2004-2007, 2008 -2011 e 2012 -2015, que apesar da elaboração ter como finalidade atender à exigência constitucional, observa-se uma mudança na implementação e na busca de resultados no planejamento das políticas públicas com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social da população. Como a estrutura dos PPAs está centrada nos programas e estratégias serão analisadas as estratégias de desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional e os programas com maior execução orçamentária. Além da análise dos próprios PPAs, utilizamos autores como Silva (2007), Santos (2011), Monteiro Neto (2014), fundamentando a questão do planejamento estatal.

Finalizando o terceiro capítulo analisamos os impactos das ações propostas pelo Governo do estado de Goiás, a partir do PPA 2000 -2003 até 2012 - 2015, para a Região Norte, com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais da região e promover o desenvolvimento, observando a evolução de índices socioeconômicos, crescimento do Produto Interno Bruto, da produção agropecuária e mineral além do rendimento médio mensal. No entanto, a de ressaltar a limitada capacidade que os governos estaduais possuem quanto, a disponibilidade de recursos para investimentos e implementação das políticas regionais, aliado a isso, as políticas de incentivos fiscais adota pelos estados reduzem, ainda mais esta capacidade, além das vinculações de recursos constitucionais.

1. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANAS: INFLUÊNCIAS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO E GOIANO.

Entre o século XIX e o início do século XX, as Teorias Clássicas de Localização são os primeiros estudos na construção da Ciência Regional. Com influência do conceito de livre mercado, diante das imperfeições na distribuição dos fatores de produção, afirmam que o mercado seria suficiente para conduzir o sistema econômico ao equilíbrio. Segundo Brandão (2004, p.29):

[...] em uma superfície homogênea, contínua e plana, realizam-se cálculos que regulariam a eficiência nos deslocamentos dos agentes, medida via custos de transportes. A unidade decisória de ‘uso do solo’, de assentamento, de vantagens locacionais e de proximidade e acessibilidade a bens e infraestruturas, segundo seus gostos e preferências individuais realizaria suas escolhas por espaços/localização. [...] Em um espaço-plataforma homogêneo, dotado de contiguidade, um plano geométrico, cristalizar-se-iam as aglomerações humanas e agrupar-se-iam certas atividades econômicas (destaque do autor).

Como autores e obras clássicas das Teorias de Localização destacamos as contribuições de Von Thüner (1826) com a obra “O Estado Isolado”; Alfred Weber (1909), com o trabalho “Sobre a Localização das Indústrias”; Walter Cristaller (1933), com as obras “Os lugares centrais do sul da Alemanha” e August Lösch (1940), formulou o conceito de hierarquia de áreas de mercado, relacionando a teoria da localização com o equilíbrio econômico no espaço.

Em 1956, Walter Isard propõe uma síntese das teorias da escola clássica da localização, incorporando novas disciplinas à análise da teoria de localização, surgindo ao que se convencionou a chamar *Regional Science*.

Com as consequências da crise de 1929, a necessidade de reconstrução da Europa e do Japão no período pós-guerra, observam-se modificações nos modelos de atuação do Estado, segundo Jesus e Spínola (2015, p. 93):

O fim da Segunda Grande Guerra e o conseqüente processo de reconstrução da Europa e do Japão contribuíram para o abandono dos postulados clássicos *pari passu* à ascensão do pensamento Keynesiano com destaque para do papel do setor público na manutenção da demanda agregada como forma de redução do desemprego e da superação da crise mundial. A década de 1950 fez surgir, também um novo debate: Como as nações podem lançar mão de mecanismo para a superação da pobreza e alcançar o desenvolvimento econômico?

Novas teorias surgem, principalmente a partir da década de 1950, com propostas da melhor maneira de desencadear o desenvolvimento econômico e reduzir as desigualdades, as

Teorias de Aglomeração, “de inspiração marshalliana e keynesiana” (CAVALCANTE, 2008, p. 4). Dentre estas se encontram as obras de: Perroux (1955), “Teoria de Polos de Crescimento”; Myrdal (1957), “Teoria de Causação Circular e Cumulativa”; Hirschman (1958), “Efeitos para Frente e Para Trás”.

Enquanto as teorias clássicas se preocupavam com os custos dos transportes e de mão-de-obra como fator determinante de localização defendendo que o mercado conduziria o sistema econômico ao equilíbrio, as teorias de aglomeração defendiam que o desenvolvimento econômico estava associado ao processo de industrialização e ao planejamento público, “preconizavam um receituário de cunho essencialmente desenvolvimentista, ou seja, atribuíam à industrialização e ao planejamento público centralizado na força motriz do processo de desenvolvimento” (ALMEIDA, 2013, p.4).

As Teorias de Aglomeração, baseadas no conceito de polos de crescimento e na atração de investimentos como formas de reduzir as desigualdades, com forte participação do Estado, que tem papel fundamental de garantir os vultuosos investimentos nas áreas deprimidas, onde a força do processo de desenvolvimento está na industrialização e no planejamento público, vão influenciar vários países pelo mundo entre 1950-1970, tornando-se hegemônicas entre os países periféricos, inclusive no Brasil.

A Teoria dos Polos de crescimento teve grande influência sobre o pensamento latino-americanos nas décadas de 1960 -1970, como importante ferramenta de planejamento no combate às desigualdades.

Na América Latina e no Brasil além das teorias de aglomeração, as políticas de desenvolvimento brasileiras foram fortemente influenciadas pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pelos estudos de Celso Furtado, aplicada principalmente para analisar o desenvolvimento desigual entre as regiões do Sudeste e o Nordeste, baseadas na industrialização em substituição das importações, com medidas protecionistas, créditos subsidiados e investimentos públicos em infraestrutura, defendendo o planejamento centralizado em escala nacional, servindo como inspiração para elaboração por exemplo do Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek.

1.1 As teorias de desenvolvimento regional: Perroux, Myrdal e Hirschman.

Desenvolvimento é a combinação das transformações de ordem mental e social numa população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global (PERROUX, 1967, p. 179).

Observando o desenvolvimento desigual francês, Perroux constata que o crescimento econômico capitalista não implica em equilíbrio, mas em um processo que não surge em todas as partes ao mesmo tempo e com a mesma intensidade, manifestando-se mais em algumas regiões com efeitos e intensidade variáveis, introduzindo a partir de 1950¹ o conceito de Polos de Desenvolvimento. Segundo Cavalcante (2008), partindo da proposta schumpeteriana² do papel desempenhado pelas inovações, Perroux propõe o que denominou de indústrias motrizes. Para Perroux (1967, p.176), a economia nacional em crescimento apresenta-se como:

Uma combinação de conjuntos relativamente activos (indústria motrizes, polos de indústria e de actividades geograficamente concentradas) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas, regiões dependentes dos polos geograficamente concentrados). Os primeiros induzem nos segundos fenómenos de crescimento.

Segundo Perroux (1967, p.192-193), uma unidade econômica, ou uma indústria, é motriz quando sua expansão exerce efeitos em relação a outras unidades com as quais se relaciona com efeitos para cima e para baixo, através do aumento de compra de produtos intermediários e serviços. Perroux admite que estas contratações possam exercer efeitos opostos. A instalação de polos de desenvolvimento provoca desequilíbrios econômicos e sociais, distribui salários e rendimentos, sem aumentar a produção de bens e serviços necessariamente, transferindo mão de obra, inovação técnica, investimentos sem estender vantagem a outros locais. Para que ocorra o desenvolvimento então, é necessária a propagação consciente dos efeitos dos polos de crescimento.

Logo, segundo Lima e Simões (2009), um Polo de Desenvolvimento deve transformar mental e socialmente a população, pois provocam desequilíbrios, em países subdesenvolvidos de economias desarticuladas, o papel do Estado e das Instituições é fundamental para alterar as estruturas nacionais e as taxas de crescimento, evidenciando a necessidade de políticas econômicas, através da execução de planos de desenvolvimento que repercute inclusive culturalmente.

Perroux evidencia aqui a necessidade de políticas econômicas, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico e humano e a cooperação entre regiões ricas e pobres (desenvolvimento recíproco). Peça fundamental destas políticas são os polos de desenvolvimento, localizados dentro ou fora da nação (LIMA & SIMÕES, 2009, p. 9).

¹ Os conceitos básicos de polo de desenvolvimento foram escritos no final da década de 1940 e início de 1950 (DINIZ, 2001).

² “Embora os fatores de aglomeração serem de inspiração marshalliana e desempenhem um papel na elaboração do conceito de polo de crescimento pelo economista François Perroux (1903-1987), é sem dúvida da natureza schumpeteriana sua principal influência” (CAVALCANTE, 2008, p.14).

Segundo Cavalcante (2008, p.14):

Os polos de crescimento pode, inclusive, resultar de ‘um estímulo do Estado sob forma de subvenção, por exemplo, no caso de haver hesitação ou lentidão por parte das indústrias motrizes’, estão dadas as condições para a reconstituição de grande parte das políticas de desenvolvimento local implementadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento a partir da década de 1950, contenham ou não referências diretas às ideias de Perroux.

Para Myrdal, a ideia de tendência da auto-estabilização no sistema social não ocorre pois,[...] “o jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais” (MYRDAL,1968, p.51), necessitando de uma política intervencionista. Algumas regiões, privilegiadas³ por condições naturais para as atividades econômicas, atraem mão de obra de outras partes do país, aumentando a procura, a renda, a poupança, impulsionando os investimentos. Ao contrário nas regiões com poucas atividades econômicas, a demanda de capital permanece fraca, a renda e a poupança são baixas, quando comparadas com as regiões de atividades econômicas mais expansivas.

Myrdal (1968, p. 29) ainda esclarece que, “as desigualdades internacionais não são dessemelhantes das desigualdades regionais de um país”. A explicação para os desequilíbrios regionais “operam por meio de muitas cadeias causais que, em regra, não são consideradas na análise teórica do jogo das forças de mercado” (MYRDAL, 1968, p. 56), como saúde da população, meios de transporte, educação, costumes tradicionais, sistemas de valores, que tornam menos suscetíveis às aspirações progressistas e ambiciosas de uma sociedade em desenvolvimento.

Segundo Lima e Simões (2009, p. 14):

Myrdal possui uma visão negativa sobre a tendência à concentração espacial das atividades econômicas, pois se as forças de mercado não forem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial e as demais atividades econômicas e culturais, tendem a se concentrar em determinadas localidades, deixando o resto do país relativamente estagnado. A origem de todo este processo estaria no fato de o poder atual de atração de um centro econômico residir em um fato histórico fortuito, ou seja, ter se iniciado com êxito ali e não em vários outros lugares, onde poderia do mesmo modo ter começado com igual ou maior êxito.

As transformações em geral não provocam mudanças compensatórias, que auto-estabilizam um processo social, ao contrário, em geral conduzem o sistema, na mesma direção da mudança original com mais intensidade, regiões com atividades econômicas e culturais concentradas, tendem a se concentrar ainda mais, em razão do processo de causação

³ Para Myrdal as regiões privilegiadas são as que geograficamente possuem condições naturais favoráveis à construção de portos e onde os centros de indústria pesada situaram-se, em regra, não muito longe das fontes produtoras de carvão e ferro (MYRDAL, 1968, p.52).

circular. Um processo social pode ser sim sustado, por mudanças exógenas, com direção e forças necessárias para estabilizar o sistema, a estabilidade pode ser alcançada através de interferências políticas e planejadas podem minimizar as desigualdades regionais e neutralizar o movimento (MYRDAL, 1968).

Segundo Myrdal (1968), as desigualdades regionais nos países desenvolvidos diminuem e nos países subdesenvolvidos aumentam fica evidenciado pois,

os próprios efeitos gerados pela expansão funcionam como fatores do processo cumulativo: quanto maior o nível de desenvolvimento econômico de um país, maiores os “spread effects” e mais facilmente os “backwash effects” são neutralizados. Em compensação, nas regiões pobres ocorre o contrário, o baixo nível de desenvolvimento minimiza os “spread effects” justamente pela existência de grandes disparidades, ou seja, estas representam um dos maiores impedimentos para o progresso. Assim, para Myrdal, apenas mudanças contrárias ao efeito cumulativo podem enfraquecer o processo de causação circular cumulativa, entre as quais se podem destacar as deseconomias externas, que tendem a retardar ou reverter o processo quando este alcança determinado nível (custos de congestionamento, alta remuneração dos fatores de produção, etc.).

“Os ‘efeitos propulsores’, [...] serão mais fortes nos países ricos e mais fracos nos países pobres. Em regime de *laissez-faire*, tal circunstância tenderia a tornar maiores e crescentes as desigualdades nos países pobres” (MYRDAL, 1968, p.69).

Myrdal chama a atenção para a necessidade da mudança das políticas estatais dos países subdesenvolvidos e destaca a necessidade de um plano nacional de desenvolvimento global e integrado. Admitindo que cabe ao Estado, a responsabilidade de controlar e executar o plano, com interferências no jogo das forças do mercado aceitando assim, que o Estado exerça funções da iniciativa privada (MYRDAL, 1968, p. 125-126).

Para Hirschman “desenvolvimento presumivelmente significa o processo de transformação de um tipo de economia, em algum outro tipo mais evoluído” (HIRSCHMAN, 1958, p. 85-86), com críticas à teoria do desenvolvimento equilibrado, afirma que:

o desenvolvimento econômico não depende tanto da confluência de certos recursos e fatores de produção, quanto de provocar e mobilizar [...] os recursos e aptidões que se acham ocultos, dispersos ou mal empregados. [...] concentrar exclusivamente na união de escassos recursos, tais como capital e a atividade empreendedora, nossa concepção leva-nos procurar *pressões e processos de incentivo*, que farão eclodir e mobilizar a maior soma possível de recursos.[...] planejar o desenvolvimento consiste então, primordialmente no assentamento sistemático de uma série de *planos desenvolvimentistas* (HIRSCHMAN, 1958, p.19-21, grifo do autor).

Segundo Hirschman (1958, p.48), os países deixam de tirar proveito de seu potencial por dificuldades na tomada de decisões, inadequadas realizações de tarefas, na quantidade e tempo necessários ao desenvolvimento, que devem ser verificadas simultaneamente em

muitas atividades , para proporcionar o elemento de apoio mútuo, “tal desígnio de perfeição é não somente impraticável, como também anti-econômico” (HIRSCHMAN,1958, p.103).

Na defesa do desenvolvimento desequilibrado, Hirschman afirma que:

deve ser antes *conservar* do que eliminar os desequilíbrios, [...] Se uma economia desejar manter ativa, o papel da política desenvolvimento é conservar *as tensões, as desproporções e os desequilíbrios*. [...] A sequência que afasta do equilíbrio é exatamente a norma ideal de desenvolvimento , em nosso ponto de vista; pois, cada movimento da série é induzido por um desequilíbrio prévio e gera, por sua vez, um novo desequilíbrio, que exige uma nova movimentação (HIRSCHMAN, 1958, p.108; grifo do autor).

Para Hirschman (1958), as preferências de investimento, as habilidades na escolha de projetos, para que produzam efeitos positivos, diante da limitação de recursos, torna-se problema crucial para a política de desenvolvimento. A maneira como o investimento leva a outro, através da capacidade complementar, constitui auxílio inestimável para o processo de desenvolvimento.

É essencial para Hirschman que se estabeleça um ranking de preferência de projetos, pois:

O desenvolvimento requer o empreendimento de uma série de projetos, que produzam efeitos favoráveis no fluxo do rendimento de uma variedade ampla de setores: administração pública, educação, saúde, transporte, energia, agricultura, indústria, crescimento urbano, etc. A limitação de recursos disponíveis [...] obriga a uma escolha entre tais projetos (HIRSCHMAN, 1958, p.121).

Para esta sequência de investimentos e melhor compreensão do processo de industrialização, desenvolveu o conceito de *linkages*⁴ (para trás e para frente). A sequência de investimento deveria levar em consideração os encadeamentos que provocassem maiores desequilíbrios. As atividades econômicas geralmente instaladas se caracterizam pela escassez de efeitos em cadeia tanto para trás como para frente. Citando a agricultura, atividade predominante nos países subdesenvolvido, à produção em sua maioria é para o consumo e exportação, outra parte sofre algumas transformações com pequenos acréscimos de valor. Assim, nos países subdesenvolvidos há predominância de indústrias de produtos primários, nacionais e importados em bens finais, ou indústrias que transformam bens semimanufaturados em produtos finais, chamadas por ele de isoladas. O material é importado, valorizado pela composição, montagem embalagem e etc., e o produto acabado remetido aos consumidores finais (HIRSCHMAN, 1958, p.168-174).

⁴ Sobre a importância do conceito de linkage Hirschman afirma que: é o primeiro prêmio das proposições que apresentou no Strategy alcançou tanto sucesso que é parte integrante da linguagem da economia do desenvolvimento onde o seu nome é comumente esquecido (HIRSCHMAN, 1983, p. 15).

Hirschman (1958) destaca que o papel do governo é o de promover a infraestrutura (logística, serviços públicos, legislação, entre outras), necessária para alavancar a atividade produtiva, e o capital estrangeiro deve investir onde e quando o governo não tem capacidade de agir para a continuidade do processo de crescimento.

Para Hirschman (1958), a implantação de indústrias ótima deve ser as que ao mesmo tempo, são produtoras de bens finais e fornecedoras de insumos, combinando os efeitos para trás e para frente, criando interdependência entre as diversas indústrias, onde o crescimento de uma impulsiona o crescimento de outra e assim por diante.

Como referência aos teóricos de aglomeração podemos destacar que, para Perroux (1967), a condição para o desenvolvimento é realizar transformações mental e social na população, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico e humano. Para Myrdal (1968), a instalação dos polos de desenvolvimento causam efeitos propulsores e regressivos, o sucesso da região vai depender da neutralização dos efeitos regressivos, enfraquecendo o processo de causação circular cumulativa, processo esse que pode ser revertido com ação do Estado. Para Hirschman (1958), as decisões de investimento é a principal ação na questão do desenvolvimento regional e o principal objeto de política econômica.

A consolidação do modelo de intervenção estatal justificada pela necessidade de promover o desenvolvimento em áreas menos desenvolvidas, através da intervenção estatal e da industrialização, rompendo o ciclo vicioso dos países subdesenvolvidos influenciaram o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da década de 1950.

1.2 As influências do pensamento Cepalino e de Celso Furtado nas Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil.

A CEPAL órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), criada no final da década de 1940, com sede em Santiago no Chile, defendia que a superação do subdesenvolvimento se daria pela industrialização apoiada pelo Estado.

Segundo Colistete (2001, p. 24) uma das implicações centrais da teoria cepalina do subdesenvolvimento é que:

Somente a industrialização poderia dar origem a um círculo virtuoso de crescimento da produtividade, do emprego e da renda. Essa é uma das implicações centrais da teoria cepalina do subdesenvolvimento — ou seja, a de que a diversificação industrial constituiria o principal meio através do que seria possível a reversão dos efeitos negativos da especialização primário-exportadora na América Latina.

Liderados por Raúl Prebisch⁵, os teóricos da CEPAL defendiam que não bastava aplicar as teorias oriundas em nações desenvolvidas, pois estas, não consideravam as especificidades históricas dos países subdesenvolvidos, sendo necessário o rompimento com as teorias tradicionais e construção de um novo referencial teórico e metodológico, dando origem ao método histórico-estrutural ou estruturalista.

O enfoque histórico-estruturalista cepalino abriga um método de produção de conhecimento, profundamente atento para o comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições, que tem maior proximidade a um movimento indutivo do que os enfoques abstrato-dedutivos tradicionais. [...] A riqueza do método cepalino reside, pois, numa fértil interação entre o método indutivo e a abstração teórica formulada originalmente por Prebisch⁶. A oposição entre 'periferia' e 'centro' (BIELSCHOWSKY, 2000, p.21).

No período de 1949 a 1957, Celso Furtado, integra a CEPAL, aprofundando seus estudos sobre o subdesenvolvimento na América Latina, com contribuições segundo Diniz (2009), determinantes à interpretação das desigualdades regionais e a formulação de políticas de desenvolvimento principalmente para a América Latina.

Segundo Bielschowsky (2000, p. 261-262), para Furtado:

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. [...] Como fenômeno específico que é o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicarem, por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 261-262).

Integrante Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), oportunizado pela incumbência, de Juscelino Kubitschek, para pensar em uma solução para a situação dramática do Nordeste Brasileiro, como as secas recorrentes e graves, Celso Furtado, contesta a visão de Rostow (1959) amplamente aceita na literatura internacional, sobre a visão do subdesenvolvimento ser uma etapa do processo de desenvolvimento econômico, ao contrário, “demonstra que o subdesenvolvimento é o resultado de uma formação histórico - estrutural particular que só pode ser superado por mudanças estruturais” (DINIZ, 2009, p. 237).

O relatório do GTDN, elaborado por Furtado na década de 50, é considerado por Diniz (2001) como a primeira interpretação teórica sobre desigualdades regionais no Brasil.

⁵ Raul Prebisch tornou-se secretário executivo da ONU em 1950.

⁶ Rodriguez (apud BIELSCHOWSKY, 2000, p.20) foi quem melhor sistematizou a análise fundacional de Prebisch na CEPAL, destacando seus elementos teóricos.

Furtado empiricamente mostra que a dicotomia social do Nordeste, que mantinha a relação dual arcaica da colonização, partia de fundamentos históricos da colonização que,

Em primeiro lugar, a empresa agrícola exportadora estava baseada em trabalho escravo. Em segundo lugar, ao demandar animais de carga e proteína animal, a economia exportadora criou sua própria periferia no interior, a ela subordinada e dependente. Em terceiro, a organização da fazenda do semiárido baseada no controle da terra e na criação de uma população camponesa sem terra e sem salário, a qual trabalhava para o dono na forma de “meia” para as culturas de exportação e, em compensação, utilizava a terra para a produção de subsistência alimentar. Estas três características perduraram na região por séculos, impedindo o processo de modernização das mesmas (DINIZ, 2001, p.237, grifo do autor).

Furtado adaptou segundo Diniz (2009, p. 238) a análise cepalina de relação centro-periferia, demonstrando que a relação Nordeste e o Centro-Sul, tinha efeito negativo sobre o Nordeste, deixando, portanto, de analisar a região isoladamente, mas sim, articulada com sua estrutura interna e com a região Centro-Sul do país.

O aspecto regional como limitante do desenvolvimento, é uma das contribuições de Furtado, segundo, Brandão (2004), Diniz (2009) , Mendes e Teixeira (2004). Com influências das formulações de Myrdal (1957), Hirschman (1958) e Perroux (1964), Furtado (1983) incorpora o aspecto geográfico, ao inserir no debate histórico-estrutural sobre o subdesenvolvimento as desigualdades sociais e de renda, da região Nordeste, inserindo o caráter regional como elemento central do debate.

Brandão (2004, p. 34) cita que:

os estudos realizados por estes autores das macrodecisões , captados nas formulações cepalinas que tratam das heterogeneidades estruturais das economias periféricas, reside na perspectiva avançada do tratamento analítico das **macrodecisões** por um agente privilegiado – o Estado ou outra “unidade dominante”(a grande empresa por exemplo) [...] buscando o afastamento dos modelos e teorias abstratas e analisando a diversidade de situação das cidades e regiões, a partir de suas raízes históricas e culturais e diferenciadas estruturas produtivas.

Para Furtado (1983, p. 92):

o estudo do desenvolvimento tende a concentrar-se na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre os determinadas categorias de decisões e estruturas. Estas condicionam o processo de irradiação e a eficácia no espaço e no tempo das decisões, como vimos ao analisar os efeitos de arrasto e propulsão.

A partir da década de 60, a implantação de polos de crescimento como instrumento de políticas de desenvolvimento, para reduzir as desigualdades regionais, conforme Diniz (2009) e Lima e Simões (2009), foi generalizada na maioria dos países. Segundo Lima e Simões (2009, p. 27),

contando com apoio do Estado e reforço das estruturas públicas de planejamento, a intervenção estatal era justificada pela necessidade de intervenção em regiões selecionadas, com um audacioso programa de investimentos, tanto em áreas produtivas como em áreas complementares (saúde, educação, moradia entre outras), na capacitação e orientação de recursos financeiros e em investimentos diretos (infraestrutura, matérias primas), para promover os pré-requisitos necessários à viabilização do projeto de superação do subdesenvolvimento.

“As propostas elaboradas contavam com o apoio estatal [...], dando origem a um modelo particular de atuação do Estado - desenvolvimentista - cujo objetivo principal era a superação do subdesenvolvimento através da industrialização” (LIMA E SIMÕES, 2009, p. 27).

Na América Latina as diretrizes estabelecidas pela CEPAL, foram nesta mesma linha, a industrialização como saída para a superação do subdesenvolvimento, com elaboração de planos e estratégias, o papel de planejador cabendo ao Estado em áreas como saúde, educação, moradia, infra-estrutura, etc., e também como captador de recursos financeiros, na realização de investimentos diretos em setores que a iniciativa privada fosse insuficiente (LIMA E SIMÕES, 2009).

No Brasil não foi diferente, a influência cepalina no debate sobre o desenvolvimento regional ocorreu com ênfase na industrialização e construção de infraestrutura.

1.3 As Políticas de desenvolvimento Regional Brasileiras em Território Goiano

Até os anos de 1950, as políticas de desenvolvimento regional brasileiras eram dirigidas à região Nordeste, em decorrência das secas, e à região Amazônica com o objetivo de aumentar a produção da borracha para a exportação. Outras regiões como o Centro-Oeste, não estavam entre as preocupações do Governo Federal, mesmo assim, segundo Estevam (2004), entre as décadas de 1930 - 1950, as ações de interiorização do Governo Federal - Marcha para o Oeste - contribuíram para a modificação da estrutura mercantil inter-regional do estado de Goiás em termos de atração imigratória.

Silva (2007) cita que:

Na década de 1930, as principais ações governamentais contribuidoras para a mudança do ‘status quo’ de Goiás foram, indubitavelmente, a construção da nova capital, Goiânia, e, em âmbito federal, a intitulada Marcha para o Oeste, que em pleno atendimento à ideia de integração do Brasil, propiciava condições reais, estimulando a ocupação do vasto território central e amazônico brasileiro, produzindo, assim, correntes migratórias em direção a essas regiões (SILVA, 2007, p, 27).

Em 1940, o projeto governamental de assentamento de colonos na região Centro-Oeste, cria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), na região de Ceres ao norte do Estado.

A implantação do CANG promoveu assentamento de milhares de colonos, considerável parcelamento de terras e relevante volume de produção agrícola alimentar em Goiás. [...], foi intensa a imigração para o estado que ostentou relevantes taxas de crescimento demográficas nas décadas de 1940 e 1950. Ao lado dos projetos de colonização, Goiás foi contemplado com um pacote rodoviário que acelerou a sua integração nacional (ESTEVAM, 2004, p.117).

“A população de Goiás elevou-se de 826.414 habitantes, em 1940, para 1.917.460, em 1960, crescendo à taxa geométrica média anual de 4,3%, ao passo que a do Brasil era de 2,75% indicando a influência de um fluxo migratório positivo” (SILVA, 2007, p.29). Com os projetos de interiorização Goiás foi contemplado com pacote rodoviário, modernizando sua infraestrutura, modificando a estrutura econômica do Estado, com integração fundamentalmente comercial com o mercado nacional, como fornecedor de produtos primários para as regiões Sudeste e Sul do país e importador de produtos manufaturados.

Na segunda metade da década de 1950, no governo JK, a execução do Plano de Metas, com investimentos em infraestrutura, marcado pela intervenção do Estado, com características nacionalistas, o espaço do planalto central é reorganizado. Com a construção de Brasília, várias rodovias foram criadas dentro do território goiano, entre elas a BR-153, também conhecida como Belém –Brasília, BR- 116, atual BR-050 (Brasília-São Paulo), BR-020 (Brasília- Formosa, sentido Fortaleza) ampliando a fronteira agrícola nacional e a integração do estado com outras regiões intra e inter- regional.

Estevam (2004) destaca que as políticas de transportes e de energia das décadas de 1940-1950, proporcionaram, além da integração com o mercado nacional, a formação de centros comerciais, crescimento da urbanização e aglomeração urbana, principalmente no eixo Goiânia-Anápolis e no Centro-Sul como nos municípios de Ceres, Quirinópolis, Jataí e Itumbiara no sudoeste do estado.

Com o golpe militar de 1964, o Estado autoritário, apoiado pelos Estados Unidos da América (EUA), busca um novo projeto de desenvolvimento de integração nacional, com forte participação Estatal e capital estrangeiro. O Estado participava com implantação de infraestrutura, produção de matérias- primas e insumos básicos, o capital estrangeiro investia nas demais áreas. Neste período são criadas as Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) , em 1966, e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), em 1967, que segundo Silva(2004), com mecanismo específicos de estímulos ao desenvolvimento.

Apresentando um crescimento moderado, “entre 1964 a 1967, inicia-se um período de forte expansão econômica no Brasil. De 1968 a 1973, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de 10 % a.a.” (SENRA, 2009, p.55). A partir da ação concentrada do governo militar, o

planejamento a médio e longo prazo foi elaborado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), 1972 -1974, com a estratégia de expansão da fronteira econômica, consolidação da industrialização e o aumento do mercado interno, além de propor, polos de desenvolvimento regionais, agrícola –industrial para o Sul e Nordeste, e agrícola –mineral para o Centro-Oeste.

Para que as metas do I PND fossem alcançadas, vários programas foram elaborados. Em função da sua extensão territorial – ‘espinha dorsal’ do país – Goiás esteve diferenciadamente contemplado nos programas governamentais (ESTEVAM, 2004, p. 153). Tais programas federais, ainda segundo Estevam (2004, p. 153),

Contribuíram para maior produção agrícola e efetivaram um padrão de ‘colonização’ na fronteira altamente intensivo em capital, a região foi incorporada ao novo modelo produtivo agrícola em desenvolvimento no país que se caracterizou pela utilização de alta tecnologia e pela criação de ‘poucas oportunidades de emprego rural permanente’ incorporando Goiás, ao novo modelo produtivo agrícola em desenvolvimento no país.

Silva (2007) ressalta que este novo modelo produtivo, conhecido mundialmente como Revolução Verde, ocorrem nos moldes de um processo de acumulação capitalista mundial, levando a industrialização e modernização da agricultura, com investimentos em equipamentos agrícolas, fertilizantes e produtos químicos. Neste novo modelo o uso de máquinas reduz o número de empregos e observa-se aumento da produção de monoculturas destinando-se à exportação⁷.

Inspirados nos polos de desenvolvimento de Perroux (1967), no II PND (1975-1979) foram criados programas como: Programas de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA); O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO); Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN); Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN). Sobre a criação destes programas Silva e Abrita (2017, p. 244) cita que:

A criação de áreas programas contribuiu para fomentar as atividades econômicas que apresentavam maior potencial de competitividade internacional, sendo também uma estratégia para concentrar os recursos escassos da Superintendência e criar as economias de aglomeração.

Observam-se no quadro 1 que, as políticas de desenvolvimento para Goiás, através dos programas estavam voltadas, principalmente, para inserção de novas técnicas para a atividade agropecuária. Segundo Silva (2007), os programas de desenvolvimento como

⁷ LAZARRI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. Universidade Federal de Santa Maria(UFSM), nov/17.

Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), foram fundamentais para a modernização agrícola, causando profundas mudanças na estrutura produtiva de Goiás, promovendo o crescimento do estado, criando e aprimorando as infraestruturas, induzindo o crescimento econômico nacional na fronteira agrícola, em função da sua extensão territorial, visando elevar a produção para a exportação.

“Em Goiás a participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, tomando como base o ano de 1970, em 1975 apresenta uma variação da taxa média anual geométrica de 14,8%” (SILVA, 2007, p. 58).

Quadro 1 - Políticas Públicas do Governo Federal em território Goiano -1965- 1977

| Período | Programas | Objetivos |
|-------------|--|--|
| 1965 | SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural. | Financiar o setor agrícola exportador e propiciar a modernização da agricultura. |
| 1967 | SUDECO – Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste. | Consolidar a ocupação do centro do país a partir da moderna agropecuária. |
| 1972 | PROTERRA- Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo à Agroindústria. | Apoiar pequeno produtor desprovido e pequeno proprietário, por meio de aquisição de terras cultiváveis e não utilizadas para a redistribuição. |
| 1973 – 1974 | PLADESCO – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste. | Redes de armazenamento, introduzir técnicas agrícolas, fertilizantes, mecanização, estímulos à agroindústria e eletrificação rural. |
| 1975 – 1979 | POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado. | Estimular o crescimento da empresa agrícola tecnificada. Destinar recursos para infraestrutura. Pesquisa agropecuária. |
| 1975 - 1977 | PERGEB - Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. | Áreas da educação, saúde, transporte rodoviário, saneamento ambiental, energia elétrica, telefonia, mineração, agroindústria e atividades agropecuárias. |

Fontes: (SILVA , 2007) e (FREITAS, 2009). Elaboração do autor

Diante deste cenário o Estado de Goiás, segundo Estevam (2004), transforma sua estrutura socioeconômica regional, com aparato governamental, de forma desigual, com caráter excludente e seletivo:

A modernização em Goiás foi de caráter parcial concentrando-se em poucos produtos, em selecionados produtores e esteve geograficamente localizada no centro-sul do estado. [...] Condicionadas pelos programas governamentais implementados, as ‘velhas forças’ produtivas da agricultura foram sendo substituídas por ‘novas forças’ do tipo industrial, o espírito de inovação, o elevado capital técnico por trabalhador, a produção em massa e alta produtividade passaram a caracterizar grande parte das atividades produtivas na região (ESTEVAM, 2004, p. 229).

A partir da década de 1980, as políticas regionais vão perder força, com a crise das finanças públicas, com as condições internacionais adversas, devido a crise do petróleo, aumento de juros, restrições de financiamento, etc. Internamente o aumento da inflação, do endividamento da economia e da inserção do Brasil no mundo globalizado, que até então tinha o Estado como agente do desenvolvimento, vão passar por situação, até então nova, de redução dos investimentos em políticas regionais explícitas.

Segundo Silva (2007, p.85):

Com o agravamento da crise da dívida externa e fiscal, a elevada inflação, o início da abertura comercial (final dos anos 1980) e a ampliação da inserção no mundo globalizado (à luz da 'cartilha neoliberal') limitou-se a capacidade de o Estado atuar como agente desenvolvimentista. Isso resultou em forte redução dos recursos federais oriundo dos programas de desenvolvimento regional desstinados a Goiás. [...] Na verdade, à medida que se reduziam esses recursos, novos mecanismos de financiamento surgiam, ocupando, de certa maneira, lacunas que, certamente apareciam. Dessa forma, a intervenção estatal continuou como importante elemento estimulador do crescimento econômico goiano.

No campo teórico, ao contrário da década de 1950, onde o desenvolvimento tem sua força motora no Estado, a partir da década de 1980, vão ganhar força as idéias do pensamento neoliberal, de um Estado mínimo, onde o foco teórico dos problemas regionais, vão ter ênfase nas potencialidades locais, no lugar das teorias desenvolvimentistas até então analisadas em escala nacional.

Com o agravamento da crise, no final da década de 1980, limitou ainda mais a capacidade do Estado de atuar como agente do desenvolvimento, as agências de fomento regional (SUDAM, SUDENE e SUDECO) foram esvaziadas com a redução de verbas.

A partir da década de 1990, a abertura comercial e financeira, orientada pelas idéias neoliberal, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington⁸, provocam grandes mudanças institucionais, comerciais e financeiras que se consolidam no governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Brandão (2004):

Seguindo as "sugestões" do conhecido "Consenso de Washington", avança-se na desregulamentação dos mercados (incluindo o financeiro doméstico; o trabalho, com pesados cortes nos direitos antes assegurados e o de produção e consumo). "Reforma-se" o Estado, privatizando os serviços de utilidade pública, o setor produtivo estatal e os sistemas nacionais de infraestrutura, abdicando totalmente de políticas "direcionada" dos setores produtivos (BRANDÃO, 2004, p.122, grifos do autor).

⁸ Elaborado em 1989, exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para negociar as dívidas externas. Com orientação aos países subdesenvolvidos como: de reforma fiscal; abertura comercial; políticas de privatizações e redução fiscal do Estado além de outras regras exigidas pelo Banco Mundial.

Com a promulgação da Constituição de 1988, são criados os Fundos Constitucionais de Financiamento⁹ (FCO), com destinação de três por cento da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para o financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com extinção da SUDECO, em 1990, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), segundo Silva (2007) embora com volumes inferiores aos da década de 1970, tem se mantido constantes possibilitando o financiamento de longo prazo, sendo mecanismo de incentivo ao desenvolvimento.

1.4 O Desenvolvimento Regional em Goiás: A ocupação do norte Goiano

Até a década de 1960, o norte do estado, ainda sofria de um isolamento, praticando uma agricultura de sobrevivência, com baixa produtividade, e criação extensiva de gado. A longa distância da região da capital, a dificuldade de deslocamento e de comunicação, incentivava a região a manter relação inter-regional (ESTEVAM, 2004) e (FEITOSA, 2011).

O plano de Metas (1956-1960), no governo JK, a construção de Brasília e da rodovia BR-153, conhecida como Belém-Brasília, designação desde a construção de Brasília, possibilitou a integração do estado de Goiás, provocando modificações na estrutura econômica e incremento da urbanização regional com surgimento de pequenos entrepostos comerciais, ao longo da rodovia. “A história da BR-153 confunde-se com a história da rodovia Belém Brasília e, portanto, com o processo de ocupação do norte goiano-tocantinense” (ARRAIS, CASTILHO e NETO, 2015, p. 63).

Segundo Feitosa (2011, p.1):

O processo de ocupação e consolidação do território goiano, no sul e no norte do estado, revelou não somente semelhanças, mas também diferenças que foram se aprofundando ao longo do tempo, resultando, em 1988, na divisão político-administrativa de Goiás e na formação de duas novas unidades da federação: Goiás e Tocantins.

A importância das políticas de infraestrutura, para o estado de Goiás e para o norte, realizadas através dos programas federais a partir da década de 1960, é ressaltada por vários autores como: Estevam (2004), Feitosa (2011) e Oliveira (2018):

⁹ LEI 7.827/1989 (LEI ORDINÁRIA) 27/09/1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.

“Os investimentos ao longo da rodovia evidenciaram o estilo das políticas ‘desenvolvimentistas’ federais: na região norte de Goiás despontou a presença de grandes fazendas na abrangência da Belém-Brasília com decisiva participação do governo nos projetos agropecuários” (ESTEVAM, 2004, p.154).

Nesse contexto, o Plano de Metas (1956-1960), do governo Juscelino Kubitschek, pode ser caracterizado como o grande divisor de águas entre o processo de ocupação rarefeito e a moderna incorporação de Goiás à dinâmica produtiva nacional, cujo ápice foi a construção de Brasília e os vultosos investimentos federais em eletrificação, comunicações e estradas de rodagem, dentre outros. Essas mudanças ligaram o estado às diversas regiões brasileiras, ampliando a fronteira agrícola nacional e facilitando a sua integração intra e inter-regional (FEITOSA, 2011, p. 48).

As ações políticas dos governos estadual e federal desempenharam papel relevante no processo de ocupação do espaço regional, ou seja, de Goiás como um todo. Entretanto, para o antigo norte do estado, as mudanças mais significativas só vão acontecer após a abertura da rodovia Belém- Brasília. [...] A abertura da rodovia Belém-Brasília, que cortou a região na década de 1960, faz parte de um contexto mais amplo. O país passava por transformações importantes, sobretudo ligadas à infraestrutura do setor de comunicação. O governo de Juscelino Kubitschek, aproveitando-se de uma conjuntura favorável ao financiamento externo para o setor rodoviário e para expansão da indústria automobilística, vinculou a construção de Brasília à solução rodoviária para o país, visando a sua integração física: o caminho para a integração do imenso espaço vazio da Amazônia ao Brasil (OLIVEIRA, 2018, p. 58).

Goiás com sua grande extensão territorial vai ser diferentemente contemplado com programas do Governo Federal, Estevam (2004), Feitosa (2004) e Silva (2007), principalmente após o golpe militar de 1964, concentrando recursos federais após a reforma tributária de 1966,¹⁰ parte do norte vai ser incluída na Amazônia Legal, são criadas a Sudam e a Sudeco, 1966 e 1967, respectivamente, modificando a estrutura produtiva através de seus incentivos, contribuindo assim, para maior produção agrícola e incorporação do novo modelo produtivo agrícola (Revolução Verde), em desenvolvimento no Brasil através da utilização de alta tecnologia. Estas mudanças ligaram o estado às diversas regiões brasileiras, ampliando a fronteira agrícola nacional e facilitando a sua integração dentro e fora do Estado.

. “O norte do estado, no entanto, sustentava vida própria” (ESTEVAM, 2004, p.88). Para Feitosa (2011, p.56), “as facilidades promovidas pelo setor público, via incentivos fiscais da Sudam, privilegiavam as grandes propriedades, ampliando a concentração fundiária e provocando a expropriação dos pequenos produtores”.

Na medida em que a fronteira agrícola se expandia, o modelo produtivo de concentração fundiária e de renda na região norte, também se expandia, superiores à concentração do estado (ESTEVAM, 2004; FEITOSA, 2011).

¹⁰ São disponibilizados 3% do produto da arrecadação do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados, entregues pela União, na forma do artigo 159, inciso I, alínea ‘c’ da Constituição Federal, distribuídos entre as Regiões Norte (0,6%), Nordeste (1,8%) e Centro-Oeste (0,6%)(SILVA, 2007, p. 202).

A partir da década de 1970, segundo Feitosa (2011) as políticas de desenvolvimento regional voltou-se para integração espacial e para a colonização agrícola da Amazônia e do Centro-Oeste, com a elaboração do I PND. O Plano de Metas e o I PDN tiveram elevados investimentos públicos, principalmente para industrialização e infraestrutura com grande impacto no desenvolvimento regional. O Plano de Metas apostou na interiorização do desenvolvimento, através do I PND a orientação é a de integração nacional, com investimentos na ocupação do Cerrado e da Amazônia, tendo como estratégia espacial a criação de polos regionais agrícolas industriais no Sul e Nordeste, e agrícolas mineral no Norte e no Planalto Central (SENRA, 2009).

A partir de 1974, com o II PND, o estado de Goiás foi contemplado com três programas especiais de intervenção regional: o Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia (Polo Amazônia), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polo centro) e o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB). No norte do estado, porém, atuaram somente o Polo Amazônia e o Polo centro. Mas segundo Estevam (2004) e Silva (2007), a política que gerou profundas mudanças no desenvolvimento agrícola brasileiro e do estado de Goiás, transformando em fronteira agrícola, a estrutura sócio produtiva foi o Sistema Nacional de Crédito Rural- SNCR.

As modificações ocorridas no estado, no entanto, se deram de forma desequilibrada entre as diversas regiões em território goiano. A produção agrícola se transforma, caracterizando-se pela utilização de tecnologia criando novas oportunidades no meio rural. No entanto, na região norte, segundo Estevam (2004), a modernização da agricultura ocorreu de forma incipiente e a pecuária se apresentando com baixos índices de produtividade, não se enquadrando no modelo agrobusiness do centro-sul do estado.

Programas como PROTERRA, com objetivo de apoiar o assentamento de pequenos produtores e o de SNCR, acabaram se tornando programas que acentuaram a concentração de fundiária e de renda. No caso do PROTERRA, parte dos recursos foi para a pavimentação da Belém-Brasília e para a colonização na Amazônia Legal, destinado a médios e grandes proprietários, implantando 108 projetos entre 1967 -1986, com capacidade de assentamento para 24 mil famílias. O SNCR, com criteriosa seletividade no processo de concessão de crédito, devido à exigência de padrão tecnológico e operacional, não contemplou significativamente pequenos produtores (ESTEVAM, 2004).

A concentração da propriedade continuou avançando ao longo dos anos. “Como em Goiás existiam grandes extensões de terras devolutas, principalmente no norte, o aumento no

número de estabelecimentos ocorreu mais pela ocupação de novas áreas do que pelo fracionamento das grandes propriedades” (FEITOZA, 2011, p.84).

A situação no sul do estado era um pouco diferente, com tendência crescente das pequenas propriedades, redução das médias propriedades e aumento das grandes propriedades cedendo lugar à grande exploração e a expansão do capital, reorganizando o espaço agrícola em território goiano (FEITOSA, 2011).

Em 1988, a promulgação da Constituição de 1988, é criado o estado do Tocantins. A causa separatista remonta desde o século XIX, mas segundo Feitosa (2011, p.111), mas somente com o,

Declínio do regime autoritário, a questão da redivisão territorial do Brasil foi novamente aguçada, ganhando espaço com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987. [...] Uma das novidades na elaboração da nova Constituição foi a aceitação de propostas vindas de fora do Congresso, buscando aumentar a chamada participação cidadã e evitar o isolamento dos constituintes.

Assim, pelo Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da “Constituição Cidadã” nascia o estado do Tocantins, pelo desmembramento da porção norte do estado de Goiás, acima do Paralelo 13.

É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º - O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. [...]

§ 7º - Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos (BRASIL, 1988).

Após a divisão do Estado nova regionalização é instituída em número de 10 (dez) regiões, que continuam vigentes até os dias de hoje. O Norte Goiano, nosso objeto de estudo, será mais detalhadamente abordado a partir do capítulo terceiro. Como região de planejamento do Estado de Goiás, o norte é formado por 26 municípios distribuídos em duas microrregiões do Estado, a microrregião de Porangatu e a microrregião de São Miguel do Araguaia (Crixás, Mozarlândia, Mundo Novo, Nova Crixás, Novo Planalto, São Miguel do Araguaia e Uirapuru).

Pelo o que foi relatado até aqui, observa-se a importância das políticas de desenvolvimento expostas, para o dinamismo da região norte e integração com outras regiões,

retirando a região do isolamento, no qual se encontrava até principalmente a década de 1960. “Mas a dinâmica regional não pode ser compreendida somente no movimento de eventos nacionais e sim pela interação do mesmo com a realidade particular de cada região” (ESTEVAM, 2004, p. 10).

Paralelamente as políticas do governo federal, no âmbito estadual, o governo também exerce papel de interventor, com a elaboração de planos e estratégias de incentivos específicos com a finalidade de ampliar a participação na economia nacional e corrigir as desigualdades inter-regionais.

1.5 AS Regionalizações no Estado de Goiás e o Planejamento.

Os diferentes conceitos de planejamento fazem em sua maioria, referências à definição de resultados e ao estabelecimento dos meios de se interferir na realidade para o alcance destes. No entanto, quando se fala de planejamento governamental, o centro da discussão deve estar nas relações do Estado e a sociedade civil, associando a estes o conceito de espaço público¹¹. Mas infelizmente, o que tem dominado os processos de planejamento público é o foco na organização dos processos, dos meios, como ferramenta para organizar e implementar o que foi decidido (SANTOS, 2011).

“O planejamento governamental pode ser compreendido como ação que antecede e condiciona a ação do Estado de modo a viabilizar as escolhas políticas” (SANTOS, 2011, p. 310).

Myrdal (1968) define planejamento governamental como sendo:

[...] tentativas conscientes feitas pelo governo de um país, geralmente com a participação de outros órgãos coletivos, para coordenar as políticas públicas mais racionalmente, a fim de atingir mais completa e rapidamente os fins desejados para o desenvolvimento futuro (MYRDAL, 1968, p.40).

Para Escobar (1992, p.221), “O planejamento, portanto, depende de várias práticas consideradas como racionais e objetivas, mas que, na realidade, são altamente ideológicas e políticas, e é através delas que se desenvolve”. O planejamento, portanto, “é uma tentativa de alocar explicitamente recursos e implicitamente, valores” (LAFER, 1997, p. 30).

Como relatamos, as modificações ocorridas no estado se deram de forma desequilibrada entre as diversas regiões em território goiano, tais desigualdades estiveram na

¹¹ Para aprofundamento do conceito de Espaço Público consultar: SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

agenda de vários governos que incluíram a problemática regional em seus planos de governo que vão utilizar a regionalização, como ferramenta de planejamento, seguindo uma tendência nacional de regionalização, para fins estatísticos e de planejamento, praticada pelo IBGE desde a década de 1950.

As modificações ocorridas no estado se deram de forma desequilibrada, segundo Estevam (2004) e Feitoza (2011), entre as diversas regiões em território goiano, tais desigualdades estiveram na agenda de vários governos que, incluíram a problemática regional, em seus planos de governo utilizando-se da regionalização como ferramenta, seguindo uma tendência nacional de regionalização, para fins estatísticos e de planejamento, praticada pelo IBGE desde a década de 1950.

Santos (2014) ao analisar conceito de região:

No passado, a região era símbolo de territorialidade absoluta de um grupo, com suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à presença única desse grupo sem outra mediação. [...] Acostumaram-nos a uma ideia de região como um subespaço longamente elaborado, uma construção estável. [...] Agora, nenhum subespaço do Planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização (SANTOS, 2014, p.157).

Para Haesbart (1999), a regionalização pode ser vista como um instrumento geral de análise e, é a diversidade territorial que nos interessa, pois:

a princípio qualquer espaço pode ser objeto de regionalização, dependendo dos objetivos definidos pelo pesquisador. Daí a infinidade de recortes espaciais possíveis de serem produzidos pelos diversos métodos de regionalização, e que variam conforme o aspecto enfatizado na construção da diversidade territorial, desde aspectos naturais como o clima (“regiões” climáticas) até aspectos culturais (“regiões” cultu-raís) ou econômicos (HAESBAERT, 1999, p.28).

Ainda segundo Haesbaert (2018), as regiões podem ser classificadas quanto ao princípio da homogeneidade ou uniformidade, abordagem mais zonal priorizando a consideração dos fenômenos em área ou superfície; e a funcional, princípio da coesão, priorizando os fenômenos de redes ou fluxos.

Neste contexto, as diferentes regionalizações, como ferramenta de planejamento dos Governos de Goiás, são analisadas como ação hegemônica, executada pelo Estado interventor, vinculada ao planejamento e a ação com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais. A partir do início da década de 1960, a presença do Estado como interventor e condutor do processo de desenvolvimento regional faz parte da agenda estatal de diversos governos estaduais, podendo ser observado no quadro 2.

Quadro 2 - Plano de Governos do Estado de Goiás-Período de 1961 -2015

| GOVERNADORES PLANOS | OBJETIVOS/ ESTRATÉGIAS | SEMELHANÇAS/ PONTOS A SEREM DESTACADOS |
|---|---|---|
| <p>Mauro Borges Teixeira 1961-1964 Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás/Plano Mauro Borges</p> | <p>-Promover desenvolvimento econômico com investimentos em: infraestrutura e aumento da produtividade da agricultura e pecuária, garantindo pela eficiência desses setores. Melhor as condições de eficiência dos serviços da administração - Orientar e disciplinar os investimentos da União, coordenar e sistematizar a aplicação dos recursos municipais.</p> | <p>- O PGED consolida o processo o Estado, como condutor do desenvolvimento, quando este atentava para o elevado grau de analfabetismo (67%) , baixa eficiência agrícola e precária infraestrutura e escassez de energia. - Propõe intervenções diretas em demandas econômicas, mas também sociais (emprego, saúde, educação, etc). - Constituição de várias empresas: Metago, Iquego, Osego, Caixego, Esefego, entre outras.</p> |
| <p>Otávio Lage de Siqueira 1966-1971 Plano de Ação do Governo</p> | <p>-Promover o desenvolvimento econômico transformando as estruturas da economia, interrompendo a tendência decrescente da renda per capita. - Realizar investimentos públicos maciços na infraestrutura econômica e social; - Acelerar o ritmo da industrialização e aperfeiçoar a máquina administrativa estatal.</p> | <p>- A ampla reforma proporcionada pelo PGED, proporcionou ganhos efetivos do sistema político aproveitados pelos dois períodos governamentais seguintes, prevalecendo aspectos mais táticos do que estratégicos do planejamento. - Período com ausência de participação da sociedade, federal e estadual.</p> |
| <p>Leonino di Ramos Caiado 1971- 1975 Plano de Governo</p> | <p>-Incentivar desenvolvimento da economia goiana, atingindo crescimento compatível com o proposto no plano federal, - Reduzir a taxa de desemprego, ampliando a ação distributiva. Fortalecimento da pecuária e agricultura; - Dinamização das atividades de pesquisas de minérios; -Política de desenvolvimento da indústria, com ênfase na transformação de matérias-primas.</p> | <p>- Novas institucionalizações para atender ao projeto de modernização conservadora do país.</p> |
| <p>Irapuan Costa Junior 1975 – 1979 Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo</p> | <p>-O desenvolvimento social como objetivo maior, - Política de desenvolvimento regional, criação de polos de desenvolvimento com a finalidade de desconcentração de serviços sociais básicos, educação e saúde. - Elevação da produção e da produtividade do setor agropecuário, e a integração e ampliação do mercado interno e externo.</p> | <p>- Atentava para os problemas estruturais: paralelismo de funções, conflito de atribuições entre os diferentes órgãos, voltando-se para administração indireta do que para formulação de políticas a longo- prazo.</p> |
| <p>Ary Ribeiro Valadão 1979- 1983 Plano de Ação</p> | <p>Promover a modernização e dinamização da agricultura e pecuária e fomentar o desenvolvimento industrial engajando o Estado no Programa de Produção de Bens Exportáveis - Apoio integral ao setor agropecuário do Estado, visando, a curto prazo, aumentar em 40% o valor da renda interna do Estado.</p> | <p>-Redução da presença federal, com menor controle nas unidades da federação. -Fortalecimento dos estados com participação política da sociedade no processo de eleição para governador. -Transformação de vários órgãos em autarquias e extinção de outros.</p> |
| <p>Iris Rezende Machado 1983 – 1986 Plano Global de Trabalho</p> | <p>- Melhorar as condições do bem estar social; - Melhorar e ampliar os equipamentos sociais (saúde, educação, saneamento e lazer); -Prioridade em todo território do desenvolvimento das atividades do setor primário; -Descentralização das atividades econômicas, fortalecendo e dinamizando o sistema produtivo do interior goiano.</p> | <p>-Empobrecimento da função de planejamento. - Política populista atendendo demanda clientelista, como a proliferação de faculdades pelo interior, desconectadas de projetos de desenvolvimento.</p> |
| <p>Henrique Santillo 1987 -1991 Planejar com o Povo</p> | <p>Fazer crescer o Estado de Goiás no marco do regime democrático iniciando um novo ciclo na administração de Goiás, romper com o improvisado e estabelecer uma gestão planejada, - Promover melhoria imediata dos níveis de</p> | <p>-Sistema político voltou a de diferenciar a fim de atender aos anseios de um sociedade urbanizada oriunda de um processo de redemocratização do país. -- Em 1988 nova reforma administrativa, com</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | renda, diversificando a produção agropecuária e modernizando as relações de produção das áreas rurais; -Estimular a descentralização industrial reforçando a agroindústria, através de incentivos fiscais, de crédito e reforço de infraestrutura. | objetivo de eliminar o paralelismo de funções procurando dinamizar a administração pública. |
| Marconi Perillo 1999 – 2002 A Construção do Tempo Novo | -Inserção de Goiás na Economia Nacional e Internacional para garantir o crescimento em termos de progresso econômico, social e de qualidade de vida. -Primeiro PPA. -Menor intervenção do Estado com as parcerias público- privadas. | - Atendendo a uma exigência constitucional elabora o Primeiro Plano Plurianual do Estado. |
| Marconi Perillo 2003 – 2006 Goiás para o Século XXI- Avançar Mais | -Inserção de Goiás na Economia Nacional e Internacional para garantir o crescimento em termos de progresso econômico, social e de qualidade de vida, permanecendo o mesmo objetivo o PPA 2000-2003. | - Racionalização dos recursos públicos. -Introdução da noção de programas para organizar o PPA. |
| Alcides Rodrigues 2007 -2010 Goiás Estado da Qualidade de Vida | -Efetivação de um Estado de melhoria contínua da qualidade de vida para todos, rumo à planificação da dignidade humana em Goiás. - Plano Goiás 2030- Instrumento de Planejamento e orientações de Ações Estratégicas para o Poder Executivo, com trinta (30) objetivos estratégicos. | - preocupa-se também em criar condições para a manutenção do equacionamento financeiro estadual, mediante o controle da despesa e o incremento da receita, para o êxito da gestão dos recursos públicos. |
| Marconi Perillo 2001- 2014 Tempo de Mudança “O Melhor Futuro para Goiás”. | -Estratégia radical na Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social. -Estruturação de uma nova Administração Pública (reconstrução e inovação). -Revitalização e ampliação da infraestrutura para transformar Goiás no maior Polo de Desenvolvimento do Brasil. -PAI- Plano de Ação Integrada/PAI Ambiental. | |

Fonte: CORREIA (2006), IMB (2018) Instituto Mauro Borges/Coletânea do Planejamento em Goiás.
Elaboração do autor.

A preocupação do Plano Mauro Borges (1961- 1964) com os desequilíbrios regionais e a influência da Teoria de Polo de Crescimento de Perroux (1955), pode ser observada a seguir:

Embora seja possível que a zona periférica da Capital Federal possa vir a constituir-se no principal polo de crescimento da economia goiana, pode-se antecipar que, de imediato, as disparidades econômicas se acentuarão se a expansão dessa economia for deixada ao sabor da ação de forças espontâneas (MAURO BORGES, 1961, p. 20).

Para François Perroux, polos de crescimento são os grandes centros, cujo crescimento tem uma importância, não só para aqueles que aí participam diretamente ou seus vizinhos imediatos, ou para o Estado ou território no qual se encontram, mas ainda tem repercussões sobre o desenvolvimento econômico, por exemplo, bacia de Rur ou, ainda, certas zonas privilegiadas para a produção de matéria-prima indispensável à expansão produtiva mundial (petróleo nos dias de hoje, urânio talvez amanhã), ou para o trânsito de mercadorias que são objetos do comércio internacional [...]. É a teorização sobre polos de crescimento ou desenvolvimento que vai ser, agora, transplantada para o Estado de Goiás, não sem certas e necessárias adaptações (MAURO BORGES, 1961, p. 119).

A Estratégia Espacial é definida pelo esforço do Governo estadual em diminuir o desequilíbrio existente entre as várias regiões em que foi dividido o Estado. Compreenderá basicamente a aplicação de recursos para a organização do espaço físico e econômico, do sistema social e a melhoria, ampliação e implantação de equipamentos sociais básicos. Isso se fará inicial e preferencialmente nas áreas-programa de cada região e, com muito maior ênfase, no Polo Prioritário de Desenvolvimento de cada área, que é o espaço compreendido pela interligação das três principais cidades de cada região. (COSTA JÚNIOR, 1976, p. 130).

Com o propósito de estudar o desenvolvimento regional, a partir dos polos desenvolvimento, com critério homogêneo dos municípios e características sócias econômicas semelhantes, o Plano de Governo de Otávio Lage de Siqueira (1966-1971), cria 16 (dezesseis) polos de desenvolvimento, sendo que Goiânia é considerado polo natural: Araguaína, Araguacema, Goiatins, Porto Nacional, Paranã, São Miguel do Araguaia, Niquelândia, Posse, Goiás, Anápolis, Formosa, Caiapônia, Rio Verde, Piracanjuba, Ipameri e Itumbiara¹². A estratégia adotada visava implantar no estado uma razoável infraestrutura econômica, através da oferta abundante de energia e de boas rodovias para provocar incentivos a uma rápida industrialização e à modernização da agricultura.

No Governo de Leonino Ramos Caiado (1971-1975), embora se tenha referências de elaboração de um Plano em 1971 (CUNHA, 2006 apud SALGADO, 2010), não se tem registros de publicação legislativa.

Durante o governo de Irapuan Costa Junior (1975-1979), para efeitos de diagnóstico o Estado foi dividido em 07 (sete) regiões: Norte, Noroeste, Nordeste, Leste, Centro Oeste, Sul e Sudoeste, o levantamento identificou desequilíbrios intra e inter-regional, quanto à participação das regiões na população e na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias, comprovando a existência de desníveis regionais acentuados. Quando da análise de uma região em relação a si mesma, verificou-se que tais desníveis caracterizavam-se principalmente por uma economia ora acelerada, ora estacionária e até mesmo involutiva e com estágios diferenciados de desenvolvimento econômico e social (COSTA JUNIOR, 2018, p.55).

A política de desenvolvimento regional no governo, Irapuan Costa Junior, é definida através da estratégia espacial pelo esforço da redução dos desequilíbrios regionais, onde as cidades de Goiás, Rio Verde, Goiânia, Porangatu, Gurupi e Araguaína, aparecem como prioritárias.

Compreenderá basicamente a aplicação de recursos para a organização do espaço físico e econômico, do sistema social e a melhoria, ampliação e implantação de

¹² Os polos de desenvolvimento de Araguaína, Araguacema, Goiatins, Porto Nacional, Paranã, regiões hoje pertencentes ao hoje Estado do Tocantins, criado a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988

equipamentos sociais básicos. Isso se fará inicial e preferentemente nas áreas-programa de cada região e, com muito maior ênfase, no Polo Prioritário de Desenvolvimento de cada área, que é o espaço compreendido pela interligação das três principais cidades de cada região (GOIÁS, 2018, p. 136).

O Plano de Governo estava alinhado à política de Estado Nacional, visando o processo de modernização da agricultura aliando a vocação do Estado para a agropecuária, atendendo às demandas de exportação nacional, sob a influência da Teoria de Polos de Crescimento de Perroux (1955), a intervenção estatal ocorre através da criação de Polos Prioritários de Desenvolvimento, interligando as principais cidades do polo, reduzindo a concentração nos grandes centros.

No governo de Ary Valadão, 1979 a 1984, não houve registro formais de Planos de Governo ou Planos de Ação, mas, em seu governo podemos destacar como potencialidades regionais o Projeto Rio Formoso, Polos de Mineração de: Barro Alto, Canabrava, Niquelândia.

A estratégia espacial, no governo Iris Rezende Machado (198-1986), tem como objetivo maior “promover um desenvolvimento espacialmente equilibrado e socialmente mais justo em que será buscado à distribuição mais harmônica dos benefícios ofertados pelo Poder Público” (MACHADO, 1984, p. 24). A regionalização do território, realizada pelo governo Iris, é em função da estratégia de ação para realização de mutirões itinerantes. “O Programa Mutirão Itinerante visando atingir todo o Estado, dividido em 20 (vinte) regiões, tendo como base a sede dos municípios” (MACHADO, 1984, p. 222).

Os próximos governos, Henrique Santillo (1987-1991); 2º mandato de Iris Rezende Machado (1991-1994); Luiz A. Maguito Vilela (1995-1998), embora com ações relevantes, não constituíram Planos Governamentais ou Planos de Ação em seus governos. Foi no mandato de Marconi F. Perillo Júnior (2000 – 2003) que voltou a se instituir um Plano Governamental (PARREIRA, 2017, p.68).

No governo Marconi Perillo, A Construção do Tempo Novo (1999- 2002), o desenvolvimento regional foi proposto através de Programas de Desenvolvimento Autossustentado, buscando a seletividade no uso dos recursos escassos, sustentabilidade e parcerias. O governo expressa sua preocupação com os desequilíbrios regionais destacando que estas distorções, principalmente quanto à distribuição desigual de renda torna-se grande desafio, com a elaboração do primeiro PPA, 2000- 2003, com 5 (cinco) estratégias, a terceira, Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado, apresenta com objetivo de corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais de crescimento, propiciando um desenvolvimento espacial e ambiental integrado e sustentado, as outras quatro estratégias do PPA 2000-2003, serão detalhadas no capítulo 2.

Será fundamental eliminar as distorções de um mercado e deficiências estruturais que ainda afetam as regiões mais deprimidas, viabilizando, paralelamente, a exploração de seu potencial de desenvolvimento endógeno, criando capacidade competitiva, viabilizando o crescimento sustentado com o mínimo de dependências e vulnerabilidade (MARCONE PERILLO, 1999, p. 103).

Na tabela 1, podemos observar que somente quatro regiões foi objeto de regionalização, segundo Arrais (2007, p. 32),

provavelmente porque as regiões Sul e Sudoeste estão inseridas na primeira estratégia, uma vez que estas regiões são os pilares da modernização agrícola e da exportação de *commodities*, o que se encaixa com o objetivo de tornar-se um polo regional econômico no Brasil.

Tabela 1 - Regiões Prioritárias de Planejamento – PPA (2000-2003)

| Regiões | População -2000 | | | Densidade Demográfica 2000 (%) | ICMS -2002 (%) | Área KM2 (%) |
|--------------------|-----------------|------------|-----------|--------------------------------|----------------|--------------|
| | Total (%) | Urbana (%) | Rural (%) | | | |
| Norte | 6,1 | 5,24 | 11,61 | 5,01 | 2,10 | 17,51 |
| Nordeste | 2,96 | 2,07 | 9,38 | 3,89 | 0,45 | 11,39 |
| Entorno do DF | 16,29 | 15,60 | 14,78 | 23,27 | 11,21 | 11,21 |
| RMG | 32,77 | 36,68 | 4,39 | 432,09 | 68,27 | 1,17 |
| Total das regiões | 58,12 | 60,49 | 40,16 | --- | 73,08 | 41,28 |
| Restante do estado | 41,8 | 39,51 | 59,84 | 15,32 | 26,92 | 58,72 |

Fonte: Arrais (2007, p. 32).

Com a elaboração do segundo PPA 2004- 2007, o estado sofre nova regionalização, para fins estratégicos, sendo dividido em 10 regiões de planejamento, incluindo as quatro definidas no PPA (2203-2004): 01. Metropolitana de Goiânia, 02. Centro Goiano, 03. Norte Goiano, 04. Nordeste Goiano, 05. Entorno do Distrito Federal, 06. Sudeste Goiano, 07. Sul Goiano, 08. Sudoeste Goiano, 09. Oeste Goiano, 10. Noroeste Goiano.

Vale destacar que segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEGPLAN-GO) as divisões destas regiões obedeceram a critérios diferentes:

- Região do Entorno do Distrito Federal foi definida conforme o estabelecido na lei de criação da Ride: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – Lei Complementar (Constituição Federal) n° 94, de 19 de fevereiro de 1998.
- A Região Metropolitana de Goiânia (Grande Goiânia mais Região de Desenvolvimento Integrado) é definida pela Lei Complementar Estadual n° 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei Complementar Estadual n° 54 de 23 de maio de 2005. A Grande Goiânia Compreende 13(treze) municípios

e a Região do Desenvolvimento Integrado composta por sete (sete) municípios.

- As regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano, constantes de primeiro, PPA (2002-2004), foram delimitadas em função de sua homogeneidade em termos de condições socioeconômicas e espaciais e com estratégia de planejamento para investimentos governamentais tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais.
- As outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à Capital foram considerados pertencentes a uma mesma região.

Correia (2006, p.173-175), avaliando a influência externa dos planos de governo, quadro 2, conclui que: a expressiva presença da União, a partir da década de 1930, ante o projeto de nação no qual estava inserido o Estado de Goiás, visou interiorizar o desenvolvimento, surgindo nessa época inúmeros produtos que constituíram o Goiás moderno: Belém- Brasília, Usina de Cachoeira Dourada, a construção de Brasília e dos vários eixos estruturantes que influenciaram o crescimento do estado. A partir de 1980, esta realidade foi significativamente alterada, frente à perda do projeto de nação e, conseqüente esvaziamento da participação federal na elaboração das políticas de desenvolvimento, tendo como resultado o patrimonialismo e o clientelismo, que em Goiás resultou na extinção do Banco de Desenvolvimento de Goiás, liquidação da Caixa Econômica de Goiás e venda da Cachoeira Dourada.

Ocorre, então, um esgotamento e desmonte das instituições de planejamento nos moldes das décadas de 1930 a 1980, no domínio liberal tanto econômico quanto político, o planejamento passa a ser algo desnecessário às influências do pensamento neoliberal de Estado mínimo. Somente durante a década 1990, sob as recomendações do Consenso de Washington, ganha força agenda de reforma do estado, com primazia no planejamento como ferramenta de gestão pública, centrado na concepção de que, o desenvolvimento acontece em um país quando movido pelas forças sociais e de mercado, reguladas privadamente (JUNIOR; GIMENEZ, 2011).

Segundo Arrais (2007, p. 33):

No caso dos governos Mauro Borges e Irapuan Costa Júnior, a necessidade de se dotar o território de infraestrutura e, ao mesmo tempo, modernizar a administração,

implicou em pouca abertura para as questões do envolvimento de outros atores. Já na década de 1990, podemos perceber uma tentativa de reconhecer, no bojo da globalização, processos de desenvolvimento com marca local, a exemplo dos APL (Arranjos Produtivos Locais) e dos Fóruns Regionais. O desenvolvimento aparece, nos três planos, como metas do planejamento.

Ainda segundo Arrais (2007), pensar desenvolvimento regional significa lidar com diversidade, a regionalização do estado em 2004, segue uma tendência a partir da década de 1980 verticalizada, apontando para uma urgência local/regional (arranjos produtivos, desenvolvimento endógeno, inovação, flexibilização entre outros), o desenvolvimento, como meta de planejamento aparece principal, a planos Mauro Borges (1961-1964), Irapuan Costa Junior (1975-1979) e Marconi Perillo (2000-2003), “contendo não somente visão técnica, mas também a visão dos grupos hegemônicos sobre o que, é o significado do desenvolvimento” (ARRAIS, 2007, p. 33-34).

“As regionalizações em território goiano foram também utilizadas como forma de melhorar a distribuição dos recursos com critérios econômicos” (BALBIM; CONTEL, 2013, p.13), diante da premissa de que o desenvolvimento capitalista afeta de maneira diferenciada o território, verificou-se que algumas áreas vinham sofrendo avanços socioeconômicos, enquanto outras se mantinham estáveis ou apresentavam problemas no desenvolvimento acentuado.

A partir da Constituição de 1988, dois pontos merecem destaques quanto à questão do desenvolvimento regional, a necessidade de redução das desigualdades regionais, presente em seu artigo 3º §3º, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e o segundo a exigência da elaboração do PPA, como instrumento de planejamento governamental, de forma regionalizada, das metas da administração pública.

Os Planos Plurianuais de Goiás a partir de 2000 até 2015, e as estratégias com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais em território goiano serão objeto de análise no segundo capítulo.

2. PLANOS PLURIANUAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS

A partir da década de 1980, o modelo de desenvolvimento intervencionista do Estado, sofre uma ruptura em decorrência da grave crise pela qual passa o Estado brasileiro. O pensamento neoliberal de estado mínimo ganha força, inicia-se um período de privatizações, e uma aparente redução da ação intervencionista, aparentemente, por que:

Na verdade, o afastamento do Estado foi apenas um discurso, tendo em vista, que mesmo nas últimas décadas, continua como interventor, principalmente no que se refere à modernização do campo. O que mudou foi a forma de intervenção, passando da infraestrutura para a política financeira, ou seja, passou a financiar diretamente a produção, por meio das políticas fiscais segundo (BORGES, SILVA, & SILVA, 2012).

A promulgação da Constituição de 1988, em seu artigo 165º estabelece para Governo Federal, Estadual e Municipal, para fins de planejamento a elaboração de Planos Plurianuais (PPA), em seu § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Incorporada no cenário brasileiro com grande ênfase a partir de 1995, a chamada nova administração pública de orientação generalista teve no ex-ministro Bresser Pereira e no então constituído Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) o seus principais difusores (JUNIOR E GIMENEZ, 2011, p. 352).

Os PPAs se organizam em linhas gerais, de quatro em quatro anos, sob dois princípios: 1. O primeiro ano de gestão de determinado presidente, executa o que foi previsto no último ano do planejamento do seu antecessor; 2. A junção de orçamento e recursos financeiros (plano) e sua execução por meio de metas físicas, através do detalhamento ou desdobramento do plano em programas e ações setorialmente organizadas.

Segundo Santos (2011, p. 312):

O atual modelo formal de planejamento governamental está ancorado particularmente, em duas bases: A Constituição Federal (CF0, que determinou e conferiu contornos a três instrumentos de planejamento (PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentaria Anual- LOA); e a reforma orçamentária de 2000, que buscava a integração entre plano e, orçamento e gestão.

Ainda segundo Santos (2011), o PPA tem dimensão mais estratégica de planejamento de médio prazo, perseguindo as diretrizes e os objetivos (metas); LDO ilumina o orçamento identificando as prioridades e metas do exercício subsequente, e o orçamento

(LOA) exerce papel de priorizar a eficiência dos gastos, prevendo receita, respeitando as diretrizes, objetivos e metas previstas.

O decreto 2.829 de outubro de 1998, em seu Art. 1º, decreta que: para elaboração e execução do Plano Plurianual 2000-2003 e dos Orçamentos da União, a partir do exercício financeiro do ano de 2000, toda ação finalística do Governo Federal deverá ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano. Parágrafo único. Entende-se por ação finalística aquela que proporciona bem ou serviço para atendimento direto a demandas da sociedade.

De acordo com o Art. 2, cada Programa deverá conter:

- I - objetivo;
- II - órgão responsável;
- III - valor global;
- IV - prazo de conclusão;
- V - fonte de financiamento;
- VI - indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar;
- VII - metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo;
- VIII - ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo;
- IX - regionalização das metas por Estado.

§ único. Os Programas constituídos predominantemente de Ações Continuadas deverão conter metas de qualidade e de produtividade, a serem atingidas em prazo definido.

Em seu Art. 3º- a classificação funcional-programática deverá ser aperfeiçoada de modo a estimular a adoção, em todas as esferas de governo, do uso do gerenciamento por Programas.

§ único- Os Programas serão estabelecidos em atos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitados os conceitos definidos no âmbito federal, em portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento, a ser publicada até 30 de novembro de 1998.

Em 14 de abril de 1999, a portaria do MOG nº 42 define programas como,

Art. 2º, entendem-se por: “Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual”.

O primeiro PPA (2000-2004) de Goiás vai ser elaborado atendendo às exigências constitucionais, com objetivos definidos, metas, estratégias e regionalização. A regionalização torna-se um instrumento para delimitação regional que no caso da região norte, contempla critérios homogêneos, orientando a aplicação dos recursos dos programas definidos nos PPAs.

A divisão regional do estado revela a estrutura desigual do território goiano, com origens desde o período colonial, conforme Estevam (2004) e Silva (2007). Em 2004, 33% do

PIB estadual concentrava-se nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste, as Regiões Nordeste e Noroeste representavam menos de 2% e a Região Norte com pouco mais 2 %. Somente a Região Metropolitana de Goiânia e do Entorno de Brasília concentravam 50% da população do Estado em 2000, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2000).

A diretriz: “Goiás com desenvolvimento harmônico equilibrado”, a partir do PPA 2000-2003 e PPA 2004-2007, tem como objetivo corrigir as distorções e desequilíbrios regionais de crescimento, propiciando um desenvolvimento espacial e ambiental integrado e sustentável. No PPA 2008-2011, as políticas para promoção das desigualdades esta inserida Eixo. 3 Goiás Integrado e Sustentável, no período de 2011- 2015, esta se inserida em dois dos cinco macro objetivos: desenvolvimento econômico com oportunidade para todos os goianos; desenvolvimento ambiental e infraestrutura.

Neste capítulo vamos analisar os Planos Plurianuais no período de 2000-2015, no entanto, ressaltamos que o período de 2000- a 2005, carecem de dados mais consistentes de indicadores publicados, obtendo um nível melhor, no período de 2006 -2015, fato que pode estar ligado à maior valorização que o Governo vem dando ao planejamento na gestão pública.

No primeiro PPA faremos uma análise com base no que foi previsto durante a elaboração e nos outros três a análise será realizada nas despesas liquidadas. Para a nossa análise serão consideradas em todos os PPAs as três primeiras estratégias, pelo fato da quarta estratégia estar ligada a gestão administrativa e a preocupação com o ajuste fiscal e a quinta estratégia por não possuir setor econômico focando em novas práticas de política e de governo.

2.1 O Plano de Governo: A Construção do Tempo Novo – I PPA 2000-2003

O primeiro PPA de Goiás foi elaborado em 1999, Lei 13.570, de 28 de dezembro de 1999, para o período de 2000-2003, no governo de Marconi Perillo. Em mensagem enviada a Assembleia Legislativa, o governo destaca a crise da economia brasileira dos últimos anos ressaltando, a necessidade do Estado adotar um Novo Modelo de Gestão, realista adequada à capacidade aos meios disponíveis. “A nova ordem mundial decorrente da globalização econômica impõe que o estado de Goiás se torne mais competitivo na busca do desenvolvimento social e econômico” (PPA, 1999, p.19). Modulado por programas estabelecendo objetivos, indicando as ações com recursos previstos, este modelo tem como finalidade evitar desperdícios e gastos desnecessários. Neste, modelo, o PPA, é um dos

instrumentos utilizados na busca da eficiência e eficácia no processo de desenvolvimento que tem como princípios básicos:

- Atuar por programa;
- Integrar planejamento e orçamento;
- Dar transparência as ações governamentais;
- Estimular parcerias com o setor privado;
- Permitir e realizar controle da ação governamental e a sua avaliação;
- Assegurar a eficiência nas suas ações.

A promoção do desenvolvimento de regiões menos favorecidas através de programas, com a finalidade de fomento, não é uma novidade, como os programas criados no período de 1970 – 1971: PROTERRA, PRODOESTE, POLOCENTRO, entre outros. A partir dos anos 1980, essa política de incentivos foi perdendo força, dando lugar as políticas ortodoxas, reduzindo as despesas do estado para equilibrar o orçamento.

A riqueza econômica nem sempre significa melhoria da qualidade de vida da população, a maneira como ela é distribuída, sim, esta é decisiva. Um modelo de desenvolvimento social e econômico sustentável com futuro melhor, igualdade de oportunidades só é possível, com correção das desigualdades, eliminando as deficiências estruturais que afetam algumas regiões do território goiano. A estratégia governamental para a correção destas desigualdades será pautada pela implantação de programas autossustentável para as regiões do estado de Goiás (PLANO DE GOVERNO, 1999).

A preocupação com o desequilíbrio regional esta inserida no PPA (2000-2003) em seu artigo:

Art.2- Constituem objetivos estratégicos da administração pública estadual, direta ou indireta, no período de 2000 – 2003:

§ 3º - a correção das distorções e dos desequilíbrios regionais e a gestão da ocupação do espaço territorial de forma harmoniosa e sustentável em relação ao meio ambiente e o crescimento da economia deverão ocorrer através:

I- da implantação de programas governamentais especiais no entorno de Brasília, no Norte Goiano, Nordeste de Goiás e Região Metropolitana (Lei 13.570 de 1999).

A estrutura do PPA (2000 – 2003) é composta basicamente por duas partes: as bases estratégicas (que devem apresentar a análise da situação econômica e social do território e as diretrizes ou objetivos estratégicos do plano) e os programas (que devem apresentar a definição dos problemas que se tem por objetivo solucionar e o conjunto de ações que deverão

ser empreendidas pra atingir os objetivos estabelecidos) (SALGADO, ARRAIS, E LIMA, 2010, p. 132).

Apesar da estratégia do PPA prever a implantação dos programas para todas as regiões do Estado, foram estabelecidas algumas regiões prioritárias para investimento com a elaboração dos programas: Programa Região Metropolitana de Goiânia (RMG); Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal (EDF); Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano (NO) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano (NE).

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano visa alterar o perfil socioeconômico da Região de forma integrada e permanente, com indução a novos investimentos, gerando um aumento na renda da região e uma melhor qualidade de vida de sua população utilizando as suas potencialidades regionais em termos de bens, riquezas, produtos e recursos naturais locais, com os elementos construtivos desse processo e procurando o tratamento e a gestão de seus entraves com a execução de projetos específicos e a projeção de suas potencialidades as quais reunirão perspectivas mais imediatas de desenvolvimento e competitividade (PPA, 2000-2004).

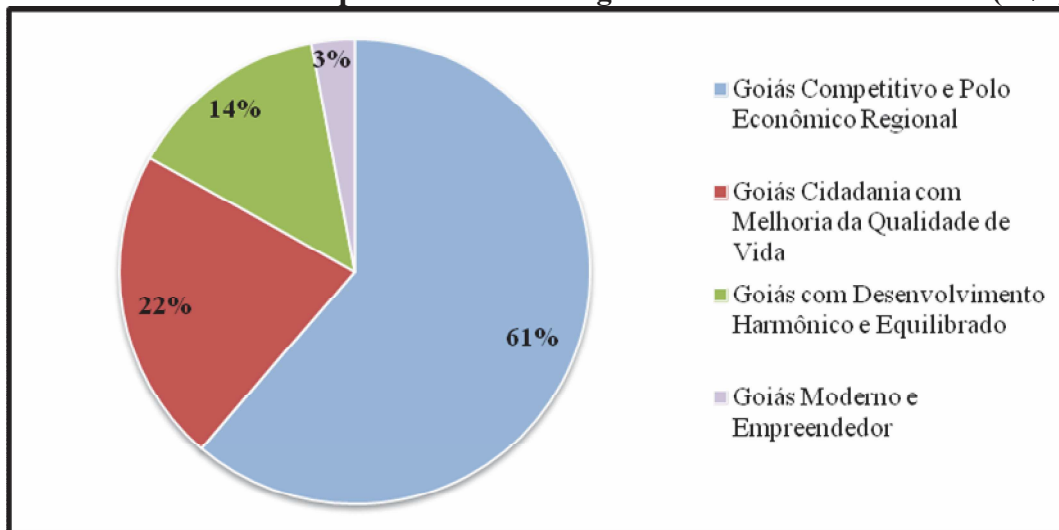
Foram adotadas 5 (cinco) estratégias de orientação, quadro. 3:

Quadro 3- Diretrizes Estratégicas, Objetivos e Setores Econômicos – PPA 2000-2003.

| Estratégia | Objetivo | Setores Econômicos |
|--|--|--|
| 1-Goiás competitivo e polo econômico regional | Desenvolver e fomentar a competitividade Goiás no contexto da economia globalizada enfrentando os desafios para produzir em padrões de eficácia em nível mundial consolidando o estado como polo econômico regional. | Desenvolvimento macroeconômico -agropecuário, indústria, comércio e serviços- mineração – infraestrutura turismo- economia – ciência e tecnologia. |
| 2-Goiás cidadania com melhoria na qualidade de vida | Criar condições aos goianos de acesso e facilidade de atendimento aos bens sociais e ao mercado de trabalho permitindo o pleno exercício da cidadania. | Educação, cultura e esporte – saúde – segurança e justiça, assistência e promoção social – geração de renda e trabalho. |
| 3- Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado | Corrigir as distorções e desequilíbrios regionais de crescimento, propiciando um desenvolvimento espacial e ambiental integrado e sustentável. | Desenvolvimento regional – meio ambiente e recursos hídricos – saneamento - habitação e desenvolvimento urbano. |
| 4- Goiás moderno e empreendedor | Transformar a estrutura do governo modernizador descentralizado e construindo um serviço voltado ao cidadão e estabelecendo canais de comunicação com a população. | Gestão pública – finanças públicas – divulgação e publicidade. |
| 5- Alianças e parcerias em prol de Goiás | Criar nova prática política e de governo que incorpore toda a sociedade em um novo Goiás mais solidário e democrático. | Não há setores econômicos. |

Fonte: Salgado, Arrais e Lima (2010).

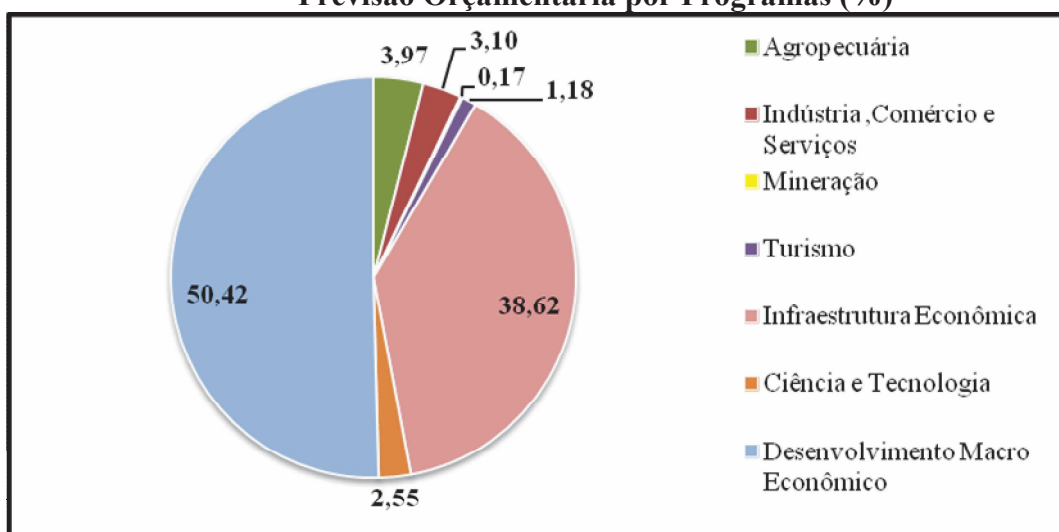
Gráfico 1-Recursos Previstos por Linhas Estratégicas/PPA 2000-2003. Valor (R\$1,00)



Fonte: IMB/Coletânea de Planejamento-PPA 2000-2003

Do orçamento total de 19,9 bilhões, estavam previstos para os programas 15,7 bilhões distribuídos conforme, gráfico 1, a Estratégia Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional, com a maior parte dos recursos previstos 61%, a Estratégia Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado com 14% do previstos. Na Estratégia Goiás Competitivo estavam programas como capacitação do funcionalismo, incremento de receitas, modernização fazendária, ajusta fiscal, programas voltados para a melhora da gestão do Estado em geral.

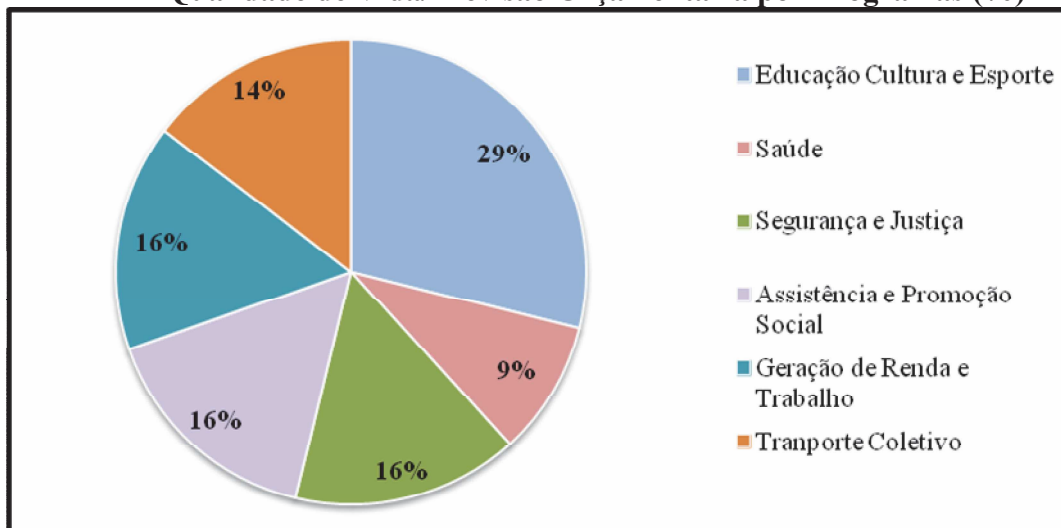
Gráfico. 2-Linha Estratégica Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional/ Previsão Orçamentária por Programas (%)



Fontes: IMB/Coletânea de Planejamento-PPA 2000-2003

Nota-se no gráfico 2, que para a agropecuária foram previstos 3,97%, prioritariamente os investimentos desta estratégia estavam para a os programas de desenvolvimento macro econômicos, para o fortalecimento dos incentivos fiscais e para manutenção e conservação da malha rodoviária, programas com a finalidade de inserir de Goiás na economia mundial e nacional, com a melhora da infraestrutura, um dos entraves principalmente para a agricultura e ampliação dos incentivos fiscais tão utilizados a partir de 1990, em consequência da guerra fiscal, criando de acordo com o governo maior competitividade das empresas.

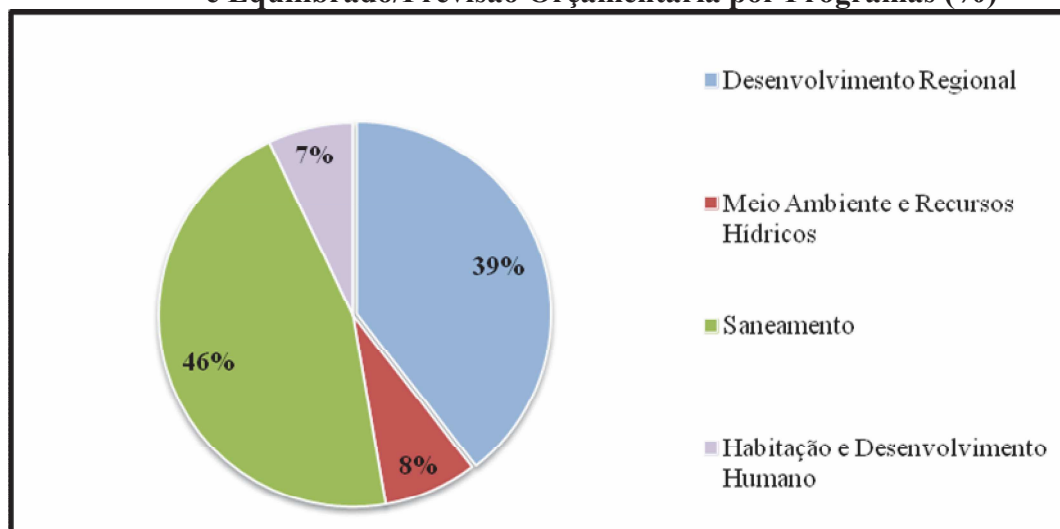
Gráfico 3 - Linha Estratégica Goiás Cidadania com Melhoria na Qualidade de Vida/Previsão Orçamentária por Programas (%)



Fontes: IMB/Coletânea de Planejamento-PPA 2000-2003

No gráfico.3, observamos que para os programas de assistência e promoção social foram previstos 16% e para educação 29%, nesta linha estratégica estão os programas como renda cidadã, bolsa universitária e salário escola , vale destacar que o PPA 2000-2003, ressalta “o novo modelo proposto pelo estado tem o ser humano como fim chegando-se ao consenso que a riqueza econômica nem sempre significa melhoria da qualidade de vida da população, a maneira como ela é distribuída sim” (GOIÁS,1999, p.4). No entanto, os programas sociais representaram 1% dos investimentos previstos para a Estratégia, Cidadania com melhoria da qualidade de vida.

Gráfico 4 – Linha Estratégica Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado/Previsão Orçamentaria por Programas (%)



Fonte: IMB/Coletânea de Planejamento-PPA 2000-2003

No gráfico 4, na Estratégia Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado, 39% dos recursos foram para o desenvolvimento regional, divididos entre os quatro programas das regiões prioritárias de investimento, (RMG, EDF, NO e NE) representando, pouco um mais 4,5 % dos 19,9 bilhões, sendo 49% dos investimentos para o saneamento básico incluindo a Implantação da Barragem do João Leite e da Estação de Tratamento de Esgoto de Goiânia-ETE, indicando uma concentração dos recursos previstos para Região Metropolitana umas da quatro regiões prioritárias de investimentos indicadas no PPA.

Neste primeiro PPA vale ressaltar como marco o retorno do planejamento, com o objetivo de modernizar o Estado, com programas de valorização do funcionalismo, melhoria da infraestrutura, fortalecimento dos incentivos fiscais e parcerias públicas privadas, criação da Universidade Estadual de Goiás-UEG e de programas sócias com Bolsa Universitária e Renda Cidadã.

2.2 Plano de Governo: Goiás para o Século XXI-Avançar Mais – II PPA 2004 -2007

O segundo PPA manteve as cinco linhas estratégicas do primeiro (Goiás competitivo e Polo Econômico Regional, Goiás Cidadania e Melhoria na Qualidade de Vida, Goiás em Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado, Goiás Moderno e Empreendedor, Alianças e Parcerias em Prol de Goiás).

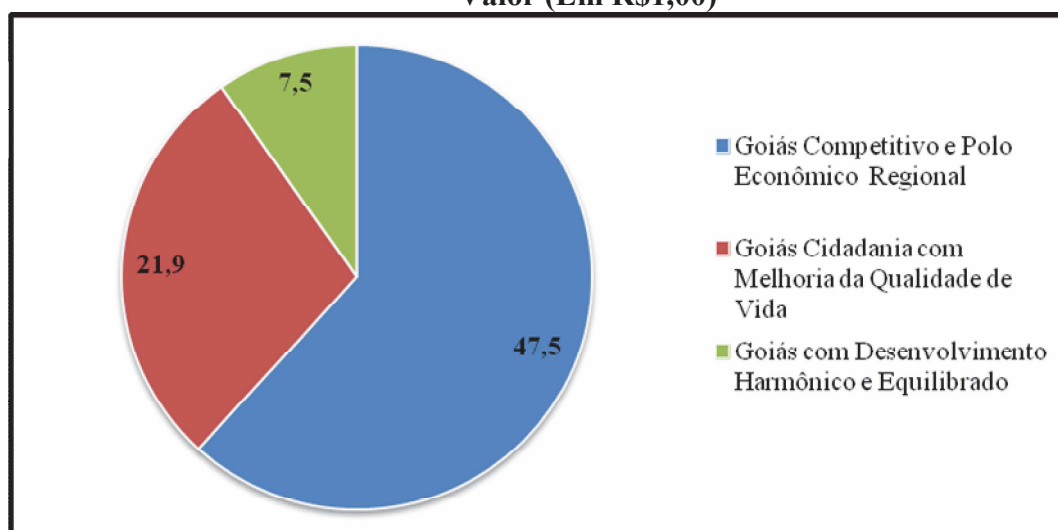
A previsão de investimento foi de 38,8 bilhões, acréscimo de 92%, em relação ao primeiro com 19,9 bilhões. Para a Estratégia de Desenvolvimento Regional, foi previsto um

investimento por volta de 2% do total do plano, ou seja, 7,1 milhões, sofrendo uma redução significativa em relação ao PPA anterior. Enquanto no primeiro PPA havia 125 programas, no segundo, este número foi reduzido para 90 programas. Segundo Cunha (2009), esta redução no número de programas pode estar ligada ao amadurecimento dos gestores governamentais no planejamento, identificando a similaridade entre os vários programas criados no primeiro PPA.

No gráfico. 5, podemos observar uma semelhança da previsão orçamentária em relação ao PPA anterior, a primeira estratégia tem a maior previsão de investimento onde estão os programas de infraestrutura e modernização dos transporte e telecomunicação.

Apesar de, a questão regional ter sido tratada no primeiro PPA, a dez regiões de planejamento foram integradas no PPA 2004-2007, conforme os critérios já tratados no capítulo primeiro. As ações foram então regionalizadas para as quatro regiões prioritárias de investimento: Região Metropolitana de Goiânia – RMG Entorno do Distrito Federal – EDF – Norte Goiano – N – Nordeste Goiano – NE, as que não estão inseridas nestas regiões constam na categoria A Regionalizar, podendo ser entendida como previsão orçamentária referente a outras seis regiões de planejamento (Centro, Oeste, Sul, Sudeste, Sudoeste e Noroeste).

Gráfico 5- Recursos Previstos por Linha Estratégica- Valor (Em R\$1,00)



Fonte: Fonte: IMB/Coletânea de Planejamento-PPA 2004-2007

Quadro 4 - Resumos por Linhas Estratégicas/Recursos para as Regiões Prioritárias

| Estratégias | Regiões Prioritárias |
|-------------|----------------------|
|-------------|----------------------|

| | RMG (%) | EDF (%) | N (%) | NE (%) | *A Regionalizar | Total (%) | **Investimento (R\$) |
|--|---------|---------|-------|--------|-----------------|-----------|----------------------|
| 1- Goiás competitivo e polo econômico | 2,5 | 6,2 | 3,4 | 7,4 | 80,5 | 100 | 8.434.196.861,98 |
| 2- Goiás cidadania com melhoria na qualidade de vida | 35 | 7 | 6 | 5 | 47 | 100 | 6.878.120.422,10 |
| 3-Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado | 40 | 13 | 8 | 5 | 34 | 100 | 2.850.439.003,46 |

Fonte: PPA 2004 - 2007. Elaborada pelo autor.

* As que não estão inseridas nestas regiões constam na categoria A Regionalizar.

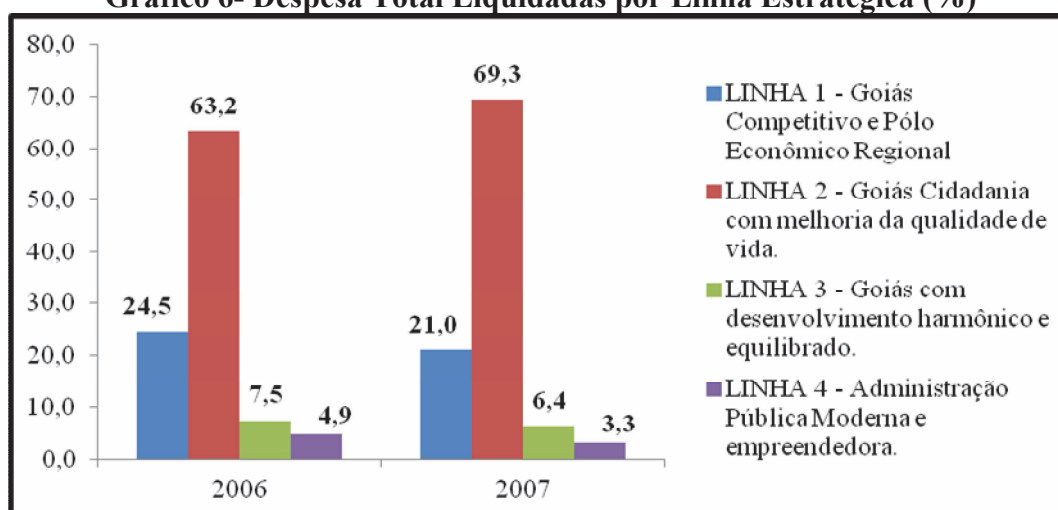
** Investimentos correspondem ao total dos recursos previstos nos programas em que consta previsão de recurso para a Região Norte, e não a previsão total da estratégia.

Nota-se no quadro 4, que a maioria dos recursos previstos foi para Região Metropolitana de Goiânia, para o Entorno do Distrito Federal, ou então para a categoria A Regionalizar, destinadas as outras seis regiões de planejamento.

Do total previsto para a Estratégia Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado 8%, foram previstos para a região norte, para programas de pavimentação, e apoio para formação e gestão consórcios intermunicipais.

A partir de 2006, o Relatório de Gestão Governamental, registrados no Portal da Transparência são disponibilizados, registros da análise orçamentária tendo como parâmetro do orçamento autorizado e a despesa liquidada, o que nos permite analisar o grau de priorização dado pelo volume de investimentos financeiros alocados.

Gráfico 6- Despesa Total Liquidadas por Linha Estratégica (%)



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2006/2007. v.1

No gráfico 6, notamos que a Linha Estratégica .2 foi a de melhor desempenho com mais de 60% do que foi previsto, em 2006 e 2007, liquidados acima da Linha Estratégica.1

com maior previsão orçamentária 47,%, do total previsto para as quatro estratégias, conforme demonstrado no gráfico.5 quando a elaboração do PPA, indicando uma mudança em relação aos anos de 2000-2005, que priorizaram os investimentos em infraestrutura.

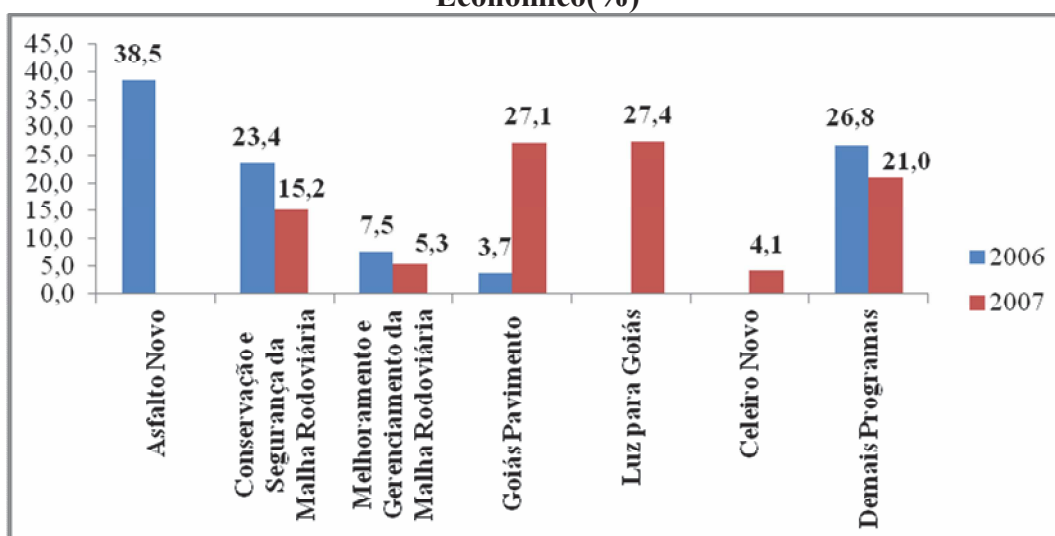
Na tabela. 2, Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional, estratégia onde estão inseridos os setores - Agropecuário, Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Desenvolvimento Macro Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Infraestrutura, Mineração e Turismo, que no seu conjunto têm como objetivo desenvolver e fomentar a competitividade da economia goiana; notamos que o setor com maior participação relativa na estratégia é de infraestrutura econômica.

Tabela 2- Estratégia Goiás Competitivo e Polo Econômico

| Setor | Participação na Estratégia (%) | |
|---------------------------------|--------------------------------|---------------|
| | 2006 | 2007 |
| Agropecuário | 5,69 | 7,60 |
| Ciência e Tecnologia | 3,52 | 2,61 |
| Desenvolvimento Macro Econômico | 1,99 | 1,29 |
| Indústria, Comércio e Serviços. | 8,37 | 6,86 |
| Infraestrutura Econômica | 77,26 | 79,05 |
| Mineração | 1,52 | 2,10 |
| Turismo | 1,65 | 0,50 |
| Total | 100,00 | 100,00 |

Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2006/2007. v.1

Gráfico 7- Participação por Programas /Estratégia Goiás Competitivo e Polo Econômico(%)



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2006/2007. v.1

Entre os programas com maior efetividade, em função das despesas liquidadas, dos seis observados no gráfico. 7 cinco são programas de infraestrutura e apenas um do setor

agropecuário, demonstrando uma tendência registrada no PPA, de priorização da melhora da infraestrutura do Estado.

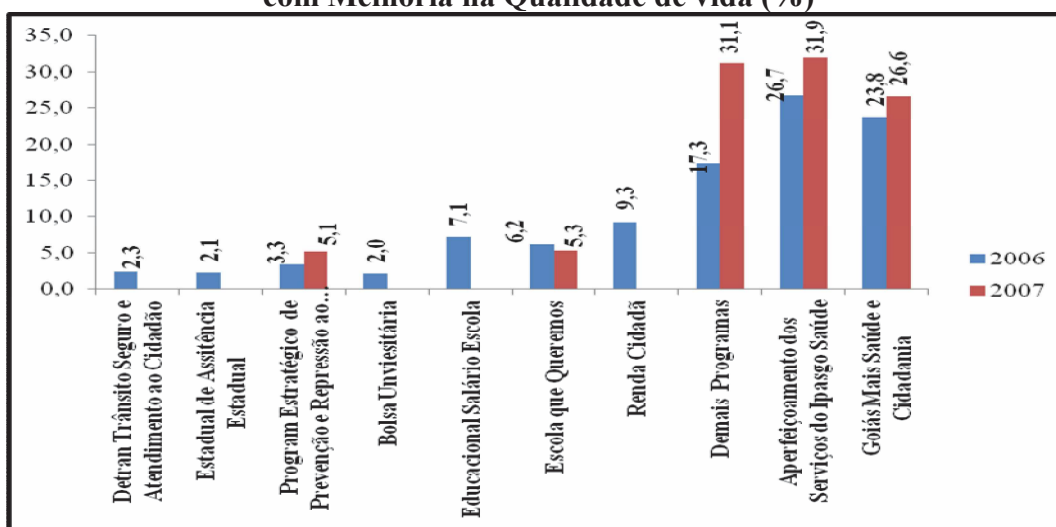
Tabela 3 – Estratégia Goiás com Melhoria da Qualidade de Vida

| Setor | Participação na Estratégia (%) | |
|-------------------------------|--------------------------------|---------------|
| | 2006 | 2007 |
| Assistência e Promoção Social | 12,44 | 6,59 |
| Educação | 23,04 | 14,66 |
| Esporte | 0,49 | 1,53 |
| Cultura | 4,01 | 0,76 |
| Geração de Renda e Trabalho | 0,37 | 0,28 |
| Segurança e Justiça | 7,24 | 9,70 |
| Saúde | 50,09 | 62,80 |
| Transporte Coletivo | 2,30 | 3,68 |
| Previdência | 0,01 | --- |
| Total | 100,00 | 100,00 |

Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2006/2007. v.1

Na tabela. 3 , Goiás Cidadania com Melhoria da Qualidade de Vida, nesta linha estão setores de planejamento– Assistência e Promoção Social, Educação, Esporte, Cultura, Geração de Renda e Trabalho, Segurança e Justiça, Saúde, Transporte Coletivo e Previdência são responsáveis por criar as condições de acesso e facilidade de atendimento aos serviços sociais, a inclusão e manutenção, no mercado de trabalho e o exercício da cidadania. A participação do Setor de Saúde é destacada dentro da Linha Estratégica, com maior com maior participação relativa, com 50,09% e 62,80% em 2006 e 2007 respectivamente dentro da estratégia, acima dos 12,99% e 6,59%, do setor de assistência e promoção social.

Gráfico 8 – Participação dos Programas-Eixo Goiás Cidadania com Melhoria na Qualidade de vida (%)



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2006/2007. v.1

Dentre os programas com maior participação no Setor de Saúde, gráfico. 8, esta Programa de Aperfeiçoamento do Ipasgo Saúde e Goiás Mais Saúde e Cidadania, que buscavam a melhoria do acesso e a integralidade das ações.

Tabela. 4, Goiás com Desenvolvimento Harmônico Equilibrado, nesta linha estratégica estão inseridos os seguintes setores de planejamento: Desenvolvimento Regional, Habitação e Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Saneamento que, no seu conjunto, têm como objetivo a correção de distorções e desequilíbrios regionais, propiciando o crescimento sustentável do Estado.

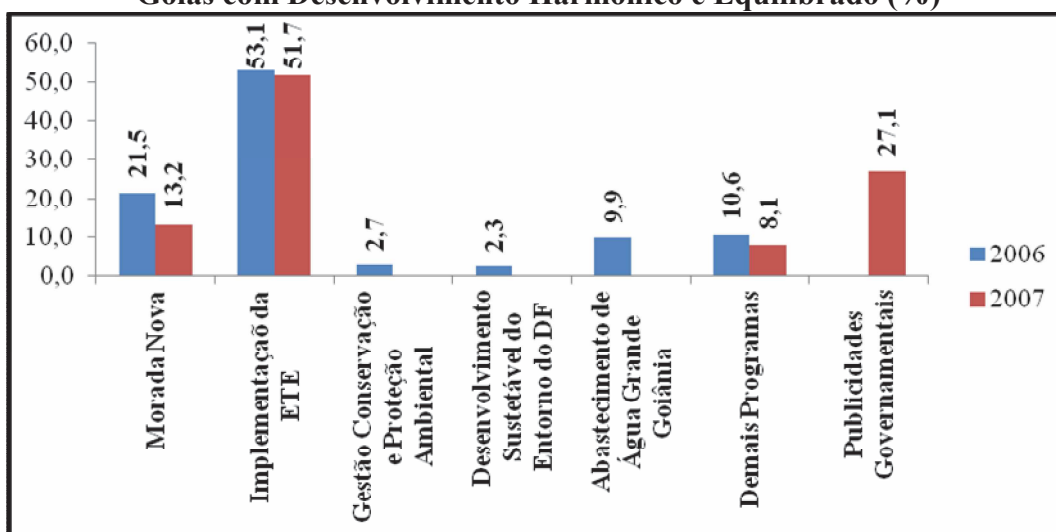
Nota-se uma variação entre os diferentes setores nos anos de 2006 e 2007. O Desenvolvimento Regional que em 2006 teve a maior participação na linha estratégica 51,40%, em 2007 sua participação reduziu para 0,88%. Em 2007 o setor com 81,81% com maior participação foi o saneamento básico.

Tabela 4 – Estratégia Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado

| Setor | Participação na Estratégia (%) | |
|------------------------------------|--------------------------------|---------------|
| | 2006 | 2007 |
| Desenvolvimento Regional | 51,40 | 0,88 |
| Habitação e Desenvolvimento Urbano | 19,68 | 13,94 |
| Meio Ambiente e Recurso Hídricos | 20,30 | 3,38 |
| Saneamento | 8,62 | 81,81 |
| Total | 100,00 | 100,00 |

Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2006/2007. v.1

**Gráfico 9- Participação dos Programas/
Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado (%)**



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2006/2007. v.1

O setor Saneamento apresentou a maior participação relativa dentro da Linha, gráfico. 9, em 2006 e 2007 com o programa Implementação de Tratamento de Esgoto de Goiânia-ETE ,atingindo 72,67% do valor total liquidado no setor, seguido pelo setor de Habitação e Desenvolvimento Urbano, com o programa Morada Nova. Dos 51,40% em, 2006 do setor de desenvolvimento regional, 76,71% foi Programa Asfaltamento de Vias do Transporte Coletivo. Chama a atenção nesta estratégia o fato de em 2007, 27,1% dos recursos foram para publicidade Governamental.

O Plano Estratégico do Governo 2003-2006 destaca a necessidade de melhorar a competitividade goiana, mediante estratégias que potencializem as forças econômicas do estado, com sólida superação dos entraves ao desenvolvimento destacando alguns desafios a serem vencidos,

-O desafio de continuar o severo esforço de redução das desigualdades e na formulação e execução de políticas que assegurem vida digna para todos.

- O desafio de um desenvolvimento harmônico e equilibrado (regional e urbano), com segura recuperação e preservação do meio ambiente e adequado uso dos avanços da ciência e tecnologia (Goiás, 2003).

Estes desafios, delineados no Plano Estratégico seriam vencidos através das ações e estratégias do PPA 2004-2007, não se diferenciando muito do que foi proposto pelo PPA 2000-2003, privilegiando o setor de infraestrutura. Em 2006 e 2007, o setor de infraestrutura teve uma participação de 77,26% e 79,05% respectivamente na estratégia. 1. Na estratégia. 2 a maior participação foi para o setor de saúde com 59,09% e 62,80%, e na estratégia. 3 o setor de 8,62% e 81,81%, respectivamente.

2.3 Plano de Governo: Goiás, Estado da Qualidade de Vida –III PPA 2008 -2011.

O Plano Plurianual para o período 2008 – 2011, constituído por programas, encontra-se organizado por macro objetivo/ estratégia mobilizadora. As ações estão regionalizadas pelas 10 regiões de planejamento para o atingimento das metas, e as que não estão inseridas nestas regiões constam na categoria a Regionalizar¹³, com investimentos previstos distribuídos anualmente para o período de 2008 a 2011.

Em 2010, o PPA 2008- 2011 vão ser revisados com validade para 2010 -2011, que segundo o governo do estado.

¹³ A regionalização das metas só é obrigatória por força de lei para os programas finalísticos (bens ou serviços diretos para atendimento direto às demandas da sociedade). A regionalização expressa as metas distribuídas para cada região.

Além de atender prerrogativas constitucionais, faz-se necessária devido à dinâmica do processo de planejamento e da gestão pública, numa época de mudanças frequentes nos cenários interno e externo, e o procedimento ora apresentado está fundamentado na Lei nº. 16.193 de 16/01/08, que dispõe sobre o Plano Plurianual. Não se trata da elaboração de um novo PPA e sim do aperfeiçoamento do sistema de planejamento na busca de uma execução mais eficiente e eficaz das prioridades do governo, sendo que os ajustes realizados têm as seguintes finalidades: - assegurar que a implementação dos programas atenda eficazmente aos Macros Objetivos e Estratégias Mobilizadoras; - adequar os programas e ações à atual realidade socioeconômica e financeira do Estado; - realinhar os programas e ações à nova estrutura organizacional estabelecida pela Lei 16.272, de 30 de maio de 2008; - compatibilizar os custos dos programas com a previsão de receita (GOIÁS, 2010-2011).

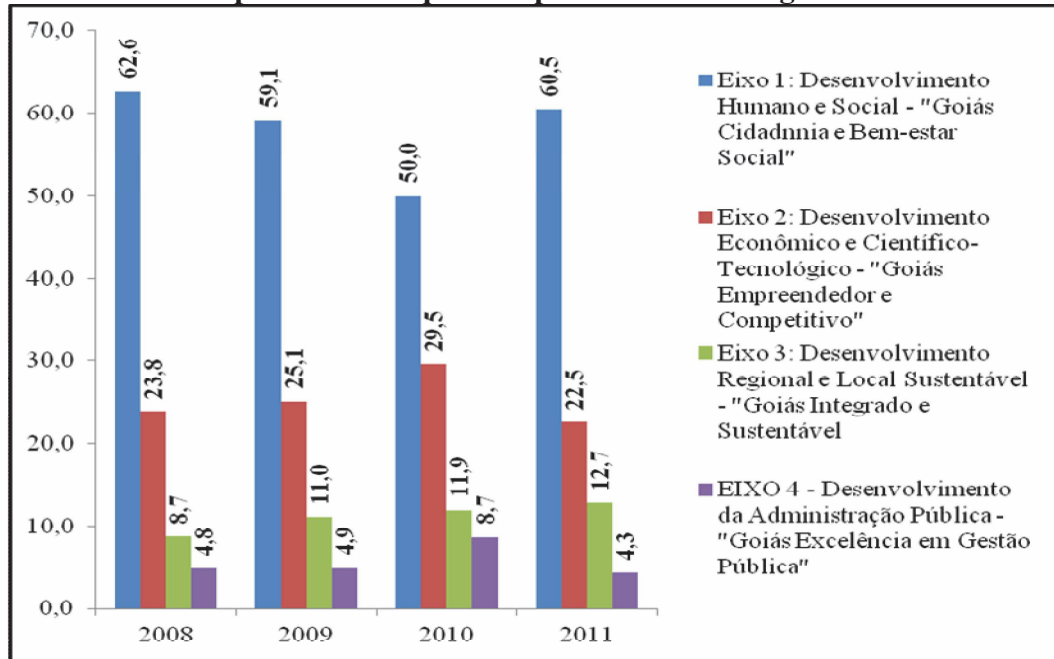
Quadro 5. Eixos/Objetivos e Estratégias Mobilizadoras – PPA 2008 – 2011.

| Eixos | Objetivos | Estratégias Mobilizadoras |
|--|---|--|
| Eixo 1. Goiás Cidadania e Bem Estar Social | Consolidação e expansão do pleno exercício da cidadania, bem estar social e acesso universal aos bens e serviços básicos de qualidade de vida. | Educação universalizadora de oportunidades; segurança; saúde, rede de proteção e inclusão; cultura, excelência no esporte e promoção social. |
| Eixo 2. Goiás empreendedor e competitivo | Avanço da competitividade e eficiência da economia, fomentando os polos dinâmicos de Goiás, considerando as tendências da sociedade do conhecimento e da economia, gerando níveis adequados de empregos e distribuição da riqueza. | Conhecimento, tecnologia e inovação; economia competitiva e expansão de investimento e emprego; vantagens comparativas em infraestrutura energética, logística e obras públicas; polos dinâmicos industriais, de serviços turísticos, de mineração e agronegócios; incremento das relações internacionais e comércio exterior. |
| Eixo 3. Goiás Integrado e Sustentável | Equacionamento de um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável, corrigindo distorções e desequilíbrios regionais, locais e urbanos, assegurando o progresso com responsabilidade social e qualidade ambiental para as presentes e futuras gerações. | Interiorização do desenvolvimento e cidades sustentáveis, qualidade ambiental e responsabilidade social; regiões de desenvolvimento harmônico e equilibrado; saneamento básico universalizado; habitação popular de qualidade. |
| Eixo 4. Goiás Excelência e Gestão Pública | Alcance da excelência da Administração Pública com foco no cidadão, avançando mais a modernidade e profissionalismo, promovendo a responsabilidade financeira e eficiência fiscal, integrando as ações de um governo transparente, empreendedor e líder de desenvolvimento. | Avanço de gestão e regulação dos serviços públicos; gestão da qualidade a serviços do cidadão; rede planejamento, orçamentos, gestão controladoria internas com ética, transparência e democratização. |
| Eixo 5. Goiás com Parcerias e União Política | Articulação e ativação das capacidades de Estado, do mercado e da sociedade civil rumo ao desenvolvimento, estabelecendo canais participação, parcerias estratégicas e união política, consolidando a cada dia um novo Goiás. | Parcerias estratégicas para o desenvolvimento; articulação e apoio administrativo municipal; fóruns de debate para o desenvolvimento de Goiás; Goiás líder de alavancagem da região Centro-Oeste; alianças e políticas por Goiás. |

Fonte: PPA 2008 – 2011/ Elaboração do autor

Para o PPA 2008-2011 estavam previstos 36,6 bilhões de recursos, destes 18,1 bilhões previstos para as linhas estratégicas 52%, distribuídos, diferentemente dos PPAs anteriores a estratégia com maior previsão de recursos Goiás foi, Goiás Cidadania e Bem Estar Social, com os projetos de saúde e renda, contrariamente aos anteriores, que privilegiaram a estratégia Goiás Competitivo e Polo Econômico voltado principalmente para os programas de infraestrutura, gráfico 10.

Gráfico 10 - Despesa Total Liquidada por Linha Estratégica-PPA 2008-2011



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2008/2009/2010/2011. v.1

Com mudança na distribuição dos recursos previstos, com ênfase na linha estratégica de Qualidade de Vida da População, programas na área de saúde e educação se destacam com maior participação dentro da estratégia. 1, tabela .5, mantendo sua participação acima de 60% no caso dos programas do setor de saúde no período de 2008 -2011. Neste setor estão programas como: Reestruturação de Regionais e Postos de Atendimento, Divulgação e Ampliação da participação do Servidor na Gestão do Ipasgo, Readequação financeira do ipasgo saúde, Otimização do Atendimento Médico Hospitalar ao Usuário, Implantação e implementação da Gestão Documental Arquivista, Ampliação dos Benefícios aos Usuários e Implementação de Serviços de Assistência à Saúde.

Gráfico 11- O Programa de Aperfeiçoamento do Ipasgo Saúde foi o que registrou a maior participação na estratégia atingindo em 2011, 47,32% do previsto para toda a estratégia. Entre os de melhor efetividade quanto às despesas liquidadas estão: Programa Qualificação e

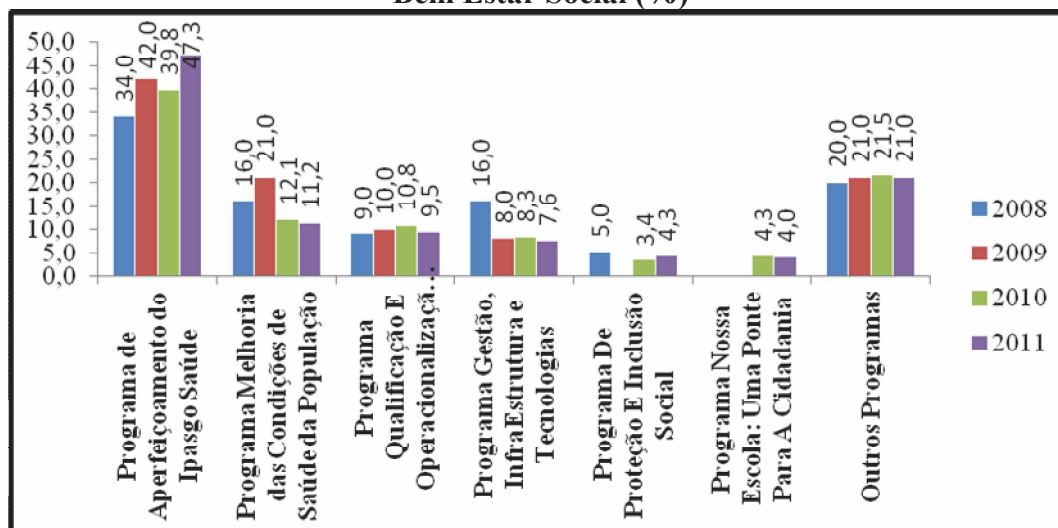
Operacionalização Da Rede Assistencial De Referência Da Ses/GO, Programa Gestão, Infraestrutura e Tecnologias, Programa De Proteção e Inclusão Social, Programa Nossa Escola, Uma Ponte Para A Cidadania.

Tabela 5- Estratégias Goiás Cidadania e Bem Estar Social

| Estratégia | Participação na Estratégia (%) | | | |
|--|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Educação Universalizadora de Oportunidades | 18,95 | 12,28 | 13,48 | 11,87 |
| Segurança Pública Integral | 7,39 | 8,58 | 8,33 | 7,79 |
| Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão | 64,04 | 67,76 | 65,18 | 68,71 |
| Rede de Proteção e Inclusão Social | 8,64 | 9,84 | 11,55 | 10,84 |
| Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer | 0,98 | 1,54 | 1,46 | 0,79 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governo /2008/2009/2010/2011. v.1

Gráfico 11 – Participação por Programas/Eixo Goiás Cidadania e Bem Estar Social (%)



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2008/2009/2011.v.1

Apesar da previsão de recursos neste PPA, priorizando a estratégia da Cidadania e Bem Estar Social, o Programa De Proteção e Inclusão Social teve uma participação de 5% e 4,26%, em 2008 e 2011 respectivamente. Os programas da área da saúde foram os tiveram a melhor desempenho com destaque para os programas de Aperfeiçoamento da Saúde do Ipasgo seguido pelo programa de Melhoria das Condições de Saúde da População.

Na tabela 6, no eixo. 2 aparece o setor de Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas com maior participação no período de 2008 -2011(78,98%; 69,90%;80,60% e 62,56%) respectivamente. Neste setor estão os programas: Programa Aeroportuário, Programa Asfalto Novo, Programa Conservação e Segurança da Malha Rodoviária, Programa de Construção, Ampliação, Reforma e Gerência de Prédios Públicos, Programa Estrada Nova, Programa Goiás Pavimentado, Programa Melhoramento e Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual, Programa Energia para o Campo, Programa Luz para Goiás 3, Programa Energia Racional, Programa Desenvolvimento da Rede Multimodal de Transporte, Programa Goiano de Bioenergia e Programa Político Integrado para o Serviço de Transporte Rural.

Tabela 6- Estratégia Goiás Competitivo e Polo Econômico

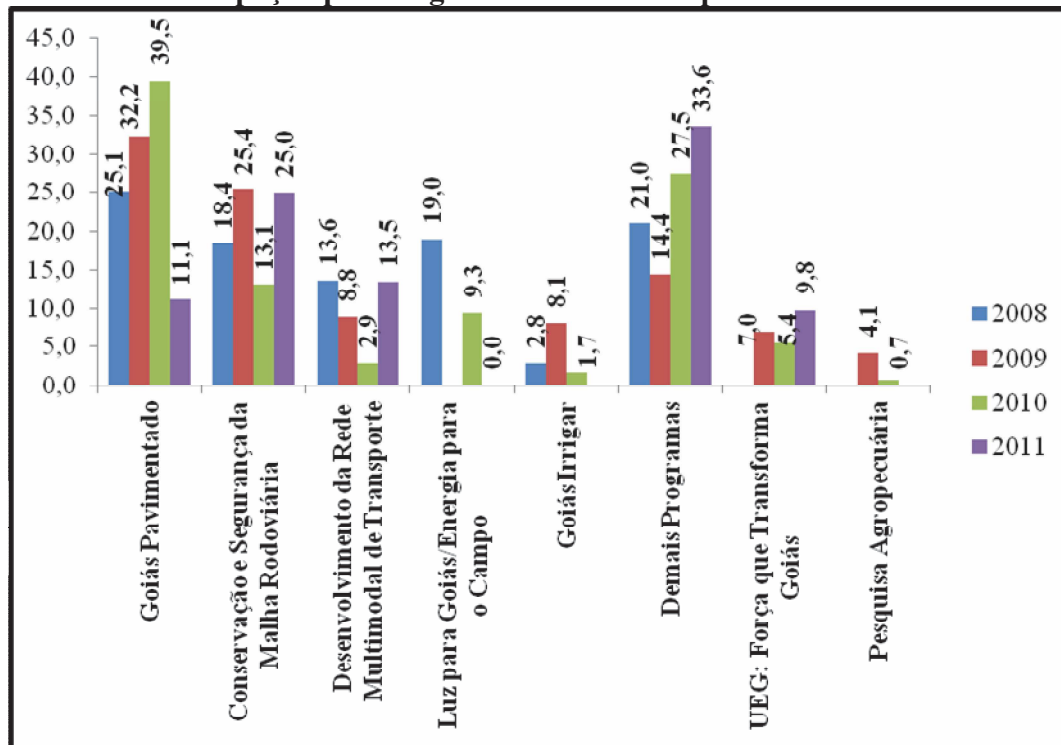
| Estratégia | Participação na Estratégia (%) | | | |
|---|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Conhecimento, Tecnologia e Inovação | 3,89 | 8,77 | 8,44 | 22,22 |
| Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos | 3,07 | 0,13 | 1,04 | 0,04 |
| Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas | 78,98 | 69,90 | 80,60 | 62,56 |
| Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócio | 14,06 | 21,20 | 9,86 | 15,15 |
| Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,06 | 0,02 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência Governamental/2008/2009/2010/2011. v.1

Os programas de infraestrutura são os que mais se destacam nesta estratégia, vale ressaltar que o programa Universidade Estadual de Goiás-UEG, Força que Transforma Goiás e o e Pesquisa Agropecuária, aparecem pela primeira vez entre os programas de efetividade das despesas liquidadas em relação aos PPAs anteriores, gráfico 12.

Entre os programas de maior efetividade nesta estratégia estão: Goiás Pavimentado, Construção, Conservação e Segurança da Malha Rodoviária e o Rede Multimodal de Transporte, representando e os maiores volumes liquidados, 79%, 75%, 73,7%, 49,63%, de 2008-2009 respectivamente dentro do eixo.

Gráfico 12 – Participação por Programas- Goiás Competitivo e Polo Econômico (%)



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2008/2009/2010/2011. v.1

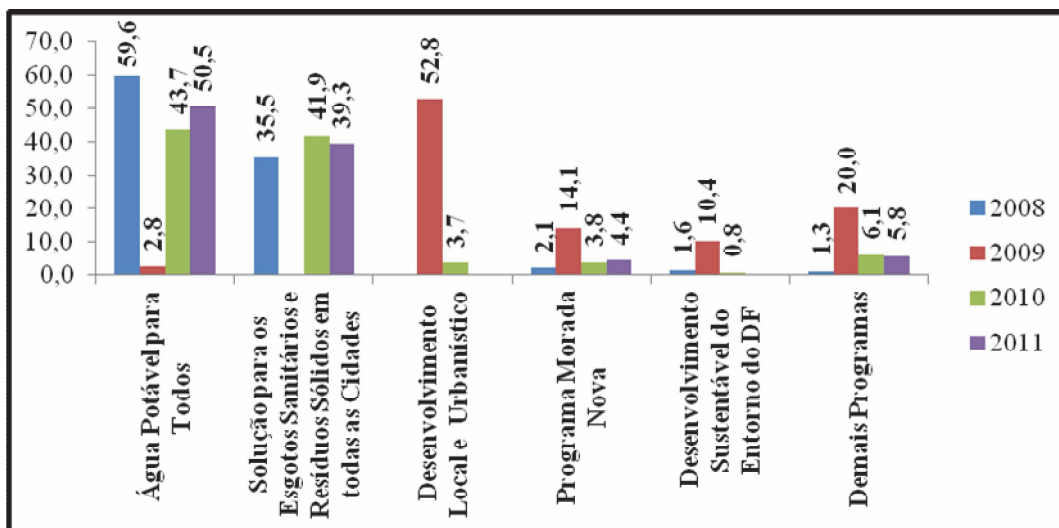
Na tabela. 7, setor com maior efetividade é Regiões de Desenvolvimento Harmônico Equilibrado e Qualidade Ambiental e de Responsabilidade Social, com os programas: Programa para Mobilidade na Região Metropolitana e Municípios de Médio Porte, Programa de Planejamento e Infraestrutura Metropolitana, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do DF, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano e Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano - Nordeste Novo.

Tabela. 7 – Estratégia Goiás Integrado e Sustentável

| Setor | Participação na Estratégia (%) | | | |
|--|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis | 12,25 | 12,25 | 37,17 | 0,29 |
| Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social | 25,71 | 25,71 | 33,14 | 13,68 |
| Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado | 51,63 | 51,63 | 14,42 | 29,41 |
| Saneamento Básico Universalizado | 10,29 | 10,29 | 1,31 | 1,79 |
| Habitação Popular de Qualidade | 0,12 | 0,12 | 13,96 | 54,82 |
| Total | 100 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2008/2009/2010/2011. v.1

Gráfico 13 – Participação por Programas /Estratégia Goiás Integrado e Sustentável (%)



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2008/2009/2010/2011. v.1

No gráfico. 13, o programa Água Potável para Todos atingiu um desempenho de 59,62% 43,7% 58,48% em nos anos 2008 , 2010 e 2011 respectivamente , com programas de abastecimento de água para a região Metropolitana de Goiânia, para região do Entorno e para cidades de até 30.000 habitantes. O Desenvolvimento Local e Urbanístico está entre os de melhor desempenho com 52,7% no ano de 2009, com ações para qualificar a Gestão Municipal e ampliar as estruturas técnicas municipais, orientando a partir de políticas públicas bem fundamentadas e estruturadas, fortalecendo o município como ente federado, elaboração de planos diretores.

Neste terceiro PPA podemos destacar no terceiro eixo o setor de água, para com programa de Água para Todos em municípios de até 30.000 hab., atingindo principalmente a região norte e nordeste, nos PPAs anteriores esses investimento ficaram em sua maioria para construção da Estação de Agua de Goiânia. Os investimentos em transporte priorizaram os municípios de entorno de médio porte. A também que se destacar o fortalecimento dos municípios com programas para qualificação da gestão municipal.

2.4 Plano de Governo: Tempo de Mudança - O melhor Futuro para Goiás / IV

PPA 2012 -2015.

O plano de governo 2011 - 2014 possui três eixos estratégicos básicos: Estratégia Radical na Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social, Revitalização e Ampliação da Infraestrutura e Estruturação de uma nova Administração Pública (reconstrução e inovação) a

meta do governo neste PPA e de transformar Goiás no maior polo de desenvolvimento do Brasil,

Cabendo ao Estado ser agente promotor e articulador das forças que contribuem para esse desenvolvimento, cujos esforços devem somar-se não só aos demais Poderes e entes federativos, mas também, àqueles empreendidos pelo setor privado e terceiro setor, que compartilham da construção do bem estar social (GOIÁS, 2011).

De acordo com o governo de Goiás, o planejamento ganha importância renovada no momento da elaboração do PPA 2012-2015, na busca de alternativas para financiar os programas e projetos prioritários, diante da escassez de recursos e desaquecimento da economia brasileira, havendo necessidade de organizar os principais programas, segundo sua prioridade, com o objetivo de atingir a meta de transformar Goiás no maior polo de desenvolvimento brasileiro.

Com o objetivo de racionalizar aplicação dos recursos, financiar os programas e encontrar os meios mais eficientes e rápidos de alcançar o resultado é lançado o Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento-PAI ancorado nos eixos estratégicos e nos macro objetivos.

Forma inteligente de prover racionalidade e realismo na implantação dos principais programas de Estado, direcionando corretamente a aplicação dos escassos recursos disponíveis, em benefícios das ações efetivamente prioritárias, reduzindo substancialmente os riscos de perdas e desperdícios de receitas e esforços. Sua estruturação seguiu o planejamento de Governo elaborado para atual gestão que se ancora em eixos estratégicos e macro- objetivos, cujo propósito maior é transformar o Estado, em um dos maiores polos nacionais de desenvolvimento (PAI/2012, p.16).

Os três eixos se desdobram nos macro objetivos: Eixo Estratégia Radical na Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social em macro objetivo: Cidadania Já com Desenvolvimento do Ser Humano; o Eixo Revitalização e Ampliação da Infraestrutura em dois macros objetivo: Desenvolvimento Econômico com Oportunidade para todos os Goianos; Desenvolvimento Ambiental e Infraestrutura Urbana para Melhor Qualidade de Vida; o Eixo Estruturação de uma nova Administração Pública em macro objetivo: Governo Dinâmico e Transparente com um Estado a Serviço da Sociedade.

No PPA também ficou definida a política de prospecção e atração de investimento para Goiás nas áreas Mineral /Infraestrutura e Energética e investimentos privados para Agronegócio/Metal Mecânica e Medicamentos.

O PPA 2012-2015, Lei 17.543, foi elaborado de forma a contemplar o desenvolvimento regional, com programas e ações divididos quanto a sua finalidade em:

programas finalísticos, programas de gestão de política pública e programa de apoio administrativo. Quanto a sua natureza em: Programas Estruturantes, aqueles com iniciativas governamentais capazes de alavancar outras iniciativas, sejam elas públicas ou privadas, possuindo efeito multiplicador, com forte impacto econômico e/ou social; Programas Prioritários, aqueles voltados ao atendimento das prioridades finalísticas das ações públicas.

Para elaboração do PPA 2012-2015, foram promovidas reuniões em várias regiões levantando as expectativas e ações prioritárias de cada região, que estão tipificadas em três áreas: Planejamento Setorial (educação, saúde, segurança pública, saneamento, habitação, transporte, etc.); Planejamento Regional (Nordeste Entorno do DF, Oeste, Grande Goiânia e Polos de Desenvolvimento); Planejamento Segmentado (crianças e adolescentes, idosos, servidores públicos, juventude, pessoas com deficiência, mulheres, dependentes químicos, movimentos comunitários, mototaxistas, taxistas e feirantes).

No Planejamento Regional estão inseridos oito polos de desenvolvimento (Polo de Desenvolvimento do Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília; Polo de Desenvolvimento Econômico do Sudoeste Goiano; Polo de Desenvolvimento Eixo-Ferrovia Norte-Sul; Polo de Desenvolvimento Mineral do Norte Goiano; Polo de Desenvolvimento do Corredor Hidrovia Turística do Rio Araguaia; Polo de Desenvolvimento Econômico e Turismo das regiões dos Lagos do rio Paranaíba; Polo de Desenvolvimento do Eixo Turístico Histórico Brasília - Corumbá de Goiás - Pirenópolis Jaraguá - Cidade de Goiás; Polo de Desenvolvimento das Vocações Municipais; Polo de Desenvolvimento de Anápolis) e por cinco projetos (Projeto Desenvolvimento da Grande Goiânia; Projeto Desenvolvimento do Nordeste Goiano; Projeto Desenvolvimento do Oeste Goiano; Projeto Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; Projeto Desenvolvimento de Aparecida de Goiânia).

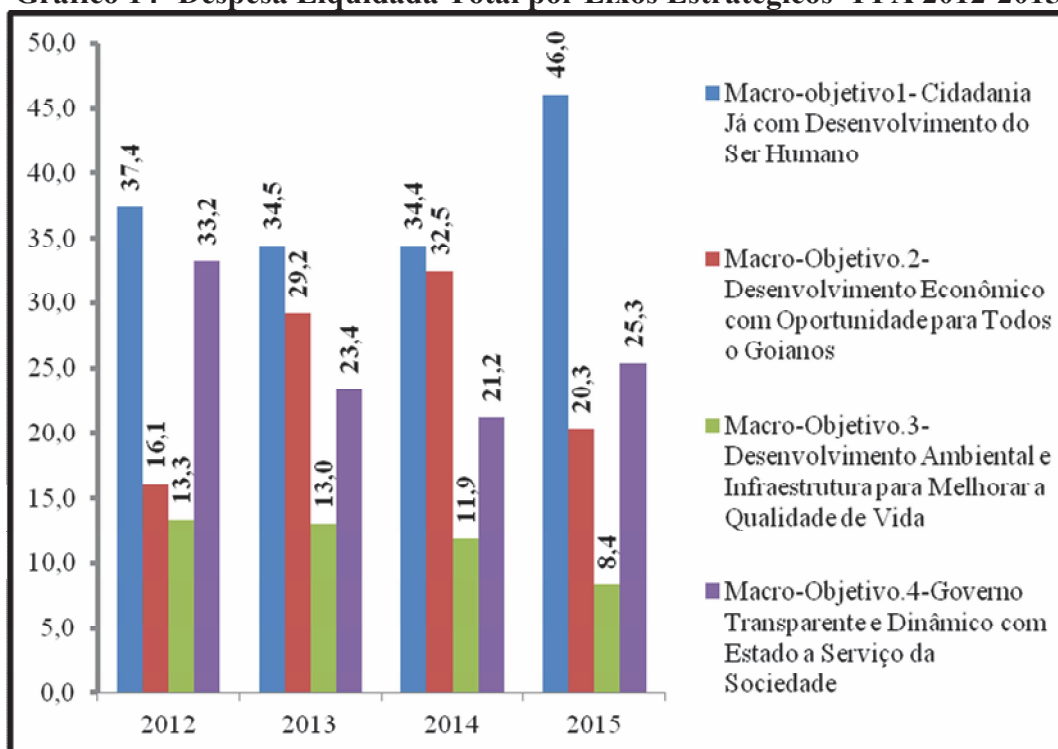
O orçamento previsto para o PPA 2012- 2105 de R\$ 60.7 bilhões para os três macros objetivos foram previstos R\$ 26,2 bilhões (43%), observando uma maior paridade na distribuição, quadro. 6 , dos recursos entre as diferentes linhas estratégicas.

Quadro 6 - Distribuição dos Recursos por Macro Objetivos

| Macro Objetivos | Distribuição dos valores (%) |
|---|------------------------------|
| Cidadania Já com Desenvolvimento do Ser Humano | 22% |
| Desenvolvimento Ambiental Sustentável e Infraestrutura Urbana para Melhor Qualidade de Vida | 27% |
| Desenvolvimento Econômico com Oportunidade para todos os Goianos | 27% |
| Governo Dinâmico e Transparente com um Estado a Serviço da Sociedade. | 24% |

Fonte: IMB/ Coletânea de Planejamento/PPA 2012-2015

Gráfico 14- Despesa Liquidada Total por Eixos Estratégicos- PPA 2012-2015



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2012/2013/2014/2015. v.1

O gráfico. 14, apresenta a distribuição da despesa liquidada nos Eixos Estratégicos por macro objetivo. Nota-se que o macro objetivo com maior representatividade foi Cidadania Já com Desenvolvimento do Ser Humano, com 37,39%, 34,47%, 46,03%, 46,03%, no período de 2012-2015 respectivamente do total da despesa liquidadas, em conformidade com o evidenciado no quadro. 6.

A análise ainda do gráfico possibilita também evidenciar a participação relativa do eixo Revitalização e Ampliação da Infraestrutura. Nesse sentido o macro-objetivo Desenvolvimento Econômico com Oportunidade para Todos os Goianos 16,10%, 29,17%, 20,29% e 20,29% e da despesa realizadas e o macro-objetivo, Desenvolvimento Ambiental Sustentável e Infraestrutura Urbana para Melhorar a Qualidade de Vida participaram com 13,30%, 13,00%, 8,35% e 8,35% das despesas liquidadas no período respectivamente.

Chama a atenção ainda, no gráfico. 14, o fato do macro-objetivo Governo Transparente e Dinâmico com Estado a Serviço do Cidadão ter uma participação relativa no período maior que eixos Desenvolvimento Econômico com Oportunidade para Todos os Goianos e o Desenvolvimento Ambiental Sustentável e Infraestrutura Urbana para Melhorar a Qualidade de Vida, onde todos os programas desse eixo referem-se a administração pública

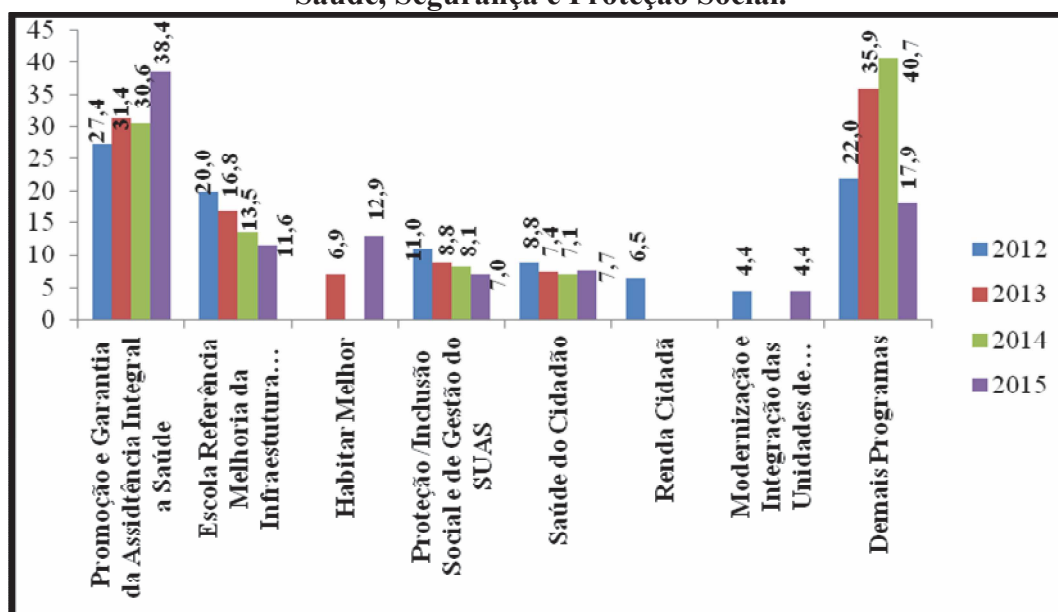
Tabela 8- Estratégia Radical em Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social.

| Macro Objetivo/Setor | Participação na Estratégia (%) | | | |
|-------------------------|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Cultura | 0,88 | 0,82 | 1,52 | 1,62 |
| Educação | 26,08 | 23,40 | 19,52 | 16,05 |
| Esporte e Lazer | 0,47 | 1,63 | 0,39 | 0,13 |
| Proteção Social | 22,22 | 18,63 | 19,01 | 14,57 |
| Saúde | 38,24 | 44,25 | 49,19 | 55,26 |
| Segurança | 12,10 | 11,27 | 10,38 | 12,36 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2012/2013/2014/2015. v.1

Na tabela. 8, o setor da Saúde está entre o de maior participação na estratégia. Neste setor estão os Programas de Modernização e Humanização da Administração, Melhoria da Informação em Saúde, Programa Saúde Inclusiva, Programa Saúde Do Cidadão, Programa Promoção e Garantia da Assistência Integral à Saúde e Programa de Modernização e Sistematização na Produção de Medicamentos.

No gráfico. 15, o Programa Promoção e Garantia da Assistência Integral à Saúde e Programa Escola Referência Melhoria da Infraestrutura estão entre os que mais de maior desempenho. O Programa Renda Cidadã só aparece entre o melhor desempenho no ano de 2012.

Gráfico 15 - Participação Por Programas /Eixo Estratégico Radical em Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social.

Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2012/2013/2014/2015. v.1

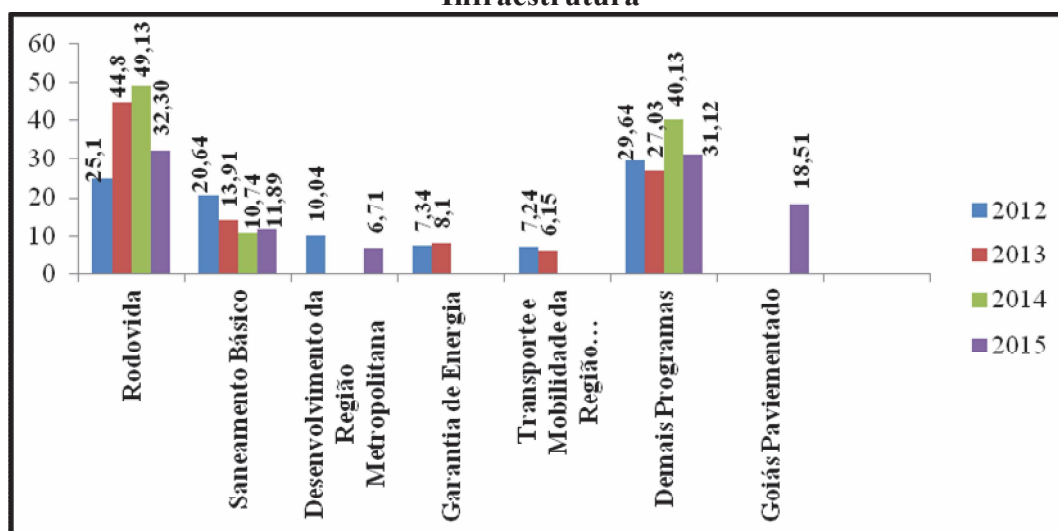
Tabela 9 - Estratégia Revitalização e Ampliação da Infraestrutura.

| Macro Objetivo/Setor | Participação na Estratégia (%) | | | |
|--|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Macro Objetivo: desenvolvimento econômico com oportunidade para todos os goianos | 76,64 | 85,47 | 90,54 | 90,92 |
| Setor: competitividade econômica | 11,22 | 8,19 | 6,25 | 6,09 |
| Setor: infraestrutura econômica | 65,41 | 77,28 | 84,29 | 84,83 |
| Macro-Objetivo: desenvolvimento ambiental sustentável e infraestrutura urbana para melhor qualidade de vida | 22,36 | 14,53 | 9,46 | 9,08 |
| Setor: urbanismo e meio ambiente | 22,36 | 14,53 | 9,46 | 9,08 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2012/2013/2014/2015

Na tabela. 9 , Setor de infraestrutura Econômica com mais de 50% de participação na estratégia. Os programas de infraestrutura, principalmente rodoviária e o de saneamento básico, estão entre os programas de melhor desempenho, podemos destacar o baixo desempenho dos programas nesta estratégia, conforme gráfico. 16, nenhum dos programas atingiram mais de 50% dos valores liquidados, o programa com maior valor liquidado foi o rodovia que atingiu 40,13% , em 2014, o desenvolvimento regional com da região metropolitana atingiu em 2012 10,04% do valor liquidado.

Gráfico 16 – Participação por Programas /Estratégia Revitalização e Ampliação da Infraestrutura



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2012/2013/2014/2015

A partir da estratégia do PAI definiu-se 40 programas prioritários decorrentes do plano de governo e do PPA 2012-2015. Estes programas receberam um “Selo de Prioridade do PAI”. A importância do selo foi criar uma ordem de prioridade, entre as diversas frentes

que o estado deveria atuar, de forma a garantir a cada um desses programas a execução orçamentária. É criado o “tesouro do PAI” que obteve recursos dos vários fundos geridos pelas diversas secretarias do governo, gerido pela Secretaria de Gestão e Planejamento.

No total o PAI prevê investimentos que podem ultrapassar R\$ 46 bilhões no período de 2012 a 2014, sendo R\$15,7 bilhões de recursos do governo estadual, R\$ 2,2 bilhões do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e R\$ 2,6 bilhões do setor privado. Na figura. 1, abaixo estão as áreas de ação do PAI.

Figura 1- Dimensão Estratégica do PAI



Fonte: PAI/2012

No PAI Gestão de Desenvolvimento Regional estão os programas: Polos de Desenvolvimento Regional, no PAI Economia estão o Programa de Fortalecimento e

Expansão da Atividade Agropecuária no Estado-SEAGRO, Programa Estadual de Mineração e Programa de Desenvolvimento da Economia Goiana, programas estes que tratam da questão regional, no quadro 7, a previsão de investimento de alguns programas.

Quadro 7- Programas do PAI Economia/PAI Polos de Desenvolvimento Regional

| Programas | Previsão de Investimento | Fontes de Financiamento |
|--|---|---|
| Polos de Desenvolvimento Regional | R\$ 408,63 milhões (Tesouro R\$ 78,70 milhões; Convênios R\$77,62 milhões; Direta. Arrecadação R\$ 160,6 milhões; BNDES – Op de crédito: R\$ 91,7 milhões). | FOMENTAR/PRODUZIR |
| Programa de Fortalecimento e Expansão da Atividade Agropecuária no Estado. | R\$ 268,29 milhões | EMATER - Recursos próprios. |
| Programa Estadual de Mineração | R\$ 35 milhões | FUMINERAL - Fundo de Fomento a Mineração |
| Programa de Desenvolvimento da Economia Goiana | R\$503,3 milhões | FUNDES - Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás. FOMENTAR/ PRODUZIR |

Fonte: PAI/2012. Elaboração do autor.

A previsão de investimentos do quadro 7 merece algumas observações quanto aos programas, FOMENTAR/ PRODUZIR¹⁴. O FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás), criado pela Lei nº 9.489, de 19/07/1984, com o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do estado. O PRODUZIR com incentivos: à implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais.

Nota-se na tabela 10 abaixo, que a mineração é a maior previsão de investimento, em 2013, lembrando que a região norte esta inserida no Polo de Desenvolvimento Mineral do Norte. No entanto, estudos realizados pelo IMB (2013) demonstram que no período de maio de 2001 a maio de 2012, a metade¹⁵ Sul de Goiás ficou com 80% dos recursos em relação à metade norte, ficando evidente a concentração de recursos, o que tende a manter as disparidades regionais e as desigualdades entre o norte e sul. Existem ainda algumas

¹⁴ Para maiores informações sobre estes programas texto disponível em <http://www.sic.goias.gov.br/post/ver/112604/fomentar>

¹⁵ As metades foram divididas na altura de 16°0'0'', ou seja, dezesseis graus ao sul da linha do Equador. Municípios com sede acima dessa linha formam a metade norte e os abaixo a metade sul (IMB/2012).

microrregiões que não possuem capacidade de captação de recursos por falta de infraestrutura e aglomeração de pessoas, dois dos requisitos para o investimento se tornar atrativo, entre essas microrregiões estão as duas que compõem a Região Norte (Microrregião de Porangatu e de São Miguel do Araguaia).

Tabela 10 - Percentual de Empresas com Previsão de Investimentos, por atividade em 2013- Programas Fomentar/Produzir

| Atividade Econômica | Previsão de Investimento por Ramo de Atividade (%) |
|---------------------|--|
| Abatedouro | 6 |
| Alimentício | 6 |
| Automotivo | 9 |
| Destilaria | 6 |
| Mineração | 54 |
| Outros | 19 |

Fonte: Instituto Mauro Borges/SEGPLAN/2014
Elaboração do Autor

Ainda analisando a tabela 10, observa-se que Indústria da Mineração, com 54% dos investimentos públicos previstos, e o setor automotivo com 9% do total, indica uma mudança dos projetos em 2013, o setor de alimentos, que nos últimos 40 anos puxaram o processo de desenvolvimento, deu lugar a outras atividades segundo do IMB (2014).

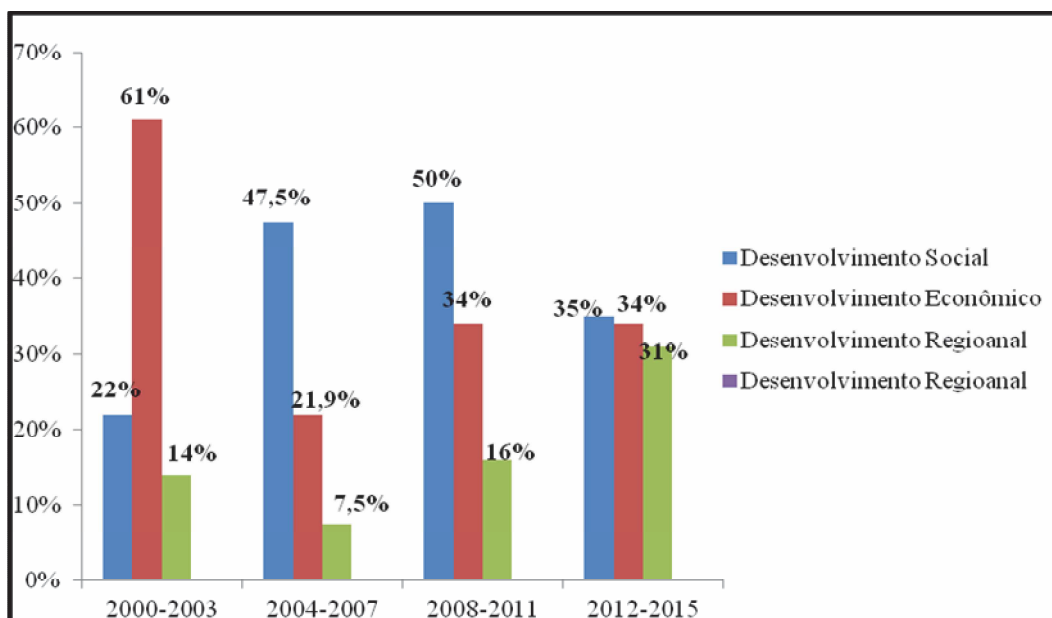
Apesar dos PPAs do período de 2000 a 2015, não demonstrarem unicidade na nomenclatura e na quantidade de eixos e estratégias, mesmo assim vamos fazer uma análise dividindo-os em três eixos quanto previsão orçamentária dos PPAs.

Observando o gráfico 17, no PPA 2000-2003 o eixo com maior previsão orçamentária foi o desenvolvimento Econômico, nota-se que a partir do PPA 2004-2007 ocorre uma mudança, o eixo de desenvolvimento social fica com a maior previsão orçamentária até o ano de 2015.

Os programas com maior desempenho entre o previsto e realizado ficaram para programas de Infraestrutura Econômica, Asfalto Novo, Goiás Pavimentado, Luz para Goiás. Cano (2017) argumenta que o crescimento do setor agrícola, em regiões distantes e longes dos centros consumidores tem como gargalo da produção, a infraestrutura, como o caso do Centro-Oeste que possui infraestrutura de transporte deficiente. Estando esses investimentos

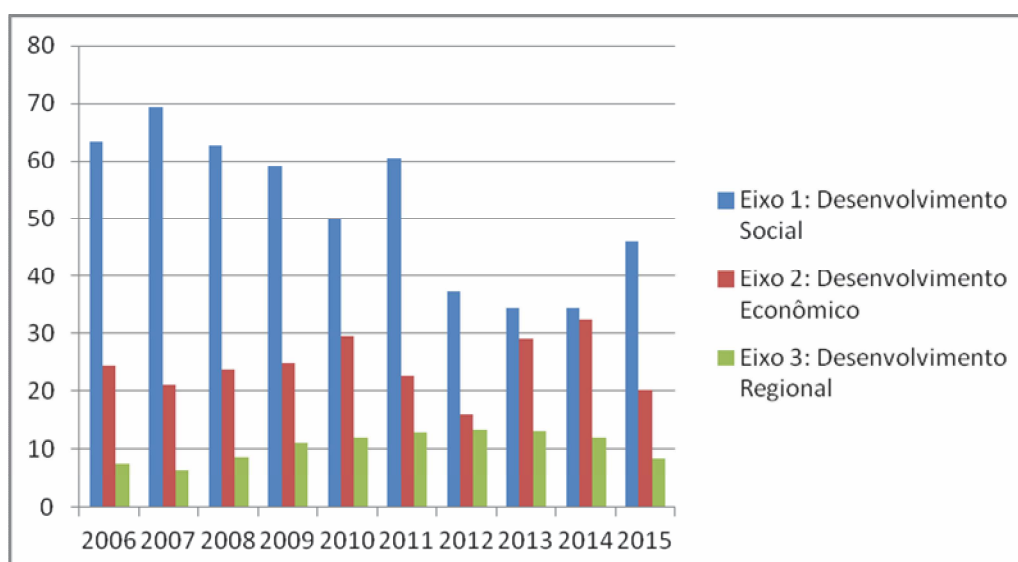
na maioria dos PPAs analisados com ênfase na infraestrutura de transporte, pode ser este fato justificado, pela necessidade de atender as demandas do agronegócio.

Gráfico 17 - Previsão Orçamentária por Eixo/PPA 2000-20015



Fonte: IMB/Coletânea de Planejamento/PPA 2000-2015.

Gráfico 18- Execução Orçamentaria – Participação nos PPAs 2006-2015



Fonte: SEFAZ/ Portal da Transparência / Relatório da Gestão Governamental/2012/2013/2014/2015

Ainda analisando o gráfico. 18, índice de participação dos eixos no orçamento podemos observar a priorização dos recursos destinados, dado pelo volume alocado, ao eixo desenvolvimento social a partir do ano de 2006, com destaque para os programas Promoção e

Garantia de Assistência Integral à Saúde, Aperfeiçoamento dos Serviços de Ipasgo Saúde, Água Potável para Todos, Solução para Esgoto Sanitários e Resíduos Sólidos em Todas as Cidades, o que confirma principalmente a partir de 2006 uma mudança em relação ao primeiro PPA de priorização do eixo de Desenvolvimento Social.

A que se destacar a sintonia dos PPAs goianos com os PPAs do Governo Federal. Os PPAs 2004-2007, se baseiam em recuperar as condições econômicas para fazer o Brasil voltar a crescer, como o primeiro passo com o lançamento do PAC em 2007, com o objetivo de aumentar o ritmo de crescimento da economia através da expansão de investimentos em infraestrutura, com ampliação e construção de rodovias e ferrovias, como a Norte-Sul, organizados em três eixos básicos logística, infraestrutura social e urbana.

Outro objetivo do PPA nacional é ideia de transformar a justiça social na alavanca para o desenvolvimento, PPA 2004-2007, sendo o Estado indutor da retomada do crescimento formada por parcerias entre Estado e sociedade, pública e privada, com estratégia que se contempla a inclusão social, fortalecimento da cidadania e redução das disparidades regionais.

O PPA 2008-2011 é apresentado como uma expansão da Estratégia de Justiça Social do PPA 2004-2007, tendo entre seus dez objetivos: promover a inclusão social e a redução das desigualdades, promover o crescimento econômico sustentável, reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional, objetivos estes também encontrados nos PPAs de Goiás.

3. A REGIÃO DO NORTE GOIANO

A Região Norte é formada pelos municípios de: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Crixás, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mozarlândia, Mundo Novo, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Crixas, Nova Iguaçu de Goiás, Novo Planalto, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás São Miguel do Araguaia, Trombas, Uirapuru e Uruaçu, num total de 26 municípios. A região apresenta crescimento demográfico negativo, tabela 11, no período de 1991 - 2000, apesar de representar 17,51 % do território do estado, sua representatividade no PIB e na arrecadação do ICMS é pequena, conforme tabela. 12.

Tabela 11- Crescimento Demográfico

| Território | 1991(A) | 2000 (B) | Crescimento (B/A) % |
|---------------------------|-------------------|--------------------|----------------------------|
| Brasil | 146.85.475 | 169.799.170 | 15,64 |
| Centro-Oeste | 9.427.601 | 11.636.728 | 3,43 |
| Goiás | 4.018.903 | 5.003.228 | 24,49 |
| Região Norte Goiás | 312.891 | 300.807 | -3,86 |

Fonte: IBGE/PPA 200-2003

Tabela 12 – ICMS/PIB –Região Norte/Estado de Goiás-Ano Base 2000/2004

| Dados | Região Norte (R\$ mil) | Estado de Goiás (R\$mil) | Região/ Estado (%) |
|--------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| Arrecadação do ICMS (R\$) - Ano 2000 | 45.272 | 2.198.012 | 2,06 |
| Produto Interno Bruto- Ano 2004 | 2.339.542 | 48.020.949 | 4,87 |

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica/2009- Elaboração do autor.

O Norte de Goiás apesar de localizar-se em posição geográfica considerada privilegiada figura. 2, denominada “zona de fronteira”, apresenta um desenvolvimento desigual em relação as regiões Centro-Sul do Estado desde a sua colonização. A região é cortada pela BR-153, importante via de integração nacional, pela GO-164- Estrada do Boi que possibilita o escoamento do principal produto da região, o rebanho bovino, permitindo o deslocamento de grande número de turistas para o Vale do Araguaia, BR-414 disponibiliza para as indústrias da região o mercado consumidor do Distrito Federal, além da Ferrovia Norte-Sul.

Quadro 8- População Estimada/hab. da Região Norte-Ano de 1999

| População Estimada/hab. Ano: 1999 | Quantidade de Municípios | Municípios |
|-----------------------------------|--------------------------|---|
| Acima de 30.000 | 04 | Minaçu, Niquelândia Porangatu e Uruaçu. |
| 20.000 – 30.000 | 01 | São Miguel do Araguaia |
| 10.000- 20.000 | 05 | Campos Verdes, Crixás, Mara Rosa, Mozarlândia e Santa Terezinha de Goiás. |
| 5.000 – 10.000 | 05 | Campinorte, Formoso, Mundo Novo, Nova Crixás e Santa Tereza de Goiás. |
| 2.000 - 5.000 | 11 | Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Estrela do Norte, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Nova Iguaçu de Goiás, Novo Planalto, Trombas e Uirapuru. |
| Total | 26 | -- |

Fonte: Instituto Mauro Borges IMB

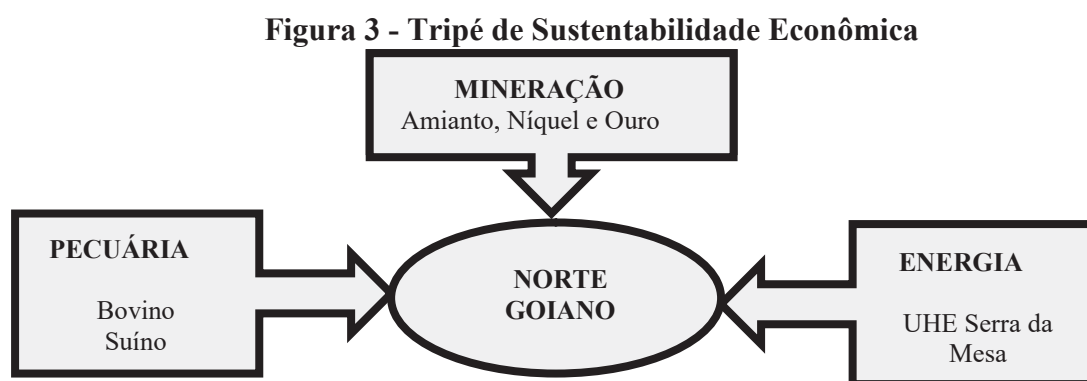
A microrregião de São Miguel do Araguaia tem como principal atividade a pecuária bovina, com a presença de grandes fazendas produtoras de rebanho de alta qualidade genética e de frigoríficos que exportam carne para os mercados nacionais e internacionais. O eixo rodoviário da região é a GO-164, conhecida como Estrada do Boi, são utilizadas como importante via de escoamento de rebanho bovino, principalmente dos municípios Nova Crixás e São Miguel do Araguaia que concentra grande produção. Além do município de Mozarlândia que conta com frigorífico, possuindo uma das maiores capacidades de abates bovino do Estado. Na microrregião de Porangatu destaca-se a mineração nos municípios de: Alto Horizonte, Crixas, Minaçu e Niquelândia, o setor terciário principalmente no município de Porangatu e Uruaçu, setor primário, com a pecuária extensiva principalmente nos municípios menores. Na região, o principal eixo rodoviário é a BR-153 para o escoamento da produção extrativista de níquel em Niquelândia, amianto no município de Minaçu¹⁶, cobre e ouro no município de Alto Horizonte, estando entre um dos maiores exportador do estado.

Ainda hoje, a região enfrenta um desenvolvimento desigual com as outras regiões mais desenvolvidas do estado, segundo dados do IMB, a população representa 4,80 % (2016) do estado, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,675 enquanto o estadual é

¹⁶ Atualmente, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei federal 9.055/1995 que permitia a extração, a industrialização, a comercialização e a distribuição do uso do amianto na variedade crisotila no país, decisão de 29 de novembro de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal, o município vive em ambiente de incertezas quanto ao futuro

0,735(2010). O Norte Goiano participa com 53,4 % da produção mineral, com 2,68% da produção de grãos (2015), com 18,94% de rebanho bovino (2015), 22,3% do total da energia hídrica gerada pelo Estado demonstrando sua força produtiva no setor de energia, através do polo das UEHs de Serra da Mesa e Canabrava (2002), (IMB). O PIB da região norte representa 4,11% e a arrecadação do ICMS 1,27%, respectivamente em 2014 e 2016.

Após as eleições de 1998, o governo do estado, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), cria o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Norte Goiano, o programa em seu diagnóstico, no período de 1991-2000, identifica uma perda populacional de 12.084 para outras regiões, fenômeno este, com ligação à atividade garimpeira e também educação principalmente entre jovens, em busca de curso superior em outras regiões. O estudo ainda aponta as potencialidades e vocação econômica da região, identificadas no Tripé de Sustentabilidade Econômica, figura 3, que constituem os eixos estruturantes das ações estratégicas do PPA, para promover o desenvolvimento e dinamizar a região além, de investimentos na educação e no social.



Fonte: Instituto Mauro Borges- IMB

Analisando o tripé de sustentabilidade, temos 5 (cinco) municípios que possuem como atividade principal a mineração: Alto Horizonte (sulfeto de cobre e outro), Campos Verdes (esmeralda), Crixás (ouro), Minaçu (amianto) e Niquelândia (níquel, manganês e cobre); 1(um) município como principal atividade a geração de energia em Minaçu com a Usina de Serra da Mesa, o restante dos municípios tem como atividade principal a criação de bovinos, sendo a segunda região produtora de rebanho bovino, segundo a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEGPLAN).

As diferenças regionais entre o Norte e Sul do estado remontam desde a colonização, seja pela descoberta do ouro que influenciou a colonização do Sul, ou pela proximidade do sul com estado com São Paulo balizando a integração comercial de mercadorias com sudeste,

surgindo, centros comerciais urbanos no centro-sul do estado (ESTEVAM, 2004). O fato é que o Norte do estado vai ser integrado ao mercado nacional a partir da década de 1950, com as políticas nacionais de integração.

De lá para cá, como vimos anteriormente, o território goiano sofre diversas regionalizações, seja como ferramenta condutora de desenvolvimento ou para racionalização e melhor distribuição dos recursos a partir de 1988, com a obrigatoriedade constitucional e com a divisão do estado de Goiás e do Tocantins, reduzindo a área de Goiás, exigiu-se nova regionalização. A regionalização do território goiano proposta pelo governo do estado a partir de 2000, estabelecendo intervenção nas regiões com diretrizes e metas regionalizadas, com o objetivo de corrigir as distorções e desequilíbrios regionais propiciando o desenvolvimento como: a Estratégia de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado (PPA 2000-2003 e PPA 2004-2007), no Eixo Goiás Integrado e Sustentável (PPA 2008-2011) ou no Macro-Objetivo PAI Gestão e Desenvolvimento (PPA 2012-2015).

Em comum às estratégias ou macro objetivos citados, tem como objetiva promoção do desenvolvimento regional de forma sustentável e melhora da qualidade de vida da população, o que nos leva a fazer algumas considerações sobre o desenvolvimento.

“O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação” (ESTEVA, apud, ARRAIS, 2007, p. 27). Pautada na perspectiva de quantificação econômica e na comparação de escalas analíticas, como Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB), que influenciaram a proposição de políticas como parâmetros para diversos governos, a partir de 1990, outros parâmetros são desenvolvidos como: alfabetização, expectativa de vida, natalidade entre outros.

Segundo Filho (2007, p. 83-84):

O crescimento persistente e acentuado da economia com impacto reduzido sobre o meio ambiente e com melhorias significativas nas condições de vida da sociedade tem no ecodesenvolvimento e no desenvolvimento sustentável os seu conceito paradigmático. Trata-se, então da sustentabilidade econômica aliada à sustentabilidade sócia e à sustentabilidade ambiental¹⁷.

Para Sen (2016, p. 16):

¹⁷ O conceito de sustentabilidade pode ser expresso com a capacidade de reproduzir, em perspectivas sincrônica e diacrônica ou para as atuais e futuras gerações, padrões de qualidade de vida socialmente aceitáveis. Para isso é necessário, por pressuposto, o crescimento da economia associado à distribuição dos frutos deste crescimento e ao cuidado com o meio ambiente e na utilização de recursos naturais de maneira a possibilitar seu desfrute também no futuro distante.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos.

Para que ocorra desenvolvimento sustentável equilibrado e melhora da qualidade de vida é necessário ir para além, da dimensão econômica, as dificuldades para a redução das desigualdades regionais são grandes. Amparo (2014) chama atenção para esta questão que, enfrentam os gestores públicos, ressaltando que estas diferenças socioeconômicas são graves e historicamente persistentes.

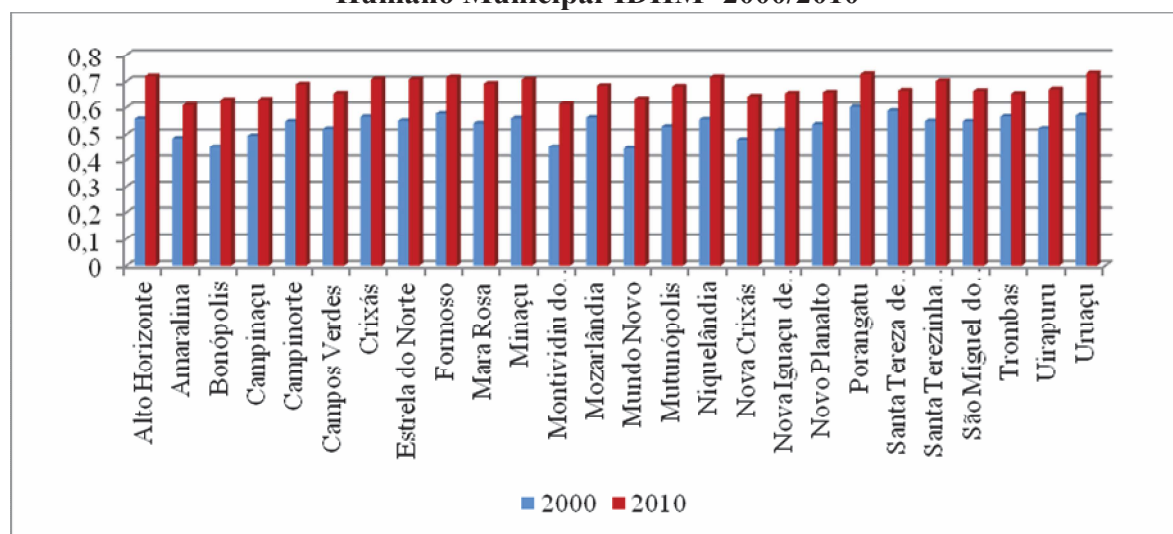
3.1 Índices Sociais - O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM e o Índice de Vulnerabilidade Social-IVS e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB

Par melhor compreensão da evolução do desenvolvimento da Região Norte, faremos a análise de alguns índices socioeconômicos iniciando pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O IDHM¹⁸, varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano, o IVS, também varia de 0 e 1, destacando de que neste índice quanto mais próximo de um maior a vulnerabilidade do município. Os gráficos 1 a 3 mostram a evolução destes índices na região norte, como estes são censitários analisaremos adiante o Índice de Desempenho dos Municípios-IDM, desenvolvido pelo Governo do Estado de Goiás, com meta de divulgação bienal para preencher a lacuna do IDH-M (PNUD) calculada para anos censitários, com objetivo de diagnosticar e comparar a atuação dos municípios além de avaliar as políticas públicas, subsidiando o planejamento das ações do governo do estado (SEGPLAN/2013).

Gráfico 19- Região Norte / Municípios-Índice de Desenvolvimento

¹⁸ Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.

Humano Municipal-IDHM -2000/2010



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Elaboração do autor.

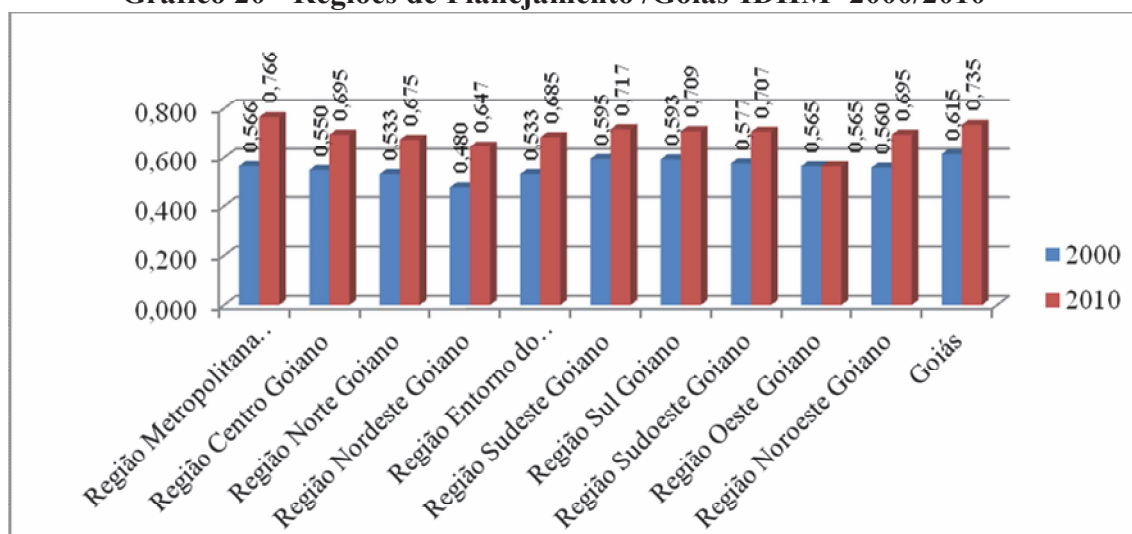
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Fundação João Pinheiro – FJP

Notas: Classificação segundo IDH: Muito Alto (acima de 0,800) Alto (de 0,700 a 0,799) Médio (de 0,600 a 0,699) Baixo (de 0,500 a 0,599) Muito Baixo (de 0 a 0,500)

No gráfico 19, dos 26 municípios que fazem parte da região norte, conforme quadro 3, temos apenas um município em 2000, com IDH-M médio (Porangatu), 19 municípios com baixo e 06 com muito baixo. Entre a categoria de IDH-M baixo e muito baixo, estão todos os municípios da região com população até 10.000 hab., representando 61% dos municípios que fazem parte da região. Em 2010: nove municípios com IDH-M alto (0,700- 0,799) e dezoito municípios com médio (0,600-0,699). No gráfico 17, no conjunto das dez regiões de planejamento, há evolução na maioria das regiões do IDH-M de 2000 para 2010, com exceção da região oeste, mas, ainda permanece a desigualdade entre as regiões, principalmente entre as regiões do centro-sul. Na região norte, o IDH-M de 0,533(2000) para 0,675 (2010), com destaque para a variável renda que enquanto em 2000 todos os municípios da região apresentavam classificação baixa e média, em 2010, média e alta (anexo 1). Quanto ao IDH-M educação todos apresentavam muito baixo em 2000, em 2010 dezoito municípios apresentaram baixo e oito com classificação média (Alto Horizonte, Crixás, Estrela do Norte, Formoso, Minaçu, Niquelândia, Porangatu e Uruaçu) verificando assim uma melhora. Quanto à educação vale ressaltar o que neste período ocorreu redução da taxa de analfabetismo de 15,79 em 2000 para 12,1% em 2010, com redução de 23,3%, indicando a causa para a melhora do IDH-M educação.

Gráfico 20 - Regiões de Planejamento /Goiás-IDHM -2000/2010

Fonte: IMB – Elaboração do autor

Dos nove municípios, quadro 9, que apresentaram um IDHM alto (0,700-0,799) em 2010, quatro possui população acima de 30.000 hab., dois com população acima de 10.000 hab., e três com população abaixo de 5.000 hab. Os municípios com população até 10.000 hab. demonstraram maior dificuldades na evolução do IDHM, com exceção dos municípios de Alto Horizonte, Estrela do Norte e Formoso, com população até 10.000 hab., registrando no período de 2000-2010, IDHM de baixo para alto, ou seja, (até 0,599 e acima de 0,700) respectivamente.

Quadro 9- Municípios com IDH-M – Alto

| Municípios | IDHM 2000 | IDHM 2010 | População (2010) |
|--------------------------|-----------|-----------|------------------|
| Alto Horizonte | 0,557 | 0,719 | 4.505 |
| Crixas | 0,565 | 0,708 | 15.760 |
| Estrela do Norte | 0,550 | 0,707 | 3.320 |
| Formoso | 0,576 | 0,715 | 4.883 |
| Minaçu | 0,559 | 0,707 | 31.154 |
| Niquelândia | 0,555 | 0,715 | 42.361 |
| Porangatu | 0,602 | 0,727 | 42.355 |
| Santa Terezinha de Goiás | 0,587 | 0,701 | 10.302 |
| Uruaçu | 0,570 | 0,737 | 36.929 |

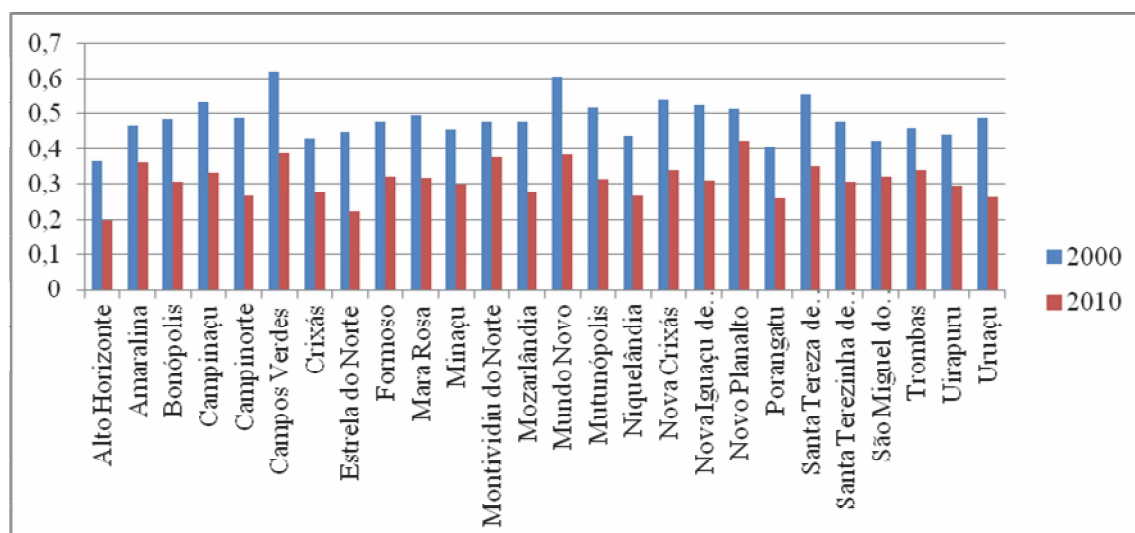
Fonte: IMB/SEGPLAN- Jun/2012 – Elaboração do autor.

Observando, gráfico21, quanto ao IVS em 2000, oito municípios com índice de muito alta vulnerabilidade e dezessete com alta e apenas um com média. Analisando a evolução de 2000 para 2010, encontramos apenas um município com alta vulnerabilidade, dezesseis com média, oito com baixa e um com muito baixa. Entre os municípios com baixa

vulnerabilidade estão (Crixás, Estrela do Norte, Formoso, Minaçu, Niquelândia, Porangatu, Santa Terezinha de Goiás, Uruaçu), e Alto Horizonte com muito baixa IVS, quadro 8, os mesmos de melhores IDH-M.

A dimensão que mais contribuiu para melhora do IVS de 2000-2010 dos municípios da região norte foi a de renda e trabalho, com variação mínima de 38% e máxima de 44%, a menor variação foi na dimensão de infraestrutura urbana não ultrapassando os 20%, fato que pode estar ligado ao enorme déficit de rede de esgoto, que em 2005 atendia apenas 3,56% da população e 2009 apenas 8,63%, segundo dados do IMB. A melhora do IVS ocorreu de forma homogênea acompanhando a evolução do IVS do estado de 0,457 (alta) em 2000 para 0,331(média) em 2010. (anexo.2)

Gráfico 21- Região Norte/Municípios-Índice de Vulnerabilidade Social – 2000 e 2010



Fonte: Portal do IVS Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br>. Elaboração do Autor

Nota: 0-0,201 muito baixa vulnerabilidade, 0,201 -0,300 baixa; 0,301- 0,400 média; 0,401-0,500 alta e 0,500-1 muito alta.

Segundo Amparo (2014) nota-se que as desigualdades econômicas inter e intrarregionais não refletem apenas desníveis de capacidade produtiva das economias, mas também desequilíbrios na prestação dos serviços públicos (educação, saúde, saneamento, transporte).

Dos onze municípios em 2015, com maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (Alto Horizonte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Nova Iguaçu de Goiás e Santa Terezinha de Goiás), quadro. 10, apresentam IDEB 6,1 acima do estado, mas quinze municípios possuem ainda índices abaixo, observando um aumento do número de municípios com IDEB abaixo da média estadual já que, em 2005 eram somente oito municípios. Outro

fato que vale ressaltar é a queda no número de matrículas da região na rede de ensino (particular, estadual e federal) de 100.383 em 2005 para 72.291 em 2015. As melhoras nos índices principalmente nas dimensões educação e renda, contribuindo assim para a elevação do índice geral.

Quadro 10– IDEB- Brasil /Goiás

| Faixa / IDEB | IDEB 2005 Brasil -3,8 Goiás - 3,8 | IDEB 2011 Brasil -5,0 Goiás - 5,1 | IDEB 2015 Brasil- 5,5 Goiás -5,6 |
|------------------|---|---|--|
| | Quantidade de municípios | Quantidade de municípios | Quantidade de municípios |
| Municípios < 3,8 | 8 | --- | --- |
| Municípios ≥3,8 | 18 | --- | ----- |
| Municípios < 5,0 | --- | 13 | ---- |
| Municípios ≥5,0 | ---- | 13 | ---- |
| Municípios < 5,5 | --- | --- | 15 |
| Municípios ≥5,5 | --- | --- | 11 |

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado>. Elaboração do autor.

Nota: IDEB observado em todas as redes: escolas particulares, estaduais e municipais, e em todas as séries.

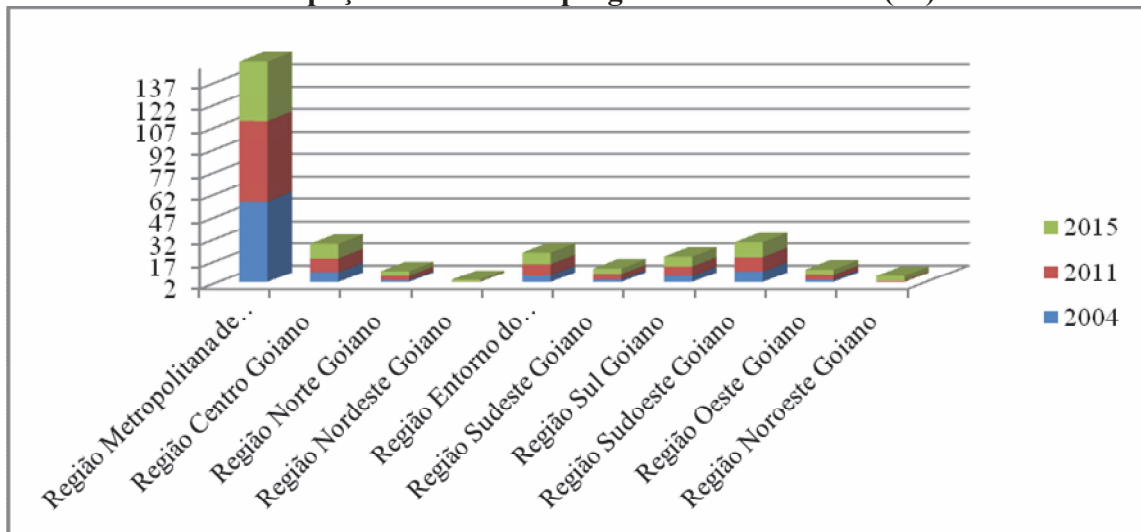
A melhora destes índices nos leva a ressaltar que os programas de inclusão social, trabalho e renda (Renda Cidadã, Salário Escola, Programa Bolsa Futuro) que a partir de 2006 estão entre os de maior previsão orçamentária e desempenho entre o previsto e o executado, contribuíram para a melhora destes.

Além das ações do Governo do Estado, ressaltamos as ações do Governo Federal, através da Bolsa Família que do período de 2004 para 2010, registrou um aumento de 292,6% nos vinte municípios da região, o que demonstra a importância das políticas redistributivas para regiões menos desenvolvidas (anexo 3).

3.2 Trabalho e Renda

Analisando os indicadores de emprego, somente quatro regiões do estado, gráfico 22, concentram o equivalente a 80% dos empregos gerados em 2015 (Região Metropolitana, Centro Goiano, Sudoeste Goiano, Entorno de Brasília).

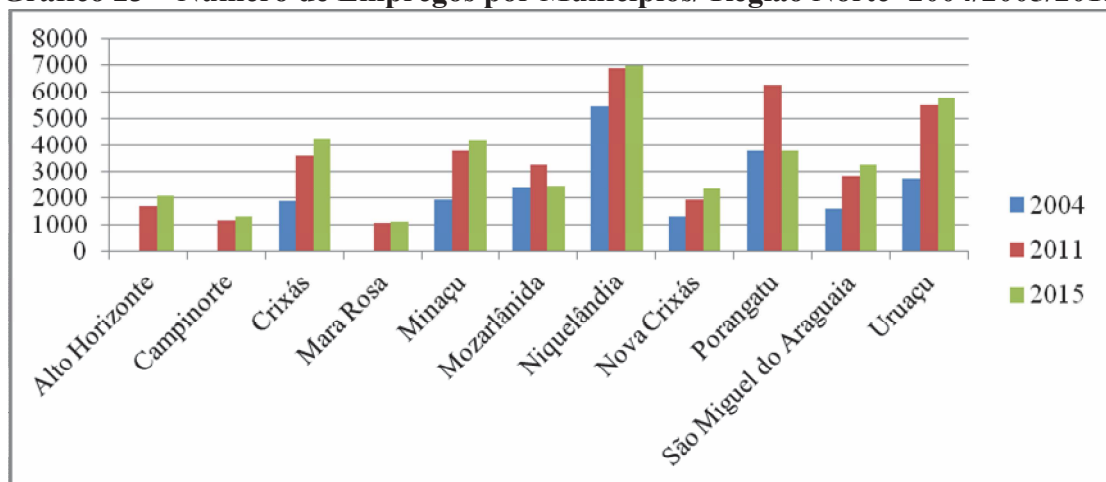
**Gráfico 22- Estado de Goiás – Regiões de Planejamento
Participação do N°de Empregos-2004/2011/2015-(%)**



Fonte: IMB/SEGPLAN-GO. Elaborado do autor

Na região norte também pode observar a concentração espacial da geração de emprego, conforme gráfico 23, 78% dos empregos gerados, em 2004, concentraram-se em oito municípios, sendo que 65% destes foram gerados em quatro municípios (Minaçu, Niquelândia, Porangatu e Uruaçu), em 2015, 85% do número de empregos gerados ficou concentrado em onze municípios, com 58% concentrados nos quatro municípios de 2004, respectivamente.

Gráfico 23 – Número de Empregos por Municípios/ Região Norte -2004/2005/2015

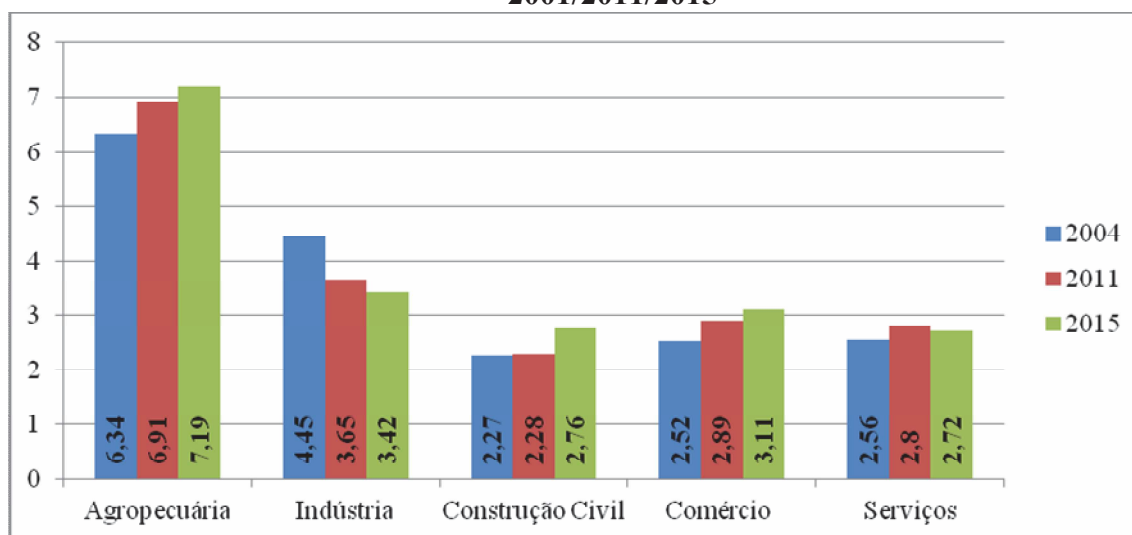


Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaborado pelo autor.

Os setores com maior número de empregos são a agropecuária e a indústria mineral, gráfico 24, entre os municípios que geraram maior número de empregos estão os com população acima de 30.000hab (Minaçu, Niquelândia, Porangatu e Uruaçu), quatro de

atividade econômica principal a extração mineral (Alto Horizonte, Crixás, Minaçu e Niquelândia), os três maiores produtores de soja (Campinorte, Niquelândia e Uruaçu), Nova Crixás como primeiro produtor bovino do Estado e Mozarlândia que além da criação bovina possui também a maior capacidade de abates bovino de Goiás (SEGPLAN/2012).

Gráfico 24- Região Norte- Número de Empregos gerados por ramo de atividade - 2001/2011/2015



Fonte: IMB/SEGPLAN-GO. Elaborado pelo autor

Ainda no gráfico 24, observa-se aumento do número de empregos de 4% na agropecuária, 21% na construção civil e de 7,6% no comércio, de 2011 para 2015, fato inverso na indústria com queda de 6,3% na geração de empregos de 3,65% para 3,42%, 2011 e 2015, respectivamente. Vale ressaltar no caso da indústria a tendência de queda na produção mineral de 2010 para 2015, pode ter sido influenciada pela queda da produção mineral registrada no período. Já o aumento registrado nos setores do comércio e construção civil pode ter sido influenciado, além do aumento na produção grãos pela construção da ferrovia norte sul, segundo (IMB/2013), que teve um impacto principalmente no município de Uruaçu, sendo em 2014 concluído o trecho Uruaçu/Palmas.

Além do aumento no número de empregos, a região registrou também aumento no rendimento médio mensal com crescimento de 289,8% de R\$ 467,64 em 2000 para R\$1.822,13 em 2015, acima do registrado pelo Estado de 217,9%, registrando R\$ 688,80 para R\$ 2.186,88, no período, mesmo assim, em 2015, o rendimento médio da região está 20% abaixo do estadual. Cabe destacar o rendimento médio, nos quatro municípios com atividade de extração mineral, apresentando rendimento médio acima do médio da região, Alto

Horizonte, Minaçu e Niquelândia (58%, 21% e 17%) respectivamente como principal atividade a extração o município de Crixás, com rendimento 0,23% acima, com atividade principal a criação bovina e extração mineral.

Quadro 11 - Rendimento Médio-Região Norte/Municípios (R\$)

| Municípios | 2000 | 2010 | 2015 |
|--------------------------|--------|----------|----------|
| Alto Horizonte | 22,27 | 2.112,81 | 2.887,23 |
| Amaralina | 860,23 | 860,23 | 1548,48 |
| Bonópolis | 331,72 | 897,84 | 1573,54 |
| Campinaçu | 236,33 | 859,73 | 1.489,30 |
| Campinorte | 325,66 | 872,10 | 1.418,28 |
| Campos Verdes | 360,75 | 899,93 | 1.167,97 |
| Crixás | 628,10 | 1.611,24 | 2.114,88 |
| Estrela do Norte | 279,15 | 870,20 | 1.501,70 |
| Formoso | 293,90 | 843,77 | 1.397,36 |
| Mara Rosa | 325,47 | 942,14 | 1.454,97 |
| Minaçu | 621,88 | 1.454,31 | 2.211,60 |
| Montevidiu do Note | 249,38 | 914,61 | 1.643,85 |
| Mozarlândia | 318,93 | 1.019,78 | 1.739,70 |
| Mundo Novo | 298,15 | 918,45 | 1.415,50 |
| Mutunópolis | 278,35 | 923,72 | 1.553,65 |
| Niquelândia | 557,99 | 1.458,25 | 2.144,84 |
| Nova Crixás | 322,44 | 1.061,44 | 1.826,38 |
| Nova Iguaçu de Goiás | 225,32 | 818,65 | 1.431,25 |
| Novo Planalto | 303,82 | 807,23 | 1.383,97 |
| Porangatu | 342,79 | 945,35 | 1.507,07 |
| Santa Tereza de Goiás | 239,07 | 859,36 | 1.431,15 |
| Santa Terezinha de Goiás | 284,84 | 850,53 | 1.421,69 |
| São Miguel do Araguaia | 391,25 | 1.034,11 | 1.669,93 |
| Trombas | 249,61 | 873,98 | 1.448,55 |
| Uirapuru | 308,44 | 1.076,83 | 1.660,69 |
| Uruaçu | 333,65 | 1.109,37 | 1.625,49 |
| Região | 467,64 | 1.192,45 | 1822,13 |
| Goiás | 688,60 | 1.330,82 | 2.186,88 |

Fontes: IMB/Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS

Apesar de ser observada no quadro 11, a convergência das rendas na maioria dos municípios para a renda média da região ainda existem vários municípios com renda abaixo. Observa-se, no entanto, que os municípios de Porangatu e Minaçu estão com rendimento

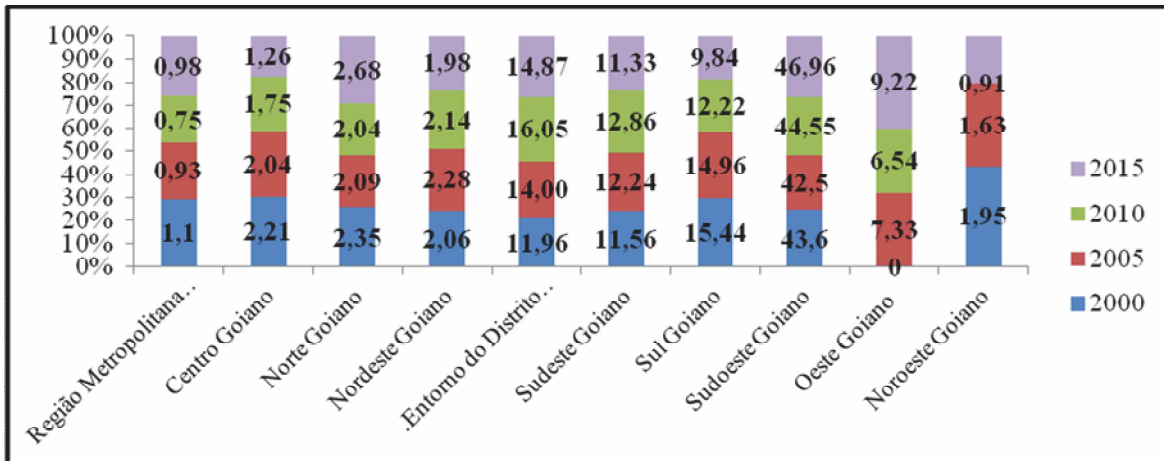
médio em 2015, abaixo da média da região apesar de possuírem população acima de 30.000 hab. e estarem entre os municípios da região que mais geram empregos, destaca-se o município de Nova Crixás com crescimento da população de 31%, de 9.641 hab. em 1999, para uma população estimada de 12.653 em 2015, com rendimento de R\$1.826,38 estando também entre os mais geraram emprego. O aumento da renda e do número de empregos pelo que observamos na região norte está mais ligado à da atividade econômico pelo município, como na extração mineral, do que aos programas e ações no PPA tendo estas poucas previsões de recursos e com baixos desempenhos, entre o previsto e realizado. No PPA 2004-2007, o Programa Ceilero Novo, com a finalidade de aumentar a produção, a produtividade e qualidade de grãos, desenvolver e fortalecer as demais atividades agropecuárias de forma harmoniosa e sustentável em relação ao meio ambiente e ao crescimento da economia, a região norte ficou com 10% no PPA 2004-2007 do recurso previsto.

3.3 Produção das principais atividades da Região, Arrecadação do ICMS e PIB.

A produção das principais atividades da região, a extração mineral, concentra-se em quatro municípios (Alto Horizonte, Crixás, Niquelândia e Minaçu), a região ocupa a sexta posição no período de 2000/201 na produção total de grãos do estado, gráfico. 25, 80% do que é produzido concentra-se em seis municípios (Bonópolis, Campinorte, Niquelândia, Nova Crixás, Porangatu e Uruaçu), 418.588(t), somente o município de Niquelândia produz 42%, do total da região 219.324(t), ficando em segundo lugar o município de Uruaçu com 60.340(t) representando 11,5%%.

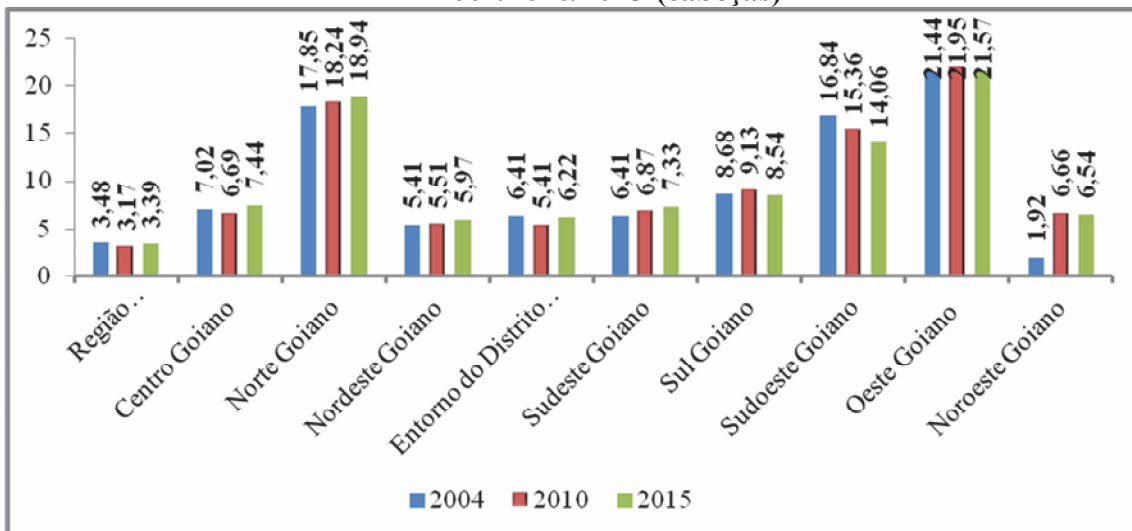
Outra atividade de destaque da região é a pecuária com os dois municípios maiores produtores de bovino, Nova Crixás e São Miguel do Araguaia, ocupando a segunda posição entre as regiões de planejamento, gráfico 26, somente os dois municípios participam com 31,3% da produção da região e 5,9% do estado, 1.299.267 e 21.887720 cabeças, em 2015, respectivamente (SEGPLAN/IMB).

Gráfico 25- Produção de Grãos- Regiões de Planejamento/Goiás(t)



Fontes: IMB/SEGPLAN-GO. Elaboração do autor

Gráfico 26- Produção de Bovinos Regiões de Planejamento/Goias- 2004/2010/2015-(cabeças)



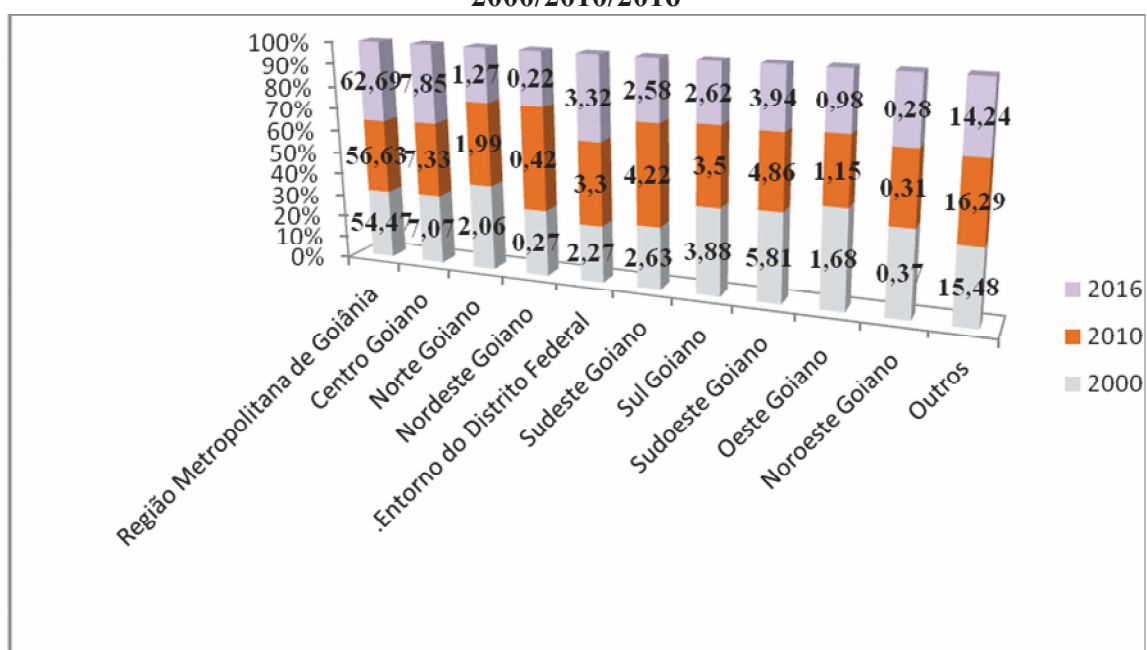
Fontes: IMB/SEGPLAN-GO. Elaboração do autor

Na tabela 13, a produção de extração mineral sofre redução a partir do ano de 2015, sendo acentuada em 2016, este fato vai refletir na participação da região no total da arrecadação do ICMS, gráfico 27, de 2,06% para 1,99% e 1,27%, em 2000, 2010 e 2016. O mesmo ocorre na participação do PIB, gráfico 28, de 5,69%, 5,04% e 4,52%, em 1999, 2010 e 2015 respectivamente. A produção de grãos teve um crescimento de 31% de 2010 para 2015, e a bovina de 3,9% para o mesmo período, não sendo suficiente para impedir a queda na participação da região em relação ao total do estado quanto à arrecadação do ICMS e do PIB. Somente os municípios de Crixás, Minaçu, Niquelândia, Porangatu e Uruaçu participaram com 79% e 84% da arrecadação do ICMS da região nos anos de 2010 e 2015, respectivamente (IMB, 2010/2015).

Tabela 13 –Produção Mineral- Região Norte (t)

| Extração Mineral | Ano | | | |
|------------------|----------|----------|----------|----------|
| | 2006 (t) | 2010 (t) | 2015 (t) | 2016 (t) |
| Amianto | 302 257 | 304 569 | 232 052 | 177 677 |
| Cobre | 4 490 | 71 519 | 63 985 | 53 000 |
| Níquel | 21 630 | 30 161 | 39 795 | 11 115 |

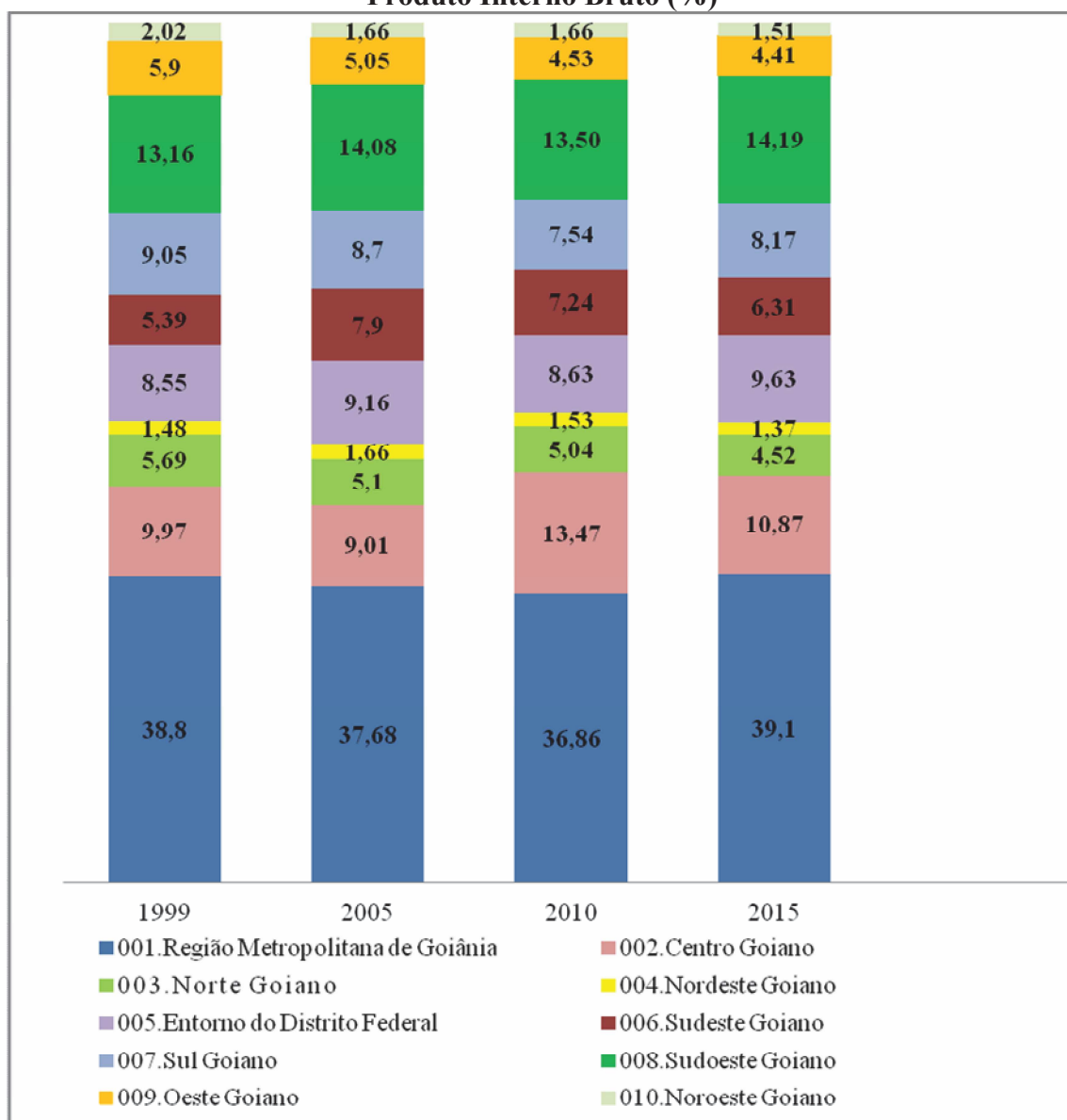
Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Elaboração do autor.

Gráfico 27- Regiões de Planejamento/Estado – Participação na Arrecadação de ICMS- 2000/2010/2016

Fonte: Instituto Mauro Borges-IMB. Elaboração do autor.

Nota-se que no gráfico 28, que o PIB da região norte teve uma redução de 21% referente à sua participação no PIB do estado de 5,69% em 1999 para 4,52% em 2015. Observa-se que outras regiões também apresentaram queda na participação do PIB referente ao mesmo período (Oeste, Nordeste, Sul e Noroeste), no entanto vale ressaltar que no período de 2005 a 2014 o PIB goiano cresceu 4,8% a.a. em média (BANCO CENTRAL, 2014). Observa-se a queda de 4,52% do PIB da região de 2010 para 2015, mesmo com o diante do crescimento da produção de grãos de 31% e 3,8% da criação bovina, caracterizando a dependência da atividade mineral para região, que registrou na produção e consequentemente no número de empregos, gráfico 24, no período.

Gráfico 28- Regiões de Planejamento/Estado-Participação no Produto Interno Bruto (%)



Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica 2006/2014/2018/Instituto Mauro Borges/IMB. Elaboração do autor.

Entre propostas que faziam parte dos PPAs, 2000-2015, para redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável além, das estratégias e eixos específicos (Goiás com Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado, Goiás Integração e Sustentabilidade, Eixo de Desenvolvimento Regional e Local e Polo de Desenvolvimento Mineral do Norte); dos programas para regiões prioritárias (Programa Região Metropolitana de Goiânia (RMG); Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal (EDF); Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano (N0) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano (NE)), eram previstos também, programas de incentivos fiscais

de desenvolvimento federal e estadual como: Fomentar/Produzir, Banco do Povo, FCO e Crédito Rural.

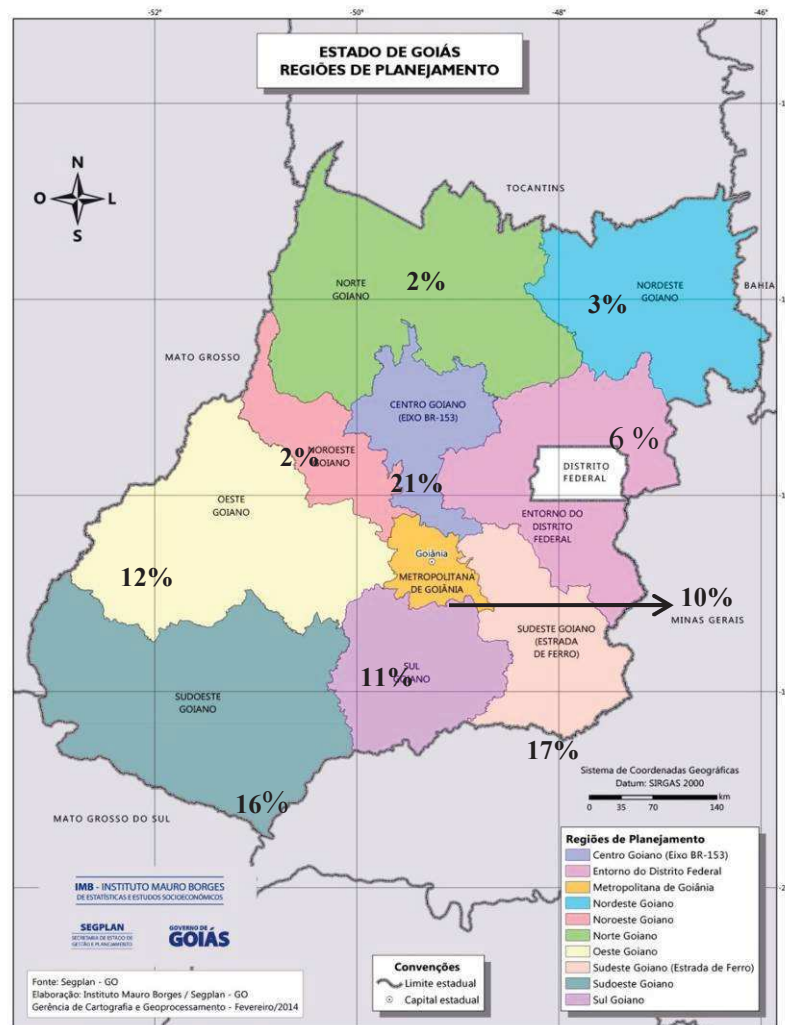
No Fomentar/Produzir, figura 4, a região norte e a nordeste receberam somente 2% cada, dos investimentos e benefícios concedidos, com 44% dos recursos para três regiões (Sul, Sudeste e Sudoeste). Destaca-se que algumas regiões não usufruem dos benefícios dos programas, por falta de infraestrutura e aglomeração de pessoas, requisitos que tornam o investimento atrativo, possuindo pouca capacidade de captação. Estudo realizado pelo IMB (2014), de análise do censo Fomentar/Produzir, demonstrou que os gargalos e entraves dos investimentos para as empresas em relação à região norte são: 46,2% relataram Legislação e carga tributária, 23,1% mão-de-obra, 15,4% infraestrutura, 7,7% logística/rodovia e 7,7% outros. Podemos perceber que entre os gargalos mais citados pelas empresas pesquisadas como entraves do desenvolvimento a mão-de-obra e a infraestrutura indicam 38,5 das respostas.

O Programa Banco do Povo é um programa de geração de emprego e renda destinados a oferecer crédito para capacitação gerencial, acompanhamento de pós-crédito, atendendo a população de baixa renda como: prestadores de serviços, feirantes, artesãos entre outros. Neste programa a região norte ficou com 11,6% em média dos recursos aplicados, demonstrando uma pulverização maior destes recursos em relação às regiões (anexo 4).

Segundo o Ministério da Agricultura, o crédito rural é um financiamento destinado a produtores rurais e a cooperativas ou associações de produtores rurais. Seu objetivo é estimular os investimentos e ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários. A maior parte dos recursos do crédito rural (anexo 5) foi para metade sul do estado, 81,2% em média, as microrregiões de Porangatu e São Miguel do Araguaia receberam juntas em média 6,6% do total dos recursos destinados para o estado, no período de 1999 a 2001, lembrando que a maioria dos municípios da região tem como atividade principal a agropecuária, sua participação quanto ao crédito rural é muito pequena.

Segundo o Banco do Brasil, o FCO tem como objetivo promover o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, financiando atividades produtivas dos setores (industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços). Novamente estes recursos apresentam distribuição de forma homogênea, com a metade sul do estado recebendo 80% em média dos recursos (anexo. 6), sendo aprovadas para as duas microrregiões do Norte (Porangatu e São Miguel do Araguaia), 2000 a 2001, os valores representam 6% dos valores e 3% de empregos gerados.

Figura 4 - Distribuição do Fomentar/Produzir -2000-2017 (%)



Fonte: IMB/Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás- Caderno de Indicadores de Goiás

Tantos nos programas de incentivos estaduais (Fomentar/Produzir e Banco do Povo) como nos federais (Crédito Rural e FCO), a distribuição dos recursos acompanham as desigualdades registradas em território goiano, contribuindo assim para maior dificuldade da redução das já registradas desigualdades regionais do Estado. O Programa Banco do Povo é o que demonstra uma distribuição mais igualitária com a maior parte dos recursos para as microrregiões da metade norte, com menor participação da população e do PIB estadual (SEGPLAN/IMB/2013). A Região Norte em 1999 ocupava a sexta posição em relação ao PIB, gráfico 28, em 2015 ocupava a sétima posição.

Portanto, de forma geral pode-se dizer segundo Santos (2011, p.317) quanto aos PPAs que os resultados alcançados pelo modelo guardam relação com os princípios e objetivos almejados quando se analisa a conjuntura na qual ele foi concebido e implementado,

mostrando-se muito útil para controlar os gastos e uniformizar práticas de melhoria de processos.

Observamos ainda, gráfico 28, as regiões Metropolitana, Centro Entorno e Sudoeste, registram um aumento do seu PIB no período, indicando que pelo menos em relação à análise sob esta perspectiva as ações dos PPAs não trouxeram grandes mudanças nas reduções das desigualdades inter-regionais.

3.4 Índices de Desempenho dos Municípios da Região Norte.

Como o objetivo de nosso estudo é verificar os efeitos das ações do Governo do Estado no desenvolvimento da Região Norte, vamos observar o desempenho dos municípios de região através do Índice de Desempenho Municipal- IDM. O IDM, criado pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, por meio do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos medida de desempenho dos municípios divulgada em seis áreas: Economia, Trabalho, Educação, Saúde, Segurança e Infraestrutura, com o objetivo de diagnosticar e comparar o desempenho dos municípios subsidiando a ações do governo, com divulgação bianual. É atribuída ao IDM pontuação de 0 a 10(zero a dez), onde zero representa o pior desempenho e dez o maior. As seis dimensões possuem peso iguais na composição do índice, calculadas e padronizadas as variáveis (anexo 7), é adota a média aritmética dos dados, já que os mesmos possuem o mesmo peso. Feitas estas considerações, observemos o quadro 12.

Quadro 12 –Índice de Desenvolvimento Municipal – Região Norte

| Nº de habitantes | 2010 Índice médio -6,18 | | 2012 Índice médio – 6,07 | | 2016 Índice médio- 4,77 | |
|------------------|----------------------------|--------|-----------------------------|-------|----------------------------|--------|
| | Nº de municípios | | Nºde municípios | | Nº de municípios | |
| | < 6,18 | ≥ 6,18 | < 6,7 | ≥ 6,7 | <4,77 | ≥ 4,77 |
| ≤5mil | 12 | 1 | 12 | 1 | 8 | 5 |
| >5≤10 mil | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 |
| >10≤15 mil | 1 | 3 | 2 | 2 | 4 | --- |
| >15≤20 mil | --- | 1 | --- | 1 | 1 | --- |
| >20≤30 mil | --- | 1 | --- | 1 | 1 | --- |
| >30 mil | 1 | 3 | --- | 4 | 3 | 1 |

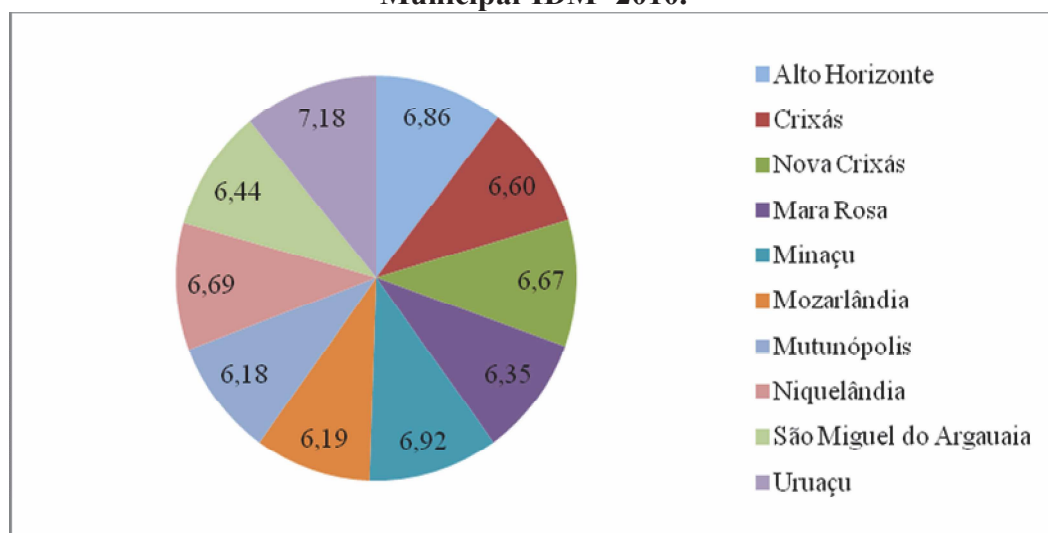
Fonte: SEGPLAN/IMB-Índice de Desempenho dos Municípios/2016

Em 2010 os municípios de maior porte, em número populacional, apresentam um IDM melhor, maior ou igual ao da média dos 246 municípios goianos, com destaque para o município de Uruaçu com IDM 7,18 ocupando a 7ª posição entre os municípios goianos.

Entre os municípios com população abaixo de 5.000 hab., estão o maior número de municípios com IDM abaixo da média, o que obteve o menor foi o município de Amaralina de IDM 5,11 ocupando a 242ª posição.

Os municípios com melhor desempenho com IDM , quadro. 11, estão os municípios com menor representatividade populacional com menos de 5.000 hab., e os municípios acima de 30.000 hab., entre os de pior desempenho com um municípios entre com melhor IDM, destaque novamente para o município de Uruaçu com IDM 5,14, mas ocupando a posição 43º em 2016, perdendo 36 posições em relação ao ano de 2010. Analisando o IDM pelo conjunto das variáveis (economia, trabalho, educação, segurança, infraestrutura e saúde), nota-se um desequilíbrio regional (anexo 8), em 2010 os municípios 61,5% dos municípios apresentaram IDM abaixo da média e 38,5% igual o acima, em 2016, 73% dos municípios estavam com índice abaixo da média e 27% igual ou acima. No entanto, dos 27% que apresentaram desempenho maior a maioria são os municípios com até 10.000 hab., e apenas um com mais de 30.000 hab., situação inversa da registrada em 2010. Os gráficos 29, 30 e 31, demonstram os municípios em 2010, 2012 e 2016 os municípios com maiores IDM.

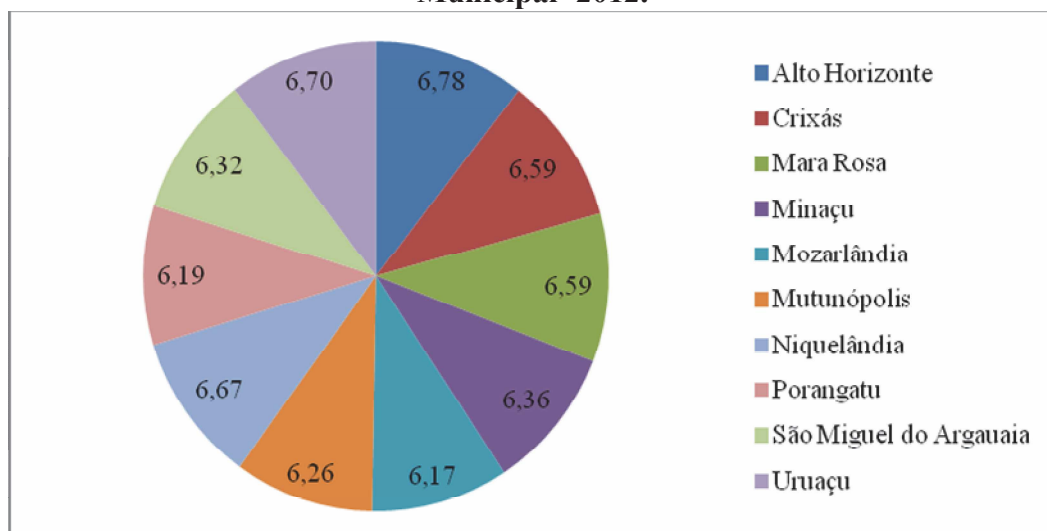
Gráfico 29- Municípios / Região Norte, com maior Índice de Desempenho Municipal-IDM -2010.



Fonte: IMB- Índice de Desempenho dos Municípios -2010/2012/2016

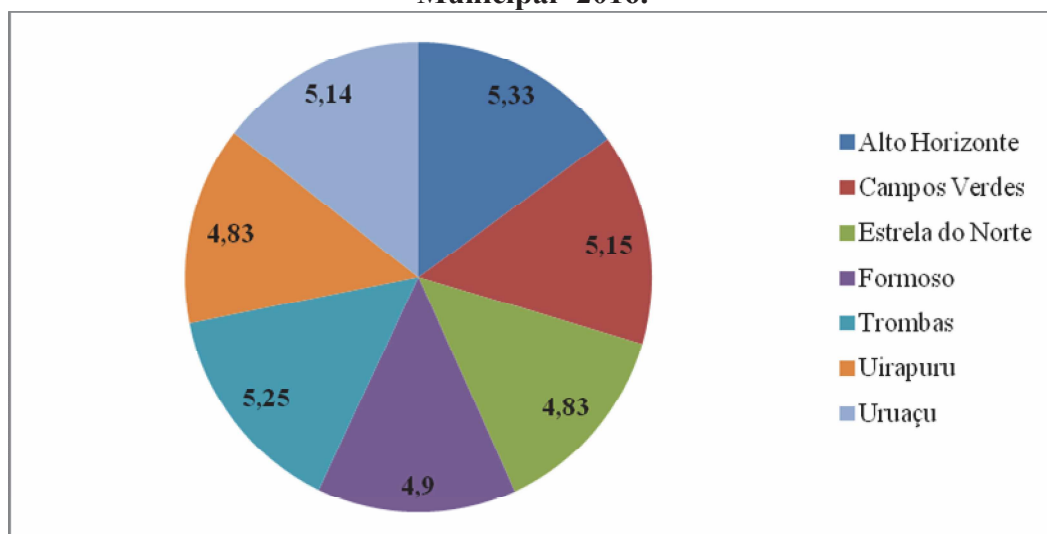
Dos dez municípios, gráfico 29, apenas um, Mutunópolis, possui população menor que 5.000 hab., Alto Horizonte, Crixás, Mara Rosa, Mozarlândia e Nova Crixás, até 20.000 hab., São Miguel do Araguaia, Minaçu, Niquelândia e Uruaçu, acima de 20.000 hab.

Gráfico 30- Municípios / Região Norte, com maior Índice de Desempenho Municipal -2012.



Fonte: IMB- Índice de Desempenho dos Municípios -2010/2012/2016

Gráfico 31-Municípios / Região Norte, com maior Índice de Desempenho Municipal -2016.



Fonte: IMB- Índice de Desempenho dos Municípios -2010/2012/2016

Comparando o gráfico 30 e 31, (2012 e 2016¹⁹) além da redução na quantidade de municípios com IDM na média ou acima, observamos uma mudança no perfil destes municípios com apenas Uruaçu entre as cidades com mais de 30.000 hab., as outras cinco são municípios que não ultrapassam 5.000 hab. e Alto Horizonte que se enquadra em municípios com até 10.000 hab. A razão para esta mudança do IDM se encontra na análise das variáveis

¹⁹ Apesar da proposta original do IDM ser bienal depois do ano de 2012 o índice teve nova divulgação em 2016.

que compõem o índice. Segundo a análise feita pela (SEGPLAN/IMB, 2016), no levantamento e cálculo do IDM²⁰/2016, em relação ao porte dos municípios, conforme o tamanho da população dos 246 municípios de Goiás verifica-se a tendência de quanto maior o número de habitantes maior o IDM. Devendo-se este fato ao desempenho das dimensões Economia, Trabalho e Infraestrutura. E uma relação inversa quanto ao tamanho populacional menor, maior a dimensão segurança. Com base nestas afirmações analisaremos os municípios com maior IDM em 2016 da região norte.

A alteração do IDM/2016 com relação aos municípios do norte provoca também alteração na posição em relação à ocupada em 2010, 2012 e 2016.

Quadro 13- IDM/2016 / Municípios com maior índice

| Municípios | População 2018* | IDM-Dimensões /2016 | | | | | | IDM-Geral 2016 | Ranking 2010 | Ranking 2016 |
|------------------|-----------------|---------------------|-------------|-------------|-------------|----------------|-------------|----------------|--------------|--------------|
| | | Economia | Trabalho | Educação | Segurança | Infraestrutura | Saúde | | | |
| Alto Horizonte | 6.218 | 2,28 | 5,26 | 5,19 | 8,74 | 3,27 | 7,24 | 5,33 | 35 | 24 |
| Campos Verdes | 2.459 | 1,30 | 2,66 | 6,31 | 9,00 | 3,90 | 7,76 | 5,15 | 205 | 40 |
| Estrela do Norte | 3.286 | 1,07 | 2,58 | 5,89 | 7,26 | 3,71 | 8,45 | 4,83 | 147 | 105 |
| Fормoso | 4.325 | 1,46 | 2,72 | 5,32 | 8,98 | 3,35 | 7,59 | 4,90 | 137 | 87 |
| Trombas | 3.501 | 1,24 | 4,01 | 6,27 | 9,52 | 2,39 | 8,09 | 5,25 | 202 | 31 |
| Uirapuru | 2.888 | 0,94 | 3,41 | 5,17 | 9,81 | 2,29 | 7,37 | 4,83 | 228 | 103 |
| Uruaçu | 40.217 | 1,81 | 3,49 | 5,62 | 6,89 | 5,00 | 8,04 | 5,14 | 7 | 43 |
| Média | --- | 1,82 | 3,06 | 5,36 | 7,59 | 3,41 | 7,39 | --- | --- | --- |

Fonte: SEGPLA/IMB-Índice de Desempenho Municipal -2016.

Ao observar o quadro 12, percebemos que na região norte os municípios com maior população não são os de maior IDM, somente Uruaçu consta entre os oito com maior desempenho, os municípios de Minaçu, Niquelândia e Porangatu, obtiveram índices 4,52; 4,62 e 4,23 respectivamente, fato este devido ao baixo desempenho na dimensão segurança, infraestrutura e, Porangatu e Niquelândia com desempenho baixo também na dimensão educação, mesmo apresentado média nas dimensões trabalho e economia. Os municípios que registrarem com maiores IDM localiza-se nas regiões centro sul, em sua maioria com

²⁰ A metodologia de cálculo para a edição de 2016 teve algumas modificações em relação às edições anteriores. O novo método se fundamenta na padronização dos indicadores por meio dos valores mínimos e máximos. Essa metodologia é amplamente utilizada, como por exemplo, na construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Após calcular e padronizar as variáveis para o intervalo de 0 a 10, os índices de cada área foram obtidos utilizando a média aritmética das variáveis padronizadas. Maiores detalhes quanto ao método Índice de Desempenho dos Municípios (SEGPLAN/IMB, 2016, nov.) Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/idm/idm2016.pdf>.

destaques para as combinações das dimensões economia, trabalho, infraestrutura e saúde. Os municípios, com menor população, o desempenho menor do IDM tem como resultado o baixo desempenho nas dimensões economia, trabalho e infraestrutura (anexo 8), menor população, atividade econômica pouco expressiva com pouca geração de emprego. Outra dimensão que influenciou onze municípios com fraco desempenho foi a dimensão educação incluindo, Niquelândia e Porangatu, com mais de 30.000 hab., fato que pode estar influenciado pela tendência de queda de matrículas do ensino médio da região, 2000/2010 registrou queda de 7,65% e 2010/2015 de 15,60% , segundo MEC/INEP/IMB , variável que compõe a dimensão educação. Destaque para os municípios de Alto Horizonte que devido atividade mineral e os investimentos que recebe obteve em 2016, desempenho acima da média nas dimensões: economia, trabalho educação, segurança.

Fazendo um paralelo entre o IDHM, IVS e o IDM, enquanto no IDHM e no IVS, na análise dos que apresentam melhores índices, encontramos os maiores representação populacional (Minaçu, Niquelândia, Porangatu e Uruaçu), e os de menor (Alto Horizonte, Crixás, Nova Crixás, Mozarlândia), estando estes entre os municípios com atividades econômicas mais dinâmicas, influenciando as dimensões renda e trabalho. Nos municípios de Estrela do Norte, Formoso e Santa Terezinha, os três com população até 5.000 hab., influenciados índices de longevidade e renda, que pode ter sido ocasionada também pelo aumento da política de transferência de renda do Governo Federal (Bolsa Família) com impactos na renda das famílias. Os municípios de Campinorte, Estrela do Norte e Santa Terezinha de Goiás, de 2004 a 2015, registraram aumento de 286,3 %, 153,56 e 357,12 % (anexo 9).

Quanto ao IDM os municípios com menor porte apresentaram melhores índices ao contrario dos IDHM e o IVS, influenciados pela dimensão segurança que em municípios menores apresentam índices de criminalidade baixos com poucas ocorrências. No entanto quando analisamos as dimensões economia e trabalho a desigualdade intrarregional é também observada como nos outros dois índices.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar se as ações propostas pelo Governo do Estado de Goiás foram suficientes para alcançar seu propósito de reduzir as desigualdades regionais, promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população da Região Norte do Estado. Para tanto, delimitou-se o período de 2000-2015 para a análise dos Planos Plurianuais.

Importante destacar que tanto o planejamento quanto a regionalização têm sido utilizados como ferramentas de gestão em território goiano, desde a década de 1960, no Governo de Mauro Borges. Após a Promulgação da Constituição de 1988, com a criação do Estado do Tocantins, o governo goiano, promove em 2004, nova regionalização observa-se que, enquanto as regiões do centro-sul do Estado, apresentaram crescimento e desenvolvimento acentuados, com os indicadores de emprego, de renda e de educação dinâmicos; a região norte do Estado apresenta em sua maioria, atividades econômicas voltadas para a agropecuária de menor porte, com indicadores mais frágeis não acompanhando o desenvolvimento apresentado nas regiões centro-sul nos últimos anos.

A partir desses resultados, constatada a ainda desigualdade regional, o governo estadual, na elaboração dos Planos Plurianuais previu políticas de combate às desigualdades sociais, entre elas, ações a serem adotadas por meio de programas regionalizados para diferentes regiões com objetivos e metas específicos para mitigar as diferenças regionais. Em geral, os PPAs elaborados no período de 2000-2015, estavam estruturados em quatro eixos: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento regional e melhoria da gestão, concentrando suas ações para a redução das desigualdades nos três primeiros eixos.

Nesse cenário, observou-se uma melhora do IDH-M e do IVS, além do IDEB em todos os municípios, no que se refere à renda e educação, indicando a eficácia das políticas de distribuição de renda (Bolsa Família e Renda Cidadão). No período de 2004-2015, o programa Bolsa Família registrou na região norte um aumento de 623% (anexo 3), ou seja, de R\$ 7.838.601,00 o valor passou para R\$ 48.871.467,00.

Analisando o comportamento do IDM-H, do IVS e do IDM, observamos a importância das políticas de repasses de renda às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, que segundo Myrdal (1968), pode interromper o Circulo Vicioso da Pobreza, através da ação Estatal planejada, com vistas à redução dos níveis de pobreza. O fato da Estratégia de Desenvolvimento Social ser a de maior previsão e execução orçamentária

demonstra a eficiência e a importância das políticas distributivas. Mesmo assim, quando analisadas as dimensões de renda e trabalho dos índices analisados, permanece ainda, um déficit na melhora da qualidade de vida da população.

Dessa forma, foi possível verificar que embora a questão regional estivesse presente nos PPAs de 2000 a 2015, as ações atinentes a sua execução não foram suficientes para interromper a continuidade das disparidades intrarregionais. Uma vez que não obstante, o rendimento médio da região tenha apresentado crescimento no período citado, ficaram 20% abaixo do rendimento médio estadual, com exceção dos municípios do polo mineral (Alto Horizonte, Crixás, Minaçu e Niquelândia) que apresentaram rendimento acima da média estadual.

Com a queda no Produto Interno Bruto (PIB) e na Arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria (ICMS), os incentivos aos polos minerais da região, viabilizados pelo Estado, através de programas como o Fundo de Fomento a Mineração (FUNMINERAL), exerceram efeitos para a região, aumentando a disparidade de renda e, conseqüentemente causando desequilíbrios, que de acordo com Perroux (1967), só podem ser alterados por meio de implementação de políticas econômicas de desenvolvimento técnico, humano e de cooperação entre as regiões ricas e pobres (desenvolvimento recíproco), não cumprindo a função de polo de desenvolvimento em relação à economia regional, pois seus efeitos regressivos foram maiores que os propulsores.

Os investimentos previstos nos Planos Plurianuais e as ações propostas para a estratégia de desenvolvimento econômico, em sua maioria foi direcionadas à infraestrutura de transporte e energia, enquanto que os programas de fomento como (Fomentar, Produzir e FCO) ficaram concentrados nas regiões Centro-Sul, as mais dinâmicas do Estado. Por outro lado, muitos municípios da região norte não foram contemplados com essas políticas de investimento por não possuírem os requisitos básicos para a captação de recursos.

Verifica-se ainda, na região do Norte Goiano, uma disparidade intrarregional, acentuada pela produção de grãos e pela pecuária concentrada em poucos municípios, somente os municípios de São Miguel do Araguaia, Crixás, Nova Crixás e Mozarlândia concentram 42% da produção bovina, enquanto que toda a produção de grãos da região 60% está concentrada em três municípios, Niquelândia, Porangatu e Uruaçu.

Os demais municípios com população abaixo de 10.000 habitantes, representando 61% da região, em sua maioria ainda praticam atividades agrícolas com baixa utilização de tecnologia e pecuária extensiva, tornando-se pouco atrativas para o modelo atual do agronegócio, não estando na rota das corporações capitalistas, o que tem gerado poucos

empregos e, conseqüentemente baixa renda, resultando na dependência de políticas distributivas do governo federal e estadual.

A partir das análises dos Planos Plurianuais referentes aos períodos de 2000-2015, o que pôde se constatar em relação à Região do Norte Goiano, é que as ações propostas através das estratégias para redução das desigualdades, não foram capazes de reverter os efeitos regressivos, Nesse sentido, Hirschman (1958) destaca que o papel do governo é o de promover infraestrutura necessária para alavancar a atividade produtiva e fomentar investimentos nas indústrias. No entanto, o autor alerta que não é qualquer indústria, mas as que são capazes de provocar maior número de desequilíbrios, entretanto, geralmente o que ocorre nas regiões menos desenvolvidas, é a instalação de indústrias que se caracterizam por provocarem mais efeitos para trás, como a agricultura, atividade que em sua maioria é destinada ao consumo e a exportação, que no caso da região norte na maioria dos municípios é destinado ao consumo com baixa produtividade e pouca tecnologia agregando pouco valor.

O governo do Estado incentivou e promoveu a instalação de polos industriais dos setores farmacêutico, automobilístico, agronegócio, biocombustível, alimentícios, bebidas e minerais, mas estes foram prioritariamente instalados nas regiões centro-sul, com exceção dos polos minerais da região norte.

Assim, o Estado continuou como interventor e promotor do desenvolvimento regional, não mais nos moldes do Estado intervencionista, prática essa adotada até a década de 1980. A partir da crise fiscal da década de 1980 e da expansão do pensamento neoliberal, o Estado passa a exercer a função de agente agenciador de negócios, através de liberação de incentivos fiscais e linhas de financiamento e fomento. No entanto, Monteiro Neto (2014) ressalta que governos estaduais possuem baixa capacidade de definição de estratégias próprias para o desenvolvimento.

Pôr fim, o estudo limitou-se a analisar o período de 2000-2015, mas abre caminho para novas pesquisas, principalmente se levarmos conta a dependência da região da atividade mineral, onde os quatro municípios do polo mineral da região apresentam índices sociais, renda e trabalho, dinâmicos que comparados com o restante da região. Com a queda da produção registrada em 2015, bem como pela recente decisão do Supremo Tribunal Federal ao julgar em 2018 a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3406 proibindo a extração e o uso do amianto, cujo Acórdão foi publicado em fevereiro de 2019, ação essa que terá grande impacto na economia da Região Norte e da cidade de Minaçu-GO, onde está localizada a única mineradora da América Latina (SAMA), a terceira maior do mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. A.. Produção teórica em economia regional: das formulações clássicas aos modelos endógenos de desenvolvimento. **In: XII SEMANA DE ECONOMIA DA UESB** . Vitória da Conquista, 10-15 de jun de 2013. HYPERLINK "C:\\Users\\Elielda\\Documents\\MESTRADO\\textos\\Região Norte\\Disponível em:<http://www.uesb.br/eventos/>" Disponível em:http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/anais-2013/a04.pdf . Acesso; 2017, 22 nov.

AMPARO, P.P. Os desafios a uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Interações**. Campo Grande, v.15, n.1,p.173-192, 2014,jan/jun.

ARRAIS,T.A;CASTILHO,D; NETO,O.P.A. Integração nacional e fragmentação regional: o sentido territorial da Br-153 no centro-norte brasileiro. O decreto 2.829 de outubro de 1998. **Revista de Geografia da UFMT**, ano.18,n.36,2016,p.62-85.

ARRAIS, T. A. Planejamento e Desenvolvimento Regional :a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC., Ano 6, n.12, 2007, p. 25-36.

BALBIM, R., & CONTEL, F. B. Região e regionalização:subsídios teóricos para o ordenamento territorial e desenvolvimento brasileiro.In:BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio. **Brasil em desenvolvimento 2013**: estado, planejamento e política pública. Brasília,vol. 1. Brasília: IPEA,2013.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos da pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v.1, 2000.

BORGES, J.C.P; SILVA,M.P; SILVA, W.K.L. O Estado e a regionalização em Goiás. **Revista Territorial**. UEG,,v.1,n.1, 2011, julh/dez, p.112-134.

BRANDÃO, C. A. **A dimensão espacial do desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes:anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.107, p.57-76, julh/dez de 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 18 de nov. 2018.

_____ **Portaria MOG n. 42**, de 14 de abril de 1999.

_____ **O decreto 2.829** de outubro de 1998.

_____ **Boletim Regional do Banco Central**. 2015,out,p.97-105. Disponível em: HYPERLINK "<https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2015/10/br201510b1p.pdf>" <https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2015/10/br201510b1p.pdf> . Acesso em: 22,Out.2018.

CANO, W. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** BRANDÃO, C.A.; CASTRO, C. N.; MONTEIRO, (Org). IPEA, Rio de Janeiro, 2017, p.11-18.

CAVALCANTE, L. R.. **Produção Teórica em economia regional: uma proposta de sistematização.** Salvador: Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2008.

COLISTETE, R. P. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil.** jan/abril de 2001 Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9777> [/11349](http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9777/11349) . Acesso em 16 jun.2018.

CORREIA, S.P.S. **A construção de Goiás.** Ensaio de desenvolvimento político e regional. Goiânia: UCG, 2006.

COSTA, R. D. . **Um resumo da obra "Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas" de Gunnar Myrdal,** 2002.

DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** Texto para discussão n.159. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG,2001.

_____. **Celso Furtado e o desenvolvimentismo regional.** Nova Economia, 19 v.2, p. 224 - 227 maio/jun. de 2009.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In WOLFGANG, Sachs (Org.). **Dicionário de Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** São Paulo: Vozes,1992.

ESTEVAM, L.. **O tempo da transformação.** 2 ed. Goiânia: UCG, 2004.

FEITOSA, Cid Olival.**Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação.** Tese (Instituto de Economia da UNICAMP), Campinas, UNICAMP, 2011.

FREITAS, W. D. **Políticas recentes de desenvolvimento regional: goiás no contexto nacional.** Dissertação (Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná). Curitiba: UFPR, 2009.

FILHO, G.M. Crescimento econômico e sustentabilidade. **Sociedade e Natureza,** 19. Uberlândia, 2007, jun,p.81-89.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GOIÁS. **Lei n. 13.570 de 28 de dezembro de 1999.** Goiânia, 1999.

_____. **Lei n. 17.543 de 11 de janeiro de 2012.**Goiânia, 2012.

HAESBAERT, R.. **Regional - Global. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª edição, .2018

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico** (L. Schlaepfer, Trad.) Fundo de Cultura, 1958.

_____. **Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada.** Rio de Janeiro: 13, 1-38. Pesquisa Planejamento Econômico/PPE, ab. de 1983.

IMB. Instituto Mauro Borges. **Coletânea do Planejamento em Goiás.** Goiânia PPA 2000-2003, PPA 2004-2007, PPA 2008-2007, PPA 2008 -2011. Disponível em: HYPERLINK "http://www.imb.go.gov.br/index.asp" <http://www.imb.go.gov.br/index.asp> . Acesso em ago/set de 2018.

_____. Análise do Censo Fomentar Produzir. **Estudos do Instituto Mauro Borges.**Goânia, 2014.

_____. O Programa Fomentar/Produzir Informações e Análises para o Estado e Microrregiões de Goiás. **Estudos do Instituto Mauro Borges.** Goiânia, 2012.

_____. Produto Interno Bruto 2015 e 2016.

_____. Planejamento Estratégico.Goiás Século XXI - 2003 - 2006. Goiânia:

_____. Plano de Governo Goiás, Estado da Qualidade de Vida. Goiânia: 2007-2010.

_____. Desequilíbrios regionais e a distribuição dos recursos em Goiás. 2013, julh.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries estatísticas.**2015 Disponível: em HYPERLINK "https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/" <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/> . Acesso em 15 julh. 2018.

_____. **Anuário Estatístico.** Disponível em:https:// HYPERLINK "C:\\Users\\Elielda\\Documents\\MESTRADO\\textos\\Região Norte\\biblioteca.ibge.gov.br\\visualizacao\\" biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1961.pdf . Acesso em: 31 juh.2018.

_____. **Anuário Estatístico.** Disponível HYPERLINK "em:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao" em:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao /periodicos/20/aeb_1952 .pdf.Acesso em 31.julh 2018.

_____. **Anuário Estatístico.** Disponívelem: HYPERLINK "https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/" https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1971.pdf. Acesso em: 31 julh. 2018 .

_____. Censo Agrícola 1960. Disponível em HYPERLINK "C:\\Users\\Elielda\\Documents\\MESTRADO\\textos\\Região Norte\\:https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php" :<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=744>. Acesso em 5.ag.2018.

_____. Censo Agrícola 1970. Disponível em: [HYPERLINK "https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php"](https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php) <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=745&view=detalhes>. Acesso em 5.ag.2018.

_____. Censo Agrícola 1980. Disponível em: [HYPERLINK "https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php"](https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php) <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=746>. Acesso em: 5.ag.2018.

JUNIOR,J.C.C;GIMENEZ, D.M. Crescimento econômico e planejamento no Brasil (2003-2010):evidências e possibilidades do ciclo recente. IN:JUNIOR,J.C.C (Org). **A reinvenção do planejamento no Brasil. Diálogos para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2011.p.337-387.

JESUS, J. A., & SPINOLA, N. D. **Seis décadas da teórica dos polos de crescimento: revisando Perroux**. 935 - 952. Salvador,BA: Revista Brasileira de Desenvolvimento Econômico, dez de 2015.

KON.Anita. A experiência Brasileira de Planejamento público federal. In: KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo:Perspectiva, 1999.

LAFER, C.. O planejamento no Brasil: observações sobre o plano de Metas. In: MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

LIMA, A. C., & SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. **Texto para discussão nº 358**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, set.2009

MENDES, C. C., & TEIXEIRA, J. R. Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. **Texto para Discussão no 1051**. Brasília: IPEA, out. de 2004.

MONTEIRO NETO, A. **Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate**. Brasília: Ipea, 2014.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. N. Palhano, Trad. Editora Saga, 2. ed, 1968.

OLIVEIRA, N. M. Transição do norte de Goiás ao território do Estado do Tocantins.. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína ano.7,n.12, abr/jul, 2018, p.53 -81

PARREIRA,Kérima Martins. **Um olhar sobre a dimensão estratégica da política de desenvolvimento regional no estado de goiás de 1999 a 2015**.Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Dissertação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.Goiânia:PUC,2017.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. (J. L. Freitas, Trad.) Livraria Moraes Editora Lisboa:HERDER,1967.

SALGADO, T. R.. **Planejamento e regionalização: análise dos planos plurianuais elaborados pelo governo do estado de goiás entre 199 a 2007**. Universidade Federal de Goiás, Dissertação(Em Geografia). Goiânia: UFG, dez. de 2010

SALGADO,T.R; ARRAIS,T.P.A;LIMA,L.O de. Desigualdade regional e intervenção estatal: uma análise da concepção de planejamento regional no I e II plano plurianual do governo do Estado de Goiás. **Caminhos de Geografia** .Uberlândia, v.11, n.36, dez,2010,p.129-141.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2014.

SANTOS,E.A.V.dos. O confronto entre o planejamento governamental e o PPA.IN:JUNIOR, J.C.C (Org). **A reinvenção do planejamento no Brasil**. Diálogos para o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2011.p.307- 336.

SEFAZ -Secretaria da Fazenda de Goiás. Relatório de Gestão Governamental, /2011,v.1 2015,v.1.**Goiás Transparente**. Disponível em: <http://www.sefaz.go.gov.br/> /2011,v.1 2015,v.1

SENRA, K. V. **Políticas federais de desenvolvimento regional no Brasil**: uma análise comparada dos períodos pós-guerra(1945-1964, pós-golpe militar (1964--1988) e pós constituição de 1988 (1988-2009). Dissertação (Mestrado em Geografia), Brasília: Universidade de Brasília- UNB, jun.de 2009.Disponível em:<https://core.ac.uk/download/pdf/33536532.pdf>. Acesso em:22 set.2017.

SEM,A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

SILVA, E. R. **A economia goiana no contexto nacional 1970-2000**. Goiânia: UCG, 2007.

SILVA, W. G., & ABRITA, M. B. Políticas Públicas de desenvolvimento regional: uma análise a partir da atuação da primeira Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (1967-1990). **Ateliê Geográfico**, 11, 1, 235-256. Goiânia: UFG, abr.de 2017

TAVARES, H.M .Desenvolvimento, região e poder regional: a visão de Celso Furtado. **Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.2, 2011, nov.

ANEXOS

ANEXO 1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH - M)
- 1991 - 2000 - 2010

| Municípios | 1991 | | | | |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------|
| | IDH-M | | | IDH-M | Ranking |
| | Longevidade | Educação | Renda | | |
| Alto Horizonte | 0,621 | 0,665 | 0,550 | 0,612 | 202º |
| Amaralina | 0,578 | 0,554 | 0,541 | 0,558 | 231º |
| Bonópolis | 0,578 | 0,632 | 0,535 | 0,582 | 226º |
| Campinaçu | 0,658 | 0,650 | 0,557 | 0,622 | 192º |
| Campinorte | 0,705 | 0,729 | 0,557 | 0,667 | 75º |
| Campos Verdes | 0,567 | 0,609 | 0,590 | 0,589 | 222º |
| Crixás | 0,624 | 0,680 | 0,641 | 0,648 | 129º |
| Estrela do Norte | 0,652 | 0,734 | 0,560 | 0,649 | 126º |
| Formoso | 0,652 | 0,756 | 0,597 | 0,668 | 72º |
| Mara Rosa | 0,578 | 0,685 | 0,609 | 0,624 | 185º |
| Minaçu | 0,628 | 0,752 | 0,600 | 0,660 | 96º |
| Montividiu do Norte | 0,578 | 0,639 | 0,506 | 0,574 | 227º |
| Mozarlândia | 0,637 | 0,699 | 0,597 | 0,644 | 141º |
| Mundo Novo | 0,561 | 0,638 | 0,585 | 0,595 | 217º |
| Mutunópolis | 0,661 | 0,712 | 0,545 | 0,639 | 152º |
| Niquelândia | 0,578 | 0,671 | 0,579 | 0,609 | 206º |
| Nova Crixás | 0,580 | 0,594 | 0,604 | 0,593 | 218º |
| Nova Iguaçu de Goiás | 0,578 | 0,619 | 0,576 | 0,591 | 220º |
| Novo Planalto | 0,637 | 0,714 | 0,587 | 0,646 | 138º |
| Porangatu | 0,628 | 0,765 | 0,610 | 0,668 | 73º |
| Santa Tereza de Goiás | 0,578 | 0,724 | 0,571 | 0,624 | 187º |
| Santa Terezinha de Goiás | 0,612 | 0,724 | 0,621 | 0,652 | 118º |
| São Miguel do Araguaia | 0,626 | 0,722 | 0,620 | 0,656 | 104º |
| Trombas | 0,652 | 0,704 | 0,514 | 0,623 | 190º |
| Uirapuru | 0,521 | 0,605 | 0,535 | 0,554 | 233º |
| Uruaçu | 0,633 | 0,736 | 0,621 | 0,663 | 88º |
| TOTAL DA REGIÃO | 0,612 | 0,681 | 0,577 | 0,623 | 8º |
| TOTAL DO ESTADO | 0,668 | 0,765 | 0,667 | 0,700 | 8º |

| Municípios | 2000 | | | | | |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------|-----------|
| | IDH-M | | | IDH-M | Ranking | População |
| | Longevidade | Educação | Renda | | | |
| Alto Horizonte | 0,732 | 0,859 | 0,638 | 0,743 | 94° | 4.799 |
| Amaralina | 0,639 | 0,783 | 0,523 | 0,648 | 233° | 3.489 |
| Bonópolis | 0,641 | 0,802 | 0,607 | 0,683 | 222° | 3.640 |
| Campinaçu | 0,804 | 0,804 | 0,592 | 0,733 | 131° | 3.649 |
| Campinorte | 0,806 | 0,817 | 0,628 | 0,750 | 73° | 11.333 |
| Campos Verdes | 0,639 | 0,841 | 0,601 | 0,694 | 214° | 4.562 |
| Crixás | 0,686 | 0,835 | 0,631 | 0,717 | 179° | 15.925 |
| Estrela do Norte | 0,784 | 0,824 | 0,629 | 0,746 | 85° | 3.309 |
| Formoso | 0,732 | 0,848 | 0,630 | 0,737 | 117° | 4.777 |
| Mara Rosa | 0,711 | 0,815 | 0,614 | 0,713 | 191° | 10.455 |
| Minaçu | 0,753 | 0,849 | 0,646 | 0,749 | 78° | 30.784 |
| Montividiu do Norte | 0,606 | 0,821 | 0,534 | 0,654 | 232° | 4.173 |
| Mozarlândia | 0,703 | 0,822 | 0,659 | 0,728 | 154° | 13.739 |
| Mundo Novo | 0,686 | 0,778 | 0,613 | 0,692 | 216° | 6.186 |
| Mutunópolis | 0,748 | 0,792 | 0,626 | 0,722 | 168° | 3.833 |
| Niquelândia | 0,717 | 0,836 | 0,665 | 0,739 | 109° | 42.933 |
| Nova Crixás | 0,659 | 0,750 | 0,648 | 0,686 | 219° | 12.058 |
| Nova Iguaçu de Goiás | 0,711 | 0,816 | 0,642 | 0,723 | 166° | 2.839 |
| Novo Planalto | 0,712 | 0,825 | 0,608 | 0,715 | 188° | 4.036 |
| Porangatu | 0,681 | 0,878 | 0,723 | 0,761 | 52° | 42.733 |
| Santa Tereza de Goiás | 0,686 | 0,851 | 0,649 | 0,729 | 148° | 3.889 |
| Santa Terezinha de Goiás | 0,711 | 0,834 | 0,619 | 0,721 | 173° | 10.044 |
| São Miguel do Araguaia | 0,722 | 0,813 | 0,675 | 0,737 | 120° | 22.206 |
| Trombas | 0,784 | 0,847 | 0,598 | 0,743 | 96° | 3.455 |
| Uirapuru | 0,621 | 0,787 | 0,579 | 0,662 | 230° | 2.917 |
| Uruaçu | 0,712 | 0,850 | 0,651 | 0,738 | 113° | 37.443 |
| TOTAL DA REGIÃO | 0,707 | 0,822 | 0,624 | 0,718 | 9° | |
| TOTAL DO ESTADO | 0,745 | 0,866 | 0,717 | 0,776 | 8° | |

| Municípios | 2010 | | | | |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------|
| | IDH-M | | | IDH-M | Ranking |
| | Longevidade | Educação | Renda | | |
| Alto Horizonte | 0,841 | 0,624 | 0,709 | 0,719 | 55º |
| Amaralina | 0,813 | 0,489 | 0,569 | 0,609 | 243º |
| Bonópolis | 0,813 | 0,488 | 0,630 | 0,630 | 238º |
| Campinaçu | 0,819 | 0,476 | 0,644 | 0,631 | 237º |
| Campinorte | 0,841 | 0,565 | 0,685 | 0,688 | 151º |
| Campos Verdes | 0,796 | 0,577 | 0,608 | 0,654 | 217º |
| Crixás | 0,805 | 0,625 | 0,706 | 0,708 | 87º |
| Estrela do Norte | 0,848 | 0,593 | 0,703 | 0,707 | 89º |
| Formoso | 0,834 | 0,639 | 0,686 | 0,715 | 68º |
| Mara Rosa | 0,838 | 0,579 | 0,680 | 0,691 | 145º |
| Minaçu | 0,803 | 0,637 | 0,691 | 0,707 | 89º |
| Montividiu do Norte | 0,816 | 0,488 | 0,578 | 0,613 | 242º |
| Mozarlândia | 0,825 | 0,565 | 0,684 | 0,683 | 173º |
| Mundo Novo | 0,812 | 0,488 | 0,642 | 0,634 | 233º |
| Mutunópolis | 0,806 | 0,584 | 0,668 | 0,680 | 180º |
| Niquelândia | 0,806 | 0,640 | 0,709 | 0,715 | 68º |
| Nova Crixás | 0,813 | 0,485 | 0,674 | 0,643 | 231º |
| Nova Iguaçu de Goiás | 0,812 | 0,540 | 0,642 | 0,655 | 215º |
| Novo Planalto | 0,831 | 0,550 | 0,623 | 0,658 | 212º |
| Porangatu | 0,845 | 0,642 | 0,709 | 0,727 | 37 |
| Santa Tereza de Goiás | 0,825 | 0,561 | 0,635 | 0,665 | 200º |
| Santa Terezinha de Goiás | 0,826 | 0,644 | 0,647 | 0,701 | 104º |
| São Miguel do Araguaia | 0,818 | 0,536 | 0,667 | 0,664 | 203º |
| Trombas | 0,812 | 0,547 | 0,628 | 0,653 | 220º |
| Uirapuru | 0,822 | 0,579 | 0,632 | 0,670 | 194º |
| Uruaçu | 0,86 | 0,628 | 0,740 | 0,737 | 22º |
| TOTAL DA REGIÃO | 0,822 | 0,568 | 0,661 | 0,675 | 9º |
| TOTAL DO ESTADO | 0,827 | 0,646 | 0,742 | 0,735 | 8º |

Fonte: Instituto Mauro Borges/ Estudos Índices Sociais/Maio,2014.

| <i>Anexo.2 - Índice de Vulnerabilidade dos Municípios de Região Norte</i> | | | | | | |
|---|-------------------------|------|-------|---------------------------|--------------------|----------------------|
| Nome do Município | Município com 6 dígitos | Ano | IVS | IVS Infraestrutura Urbana | IVS Capital Humano | IVS Renda e Trabalho |
| Alto Horizonte | 520055 | 2000 | 0.363 | 0.026 | 0.570 | 0.492 |
| Alto Horizonte | 520055 | 2010 | 0.195 | 0.021 | 0.290 | 0.274 |
| Amaralina | 520082 | 2000 | 0.465 | 0.209 | 0.605 | 0.581 |
| Amaralina | 520082 | 2010 | 0.362 | 0.028 | 0.469 | 0.589 |
| Bonópolis | 520357 | 2000 | 0.486 | 0.194 | 0.613 | 0.651 |
| Bonópolis | 520357 | 2010 | 0.307 | 0.038 | 0.527 | 0.358 |
| Campinaçu | 520465 | 2000 | 0.537 | 0.356 | 0.583 | 0.673 |
| Campinaçu | 520465 | 2010 | 0.332 | 0.084 | 0.427 | 0.487 |
| Campinorte | 520470 | 2000 | 0.488 | 0.279 | 0.596 | 0.590 |
| Campinorte | 520470 | 2010 | 0.267 | 0.104 | 0.341 | 0.355 |
| Campos Verdes | 520495 | 2000 | 0.620 | 0.607 | 0.549 | 0.703 |
| Campos Verdes | 520495 | 2010 | 0.385 | 0.222 | 0.450 | 0.483 |
| Crixás | 520640 | 2000 | 0.431 | 0.209 | 0.510 | 0.574 |
| Crixás | 520640 | 2010 | 0.277 | 0.136 | 0.369 | 0.326 |
| Estrela do Norte | 520750 | 2000 | 0.449 | 0.309 | 0.537 | 0.502 |
| Estrela do Norte | 520750 | 2010 | 0.223 | 0.065 | 0.302 | 0.303 |
| Formoso | 520810 | 2000 | 0.477 | 0.356 | 0.514 | 0.560 |
| Formoso | 520810 | 2010 | 0.322 | 0.206 | 0.390 | 0.371 |
| Mara Rosa | 521280 | 2000 | 0.496 | 0.339 | 0.531 | 0.619 |
| Mara Rosa | 521280 | 2010 | 0.316 | 0.145 | 0.420 | 0.383 |
| Minaçu | 521308 | 2000 | 0.457 | 0.229 | 0.542 | 0.600 |
| Minaçu | 521308 | 2010 | 0.298 | 0.140 | 0.322 | 0.432 |
| Montividiu do Norte | 521377 | 2000 | 0.476 | 0.194 | 0.657 | 0.576 |
| Montividiu do Norte | 521377 | 2010 | 0.377 | 0.147 | 0.484 | 0.499 |
| Mozarlândia | 521400 | 2000 | 0.479 | 0.299 | 0.586 | 0.552 |
| Mozarlândia | 521400 | 2010 | 0.276 | 0.115 | 0.400 | 0.312 |
| Mundo Novo | 521405 | 2000 | 0.604 | 0.624 | 0.607 | 0.581 |
| Mundo Novo | 521405 | 2010 | 0.381 | 0.224 | 0.438 | 0.479 |
| Mutunópolis | 521410 | 2000 | 0.517 | 0.328 | 0.589 | 0.633 |
| Mutunópolis | 521410 | 2010 | 0.313 | 0.202 | 0.358 | 0.378 |
| Niquelândia | 521460 | 2000 | 0.436 | 0.202 | 0.569 | 0.535 |
| Niquelândia | 521460 | 2010 | 0.266 | 0.135 | 0.336 | 0.326 |
| Nova América | 521470 | 2000 | 0.455 | 0.191 | 0.562 | 0.611 |
| Nova Crixás | 521483 | 2000 | 0.543 | 0.395 | 0.698 | 0.535 |
| Nova Crixás | 521483 | 2010 | 0.338 | 0.216 | 0.395 | 0.404 |
| Nova Iguaçu de Goiás | 521487 | 2000 | 0.526 | 0.408 | 0.610 | 0.561 |
| Nova Iguaçu de Goiás | 521487 | 2010 | 0.310 | 0.099 | 0.370 | 0.462 |
| Novo Planalto | 521525 | 2000 | 0.514 | 0.470 | 0.601 | 0.470 |
| Novo Planalto | 521525 | 2010 | 0.423 | 0.173 | 0.540 | 0.556 |
| Porangatu | 521800 | 2000 | 0.404 | 0.207 | 0.495 | 0.512 |
| Porangatu | 521800 | 2010 | 0.258 | 0.121 | 0.340 | 0.311 |
| Santa Tereza de Goiás | 521960 | 2000 | 0.559 | 0.473 | 0.552 | 0.651 |
| Santa Tereza de Goiás | 521960 | 2010 | 0.350 | 0.247 | 0.445 | 0.359 |
| Santa Terezinha de Goiás | 521970 | 2000 | 0.476 | 0.259 | 0.573 | 0.598 |
| Santa Terezinha de Goiás | 521970 | 2010 | 0.305 | 0.153 | 0.360 | 0.403 |
| São Miguel do Araguaia | 522020 | 2000 | 0.423 | 0.182 | 0.572 | 0.514 |
| São Miguel do Araguaia | 522020 | 2010 | 0.319 | 0.182 | 0.385 | 0.391 |
| Trombas | 522145 | 2000 | 0.461 | 0.319 | 0.482 | 0.581 |
| Trombas | 522145 | 2010 | 0.339 | 0.106 | 0.438 | 0.474 |
| Uirapuru | 522157 | 2000 | 0.442 | 0.270 | 0.505 | 0.551 |
| Uirapuru | 522157 | 2010 | 0.296 | 0.183 | 0.381 | 0.324 |
| Uruaçu | 522160 | 2000 | 0.489 | 0.380 | 0.496 | 0.591 |
| Uruaçu | 522160 | 2010 | 0.489 | 0.184 | 0.303 | 0.303 |

Fonte: IPEA. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.A30php/pt/planilha>. Acesso em 28 de dez 18.

**ANEXO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA BOLSA FAMÍLIA POR MUNICÍPIOS
REGIÃO NORTE -2004/2010/2015**

| | 2004 | 2010 | 2015 |
|--------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| | Valor(R\$) | Valor (R\$) | Valor (R\$) |
| Alto Horizonte | 55.367,00 | 194.486,00 | 608.698,00 |
| Amaralina | 87.237,00 | 367.113,00 | 834.467,00 |
| Bonópolis | 50.163,00 | 561.072,00 | 973.556,00 |
| Campinaçu | 103.803,00 | 627.687,00 | 958.463,00 |
| Campinorte | 205.704,00 | 794.620,00 | 1.797.171,00 |
| Campos Verdes | 310.293,00 | 1.108.662,00 | 1.665.231,00 |
| Crixás | 293.870,00 | 937.476,00 | 2.108.824,00 |
| Estrela do Norte | 100.198,00 | 254.060,00 | 404.921,00 |
| Formoso | 101.286,00 | 656.297,00 | 990.616,00 |
| Mara Rosa | 243.694,00 | 1.033.732,00 | 1.540.650,00 |
| Minaçu | 813.252,00 | 2.476.922,00 | 3.454.318,00 |
| Montividiu do Norte | 111.495,00 | 638.996,00 | 1.668.665,00 |
| Mozarlândia | 144.822,00 | 1.118.290,00 | 2.250.713,00 |
| Mundo Novo | 168.306,00 | 652.481,00 | 1.192.882,00 |
| Mutunópolis | 174.507,00 | 398.186,00 | 644.906,00 |
| Niquelândia | 993.638,00 | 4.537.436,00 | 6.183.365,00 |
| Nova Crixás | 448.601,00 | 1.607.552,00 | 1.743.057,00 |
| Nova Iguaçu de Goiás | 63.981,00 | 374.196,00 | 362.175,00 |
| Novo Planalto | 100.101,00 | 495.129,00 | 922.151,00 |
| Porangatu | 1.024.165,00 | 4.461.521,00 | 6.248.387,00 |
| Santa Tereza de Goiás | 110.877,00 | 474.861,00 | 713.933,00 |
| Santa Terezinha de Goiás | 312.978,00 | 1.430.691,00 | 2.702.485,00 |
| São Miguel do Araguaia | 550.942,00 | 2.320.635,00 | 4.837.485,00 |
| Trombas | 100.623,00 | 430.247,00 | 715.063,00 |
| Uirapuru | 59.025,00 | 406.919,00 | 941.290,00 |
| Uruaçu | 1.109.673,00 | 2.414.712,00 | 2.405.980,00 |
| TOTAL DA REGIÃO | 7.838.601,00 | 30.773.979,00 | 48.871.467,00 |

Fonte: Portal da Transparência.

Disponível em: <http://www.transparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoMunicipio.asp?Exercicio=2010&textoPesquisaAcao=&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&siglaEstado=G>. Acesso em: 30/10/2017.

ANEXO 4 – DISTRIBUIÇÃO DE VALORES APLICADOS PELO BANCO DO POVO

Tabela 19 - Distribuição dos valores aplicados pelo Banco do Povo nas microrregiões e metade Norte/Sul no ano (%)

| Ano | 2001 | 2002 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | Média |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Anápolis | 4,6 | 10,0 | 12,0 | 12,4 | 11,9 | 12,9 | 12,7 | 14,2 | 19,1 | 13,2 | 12,3 |
| Anicuns | 4,5 | 4,3 | 4,0 | 3,9 | 3,6 | 3,0 | 4,0 | 7,4 | 11,3 | 4,7 | 5,1 |
| Aragarças | 1,8 | 1,6 | 1,5 | 1,7 | 1,7 | 1,8 | 1,7 | 1,7 | 4,3 | 1,7 | 1,9 |
| Catalão | 6,8 | 5,0 | 3,2 | 3,0 | 3,0 | 2,1 | 1,9 | 2,4 | 0,0 | 2,5 | 3,0 |
| Ceres | 8,5 | 7,7 | 7,7 | 6,4 | 6,5 | 6,5 | 8,7 | 7,2 | 10,0 | 7,2 | 7,6 |
| Chapada dos Veadeiros | 3,9 | 3,3 | 3,6 | 3,6 | 3,1 | 2,4 | 3,6 | 2,4 | 0,8 | 3,4 | 3,0 |
| Entorno de Brasília | 11,1 | 10,8 | 10,8 | 9,4 | 10,0 | 9,0 | 10,6 | 11,2 | 3,3 | 10,8 | 9,7 |
| Goiânia | 14,4 | 13,3 | 12,7 | 14,2 | 16,5 | 17,7 | 10,3 | 12,0 | 11,2 | 9,1 | 13,1 |
| Iporá | 0,6 | 0,9 | 1,1 | 1,8 | 1,9 | 2,1 | 2,1 | 2,7 | 3,5 | 3,1 | 2,0 |
| Meia Ponte | 9,6 | 7,4 | 6,4 | 5,6 | 6,6 | 7,2 | 7,7 | 8,7 | 7,2 | 9,7 | 7,6 |
| Pires do Rio | 2,3 | 1,0 | 1,6 | 1,9 | 1,9 | 1,6 | 2,1 | 2,1 | 4,9 | 2,6 | 2,2 |
| Porangatu | 5,0 | 8,6 | 9,8 | 11,8 | 12,0 | 11,5 | 12,7 | 9,5 | 6,5 | 14,1 | 10,2 |
| Quirinópolis | 4,9 | 3,7 | 4,1 | 4,4 | 3,7 | 3,9 | 3,7 | 3,8 | 4,3 | 5,8 | 4,2 |
| Rio Vermelho | 2,9 | 2,3 | 2,1 | 2,1 | 1,4 | 1,3 | 1,4 | 1,2 | 2,0 | 0,9 | 1,8 |
| S.Miguel do Araguaia | 0,0 | 1,7 | 2,5 | 1,6 | 1,7 | 1,0 | 1,7 | 1,3 | 0,8 | 1,6 | 1,4 |
| Sudoeste de Goiás | 7,7 | 8,9 | 8,8 | 8,7 | 7,9 | 8,7 | 8,0 | 5,8 | 4,8 | 3,1 | 7,2 |
| Vale do Rio dos Bois | 5,3 | 4,4 | 3,9 | 4,3 | 4,1 | 3,5 | 3,4 | 3,5 | 4,5 | 4,1 | 4,1 |
| Vão do Paraná | 6,0 | 5,0 | 4,3 | 3,4 | 2,7 | 3,8 | 3,9 | 2,8 | 1,4 | 2,5 | 3,6 |
| Metade Norte | 30 | 37 | 39 | 38 | 37 | 37 | 43 | 35 | 36 | 39 | 37 |
| Metade Sul | 70 | 63 | 61 | 62 | 63 | 63 | 57 | 65 | 64 | 61 | 63 |
| Total Geral | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Elaborada com dados de Banco do Povo (2011)

ANEXO 5 - ESTATÍSTICA DE CRÉDITO RURAL, POPULAÇÃO, PIB E PIB DA AGROPECUÁRIA

Tabelas 25 - Estatísticas de Crédito Rural, população, PIB, e PIB da agropecuária para as microrregiões e metade Sul/Norte do estado de Goiás (%)

| Ano/Variável | 1999 | | 2005 | | 2010 | | Média 1999-2011 | | População (2010) | PIB (2009) | PIB Agropecuária (2009) | | |
|-----------------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|-----------------|----------------|------------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|
| | Agrícola | Pecuária Total | Agrícola | Pecuária Total | Agrícola | Pecuária Total | Agrícola | Pecuária Total | | | | | |
| Sudoeste de Goiás | 42,7 | 18,4 | 35,9 | 32,4 | 41,9 | 13,3 | 27,4 | 40,2 | 18,4 | 32,0 | 6 | 11,3 | 25,9 |
| Meia Ponte | 19,9 | 7,0 | 16,3 | 11,0 | 12,2 | 8,0 | 10,1 | 15,7 | 7,1 | 12,7 | 6,6 | 7,3 | 11,5 |
| Entorno de Brasília | 8,2 | 5,5 | 7,4 | 10,5 | 13,0 | 4,4 | 8,7 | 11,2 | 4,8 | 8,7 | 14,7 | 8,6 | 10,6 |
| Vale do Rio dos Bois | 9,4 | 3,6 | 7,8 | 8,4 | 6,2 | 4,3 | 5,2 | 8,8 | 4,2 | 7,3 | 1,9 | 2,3 | 7,3 |
| Catalão | 4,2 | 2,3 | 3,7 | 4,1 | 7,1 | 6,0 | 6,5 | 5,2 | 3,8 | 4,6 | 2,2 | 5,9 | 6 |
| Goiania | 2,2 | 19,1 | 7,0 | 4,5 | 3,3 | 5,9 | 4,6 | 2,5 | 7,5 | 4,3 | 29,2 | 36,2 | 3,2 |
| Quirinópolis | 2,6 | 9,2 | 4,5 | 3,6 | 2,3 | 5,6 | 3,9 | 2,7 | 7,0 | 4,2 | 1,6 | 3,1 | 3,8 |
| Pires do Rio | 3,6 | 4,1 | 3,8 | 5,2 | 1,7 | 3,2 | 4,1 | 4,8 | 2,7 | 4,0 | 1,8 | 1,6 | 4,2 |
| S.Miguel do Araguaia | 0,2 | 5,3 | 1,6 | 2,5 | 0,3 | 8,7 | 4,5 | 0,2 | 8,3 | 3,4 | 1,8 | 1,2 | 2,7 |
| Ceres | 1,4 | 5,1 | 2,4 | 2,8 | 1,9 | 6,4 | 4,2 | 1,6 | 6,0 | 3,2 | 4,3 | 2,4 | 4,9 |
| Porangatu | 0,7 | 5,0 | 1,9 | 2,9 | 1,3 | 7,7 | 4,5 | 1,2 | 6,7 | 3,2 | 4,6 | 3,4 | 3,8 |
| Anápolis | 2,1 | 2,8 | 2,3 | 2,6 | 2,9 | 3,8 | 3,3 | 2,6 | 3,3 | 2,8 | 13,5 | 11,7 | 4,5 |
| Rio Vermelho | 0,9 | 3,8 | 1,7 | 1,5 | 0,3 | 7,5 | 4,0 | 0,5 | 5,5 | 2,4 | 1,6 | 1 | 3,1 |
| Aragarças | 0,2 | 3,3 | 1,1 | 2,3 | 0,4 | 4,6 | 2,5 | 0,4 | 4,4 | 1,9 | 1,1 | 0,5 | 1,6 |
| Anicuns | 0,7 | 2,0 | 1,1 | 1,7 | 0,4 | 3,9 | 2,2 | 0,6 | 3,7 | 1,8 | 4,5 | 1,4 | 2,7 |
| Vão do Paraná | 0,3 | 1,0 | 0,5 | 2,4 | 0,7 | 2,1 | 1,4 | 1,0 | 2,1 | 1,4 | 1,7 | 0,8 | 1,5 |
| Iporá | 0,1 | 1,8 | 0,6 | 1,1 | 0,3 | 3,1 | 1,7 | 0,2 | 2,9 | 1,2 | 1,1 | 0,6 | 1,4 |
| Chapada dos Veadeiros | 0,5 | 0,6 | 0,5 | 1,7 | 0,7 | 1,4 | 1,1 | 0,6 | 1,6 | 1,0 | 1,5 | 0,6 | 1,1 |
| Metade Norte | 7,0 | 25,4 | 12,2 | 18,9 | 10,7 | 37,9 | 24,5 | 9,4 | 34,4 | 18,8 | 23,5 | 14,2 | 22,3 |
| Metade Sul | 93,0 | 74,6 | 87,8 | 81,1 | 89,3 | 62,1 | 75,5 | 90,6 | 65,6 | 81,2 | 76,5 | 85,8 | 77,7 |
| Total Geral | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborada com dados de BACEN (2013) e Segplan-GO/IMB (2012)

Nota: O Crédito Rural nas atividades Agrícola e Pecuária são a soma do crédito para custeio, investimento e comercialização.

ANEXO 6 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS VALORES APROVADOS PELO FCO

Tabla 11 – Participação percentual dos valores aprovados pelo FCO nas microrregiões e metade Norte e Sul de Goiás - Anos selecionados e acumulado 2000 - 2011.

| Ano/Variável | 2000 | | 2002 | | 2004 | | 2006 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2000 a 2011 | |
|------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor Aprovado | Empregos Gerados | Valor Aprovado | Empregos Gerados | Valor Aprovado | Empregos Gerados | Valor Aprovado | Empregos Gerados | Valor Aprovado | Empregos Gerados | Valor Aprovado | Empregos Gerados | Valor Aprovado | Empregos Gerados | Valor Aprovado | Empregos Gerados |
| Anápolis | 28 | 39 | 11 | 12 | 13 | 14 | 11 | 16 | 9 | 14 | 14 | 11 | 18 | 27 | 14 | 18 |
| Anicuns | 2 | 1 | 0 | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Aragarças | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Catalão | 8 | 6 | 4 | 3 | 3 | 3 | 2 | 4 | 4 | 3 | 12 | 45 | 3 | 3 | 4 | 6 |
| Ceres | 1 | 1 | 3 | 2 | 1 | 2 | 10 | 8 | 10 | 17 | 4 | 2 | 3 | 4 | 4 | 4 |
| Chapada dos Veadeiros | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| Entorno de Brasília | 3 | 2 | 16 | 17 | 4 | 5 | 1 | 1 | 3 | 6 | 1 | 0 | 1 | 0 | 4 | 5 |
| Goiânia | 10 | 8 | 20 | 35 | 15 | 31 | 18 | 33 | 17 | 30 | 19 | 24 | 32 | 36 | 21 | 30 |
| Iporá | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Meia Ponte | 9 | 19 | 8 | 6 | 7 | 5 | 13 | 12 | 14 | 10 | 11 | 7 | 4 | 7 | 9 | 12 |
| Pires do Rio | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 1 | 0 | 3 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 |
| Porangatu | 7 | 6 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 3 | 1 | 5 | 3 | 3 | 2 |
| Quirinópolis | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 5 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 3 | 2 |
| Rio Vermelho | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 |
| São Miguel do Araguaia | 8 | 1 | 3 | 2 | 4 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 4 | 1 | 3 | 2 | 3 | 1 |
| Sudoeste de Goiás | 16 | 12 | 17 | 10 | 23 | 20 | 24 | 13 | 21 | 8 | 19 | 5 | 12 | 10 | 20 | 11 |
| Vale do Rio dos Bois | 2 | 2 | 2 | 2 | 16 | 7 | 8 | 4 | 7 | 2 | 4 | 1 | 7 | 1 | 6 | 3 |
| Vão do Paraná | 0 | 0 | 3 | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 3 | 2 | 1 | 0 | 2 | 0 | 2 | 1 |
| Metade Norte | 20 | 9 | 17 | 13 | 12 | 10 | 16 | 15 | 21 | 25 | 14 | 6 | 17 | 12 | 16 | 12 |
| Metade Sul | 80 | 91 | 83 | 87 | 88 | 90 | 84 | 85 | 79 | 75 | 86 | 94 | 83 | 88 | 84 | 88 |

Fonte: Elaborada com dados da SIC (2011)

Nota: 1) Na coluna os valores somam 100% para as microrregiões e para as metades Norte e Sul; 2) Para 2011 os valores até setembro.

ANEXO 7 – ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS: IDM – GERAL

ANEXO 7

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

GOVERNO DE
GOIÁS

IDM - Índice de Desempenho dos Municípios: IDM - Geral

| Município | Ano | IDM GERAL | IDM Economia | IDM Educação | IDM Infraestrutura | IDM Saúde | IDM Segurança | IDM Trabalho |
|--------------------------|------|-------------|--------------|--------------|--------------------|-----------|---------------|--------------|
| Alto Horizonte | 2012 | 5,38 | 2,82 | 5,58 | 2,98 | 8,06 | 7,84 | 5,00 |
| | 2014 | 5,60 | 3,38 | 6,54 | 3,39 | 6,80 | 8,39 | 5,09 |
| | 2016 | 5,33 | 2,28 | 5,19 | 3,27 | 7,24 | 8,74 | 5,26 |
| Amaralina | 2012 | 3,86 | 1,19 | 3,01 | 0,87 | 6,96 | 9,48 | 1,67 |
| | 2014 | 4,00 | 1,52 | 4,48 | 0,87 | 5,41 | 9,65 | 2,07 |
| | 2016 | 4,46 | 1,44 | 5,63 | 1,04 | 7,91 | 8,19 | 2,56 |
| Bonópolis | 2012 | 4,02 | 1,12 | 4,85 | 1,19 | 5,64 | 9,16 | 2,16 |
| | 2014 | 4,06 | 1,90 | 4,02 | 1,11 | 6,99 | 7,81 | 2,56 |
| | 2016 | 4,64 | 1,90 | 4,74 | 0,99 | 7,59 | 9,82 | 2,82 |
| Campaçu | 2012 | 4,46 | 0,80 | 4,08 | 2,13 | 8,07 | 9,62 | 2,05 |
| | 2014 | 4,79 | 1,42 | 5,58 | 2,27 | 7,91 | 9,49 | 2,06 |
| | 2016 | 4,70 | 1,41 | 4,99 | 2,35 | 8,11 | 8,83 | 2,49 |
| Campinorte | 2012 | 4,43 | 1,39 | 5,15 | 2,93 | 6,81 | 8,49 | 1,80 |
| | 2014 | 4,36 | 1,83 | 5,28 | 3,35 | 7,19 | 6,46 | 2,07 |
| | 2016 | 4,65 | 1,67 | 4,89 | 3,59 | 7,31 | 7,49 | 2,97 |
| Campos Verdes | 2012 | 4,93 | 0,83 | 5,77 | 3,37 | 8,23 | 8,96 | 2,44 |
| | 2014 | 5,03 | 1,31 | 6,68 | 3,79 | 7,55 | 8,90 | 1,93 |
| | 2016 | 5,15 | 1,30 | 6,31 | 3,90 | 7,76 | 9,00 | 2,66 |
| Crixás | 2012 | 4,90 | 1,58 | 6,03 | 2,16 | 8,59 | 6,90 | 4,15 |
| | 2014 | 4,95 | 2,29 | 6,15 | 2,32 | 7,98 | 7,13 | 3,84 |
| | 2016 | 4,68 | 1,68 | 4,72 | 2,39 | 8,36 | 6,94 | 4,01 |
| Estrela do Norte | 2012 | 5,29 | 1,42 | 5,90 | 3,16 | 8,67 | 9,91 | 2,66 |
| | 2014 | 4,50 | 1,55 | 5,98 | 3,22 | 6,44 | 7,79 | 1,99 |
| | 2016 | 4,83 | 1,07 | 5,89 | 3,71 | 8,45 | 7,26 | 2,58 |
| Formoso | 2012 | 4,81 | 0,67 | 4,97 | 3,12 | 8,08 | 9,97 | 2,03 |
| | 2014 | 4,94 | 1,32 | 5,61 | 3,18 | 7,64 | 9,83 | 2,06 |
| | 2016 | 4,90 | 1,46 | 5,32 | 3,35 | 7,59 | 8,98 | 2,72 |
| Mara Rosa | 2012 | 4,75 | 1,55 | 5,95 | 3,97 | 6,69 | 8,34 | 1,99 |
| | 2014 | 4,80 | 2,01 | 5,47 | 4,25 | 6,33 | 8,53 | 2,22 |
| | 2016 | 4,76 | 1,50 | 6,01 | 4,34 | 6,77 | 7,37 | 2,57 |
| Minaçu | 2012 | 4,77 | 1,76 | 5,97 | 2,95 | 6,97 | 8,17 | 2,81 |
| | 2014 | 4,52 | 2,29 | 5,53 | 3,04 | 6,18 | 7,38 | 2,72 |
| | 2016 | 4,52 | 1,82 | 5,91 | 3,03 | 5,50 | 7,03 | 3,84 |
| Montividiu do Norte | 2012 | 4,23 | 0,86 | 4,38 | 0,98 | 7,69 | 9,68 | 1,81 |
| | 2014 | 4,41 | 1,37 | 4,56 | 1,18 | 7,22 | 9,99 | 2,13 |
| | 2016 | 4,24 | 1,29 | 4,36 | 1,20 | 6,74 | 9,26 | 2,59 |
| Mozarlândia | 2012 | 4,51 | 1,25 | 4,72 | 2,47 | 8,00 | 8,13 | 2,52 |
| | 2014 | 4,60 | 1,94 | 5,15 | 2,58 | 6,62 | 8,23 | 3,06 |
| | 2016 | 4,31 | 2,07 | 4,34 | 2,63 | 6,56 | 7,56 | 2,72 |
| Mundo Novo | 2012 | 4,54 | 1,14 | 4,57 | 1,70 | 7,77 | 9,94 | 2,14 |
| | 2014 | 4,52 | 1,49 | 4,60 | 1,87 | 6,83 | 9,89 | 2,47 |
| | 2016 | 4,55 | 1,31 | 4,65 | 1,98 | 8,46 | 8,06 | 2,86 |
| Mutunópolis | 2012 | 4,65 | 1,17 | 5,08 | 2,33 | 7,69 | 9,92 | 1,69 |
| | 2014 | 4,96 | 1,57 | 6,19 | 2,55 | 7,03 | 9,92 | 2,47 |
| | 2016 | 4,47 | 1,46 | 5,69 | 2,59 | 7,44 | 7,32 | 2,30 |
| Niquelândia | 2012 | 4,70 | 1,71 | 5,44 | 2,58 | 8,30 | 7,39 | 2,78 |
| | 2014 | 4,79 | 2,08 | 5,05 | 3,03 | 7,28 | 8,40 | 2,90 |
| | 2016 | 4,62 | 1,55 | 4,96 | 2,94 | 6,85 | 7,79 | 3,60 |
| Nova Crixás | 2012 | 4,48 | 1,38 | 4,25 | 2,52 | 6,95 | 9,45 | 2,32 |
| | 2014 | 4,49 | 2,13 | 3,79 | 2,77 | 6,87 | 8,61 | 2,78 |
| | 2016 | 4,53 | 1,97 | 4,49 | 2,84 | 8,07 | 7,10 | 2,71 |
| Nova Iguaçu de Goiás | 2012 | 4,25 | 0,95 | 5,02 | 2,57 | 6,08 | 9,05 | 1,82 |
| | 2014 | 4,50 | 1,53 | 6,16 | 2,55 | 7,23 | 7,94 | 1,59 |
| | 2016 | 4,62 | 1,20 | 6,39 | 2,56 | 5,82 | 9,30 | 2,47 |
| Novo Planalto | 2012 | 4,04 | 1,16 | 3,48 | 1,95 | 5,73 | 9,82 | 2,09 |
| | 2014 | 4,56 | 1,74 | 5,09 | 2,07 | 6,87 | 9,19 | 2,36 |
| | 2016 | 4,45 | 1,70 | 5,70 | 2,12 | 6,00 | 8,34 | 2,82 |
| Porangatu | 2012 | 4,06 | 1,23 | 4,59 | 3,23 | 6,28 | 6,54 | 2,50 |
| | 2014 | 4,29 | 2,20 | 4,83 | 3,31 | 6,23 | 6,75 | 2,38 |
| | 2016 | 4,23 | 2,01 | 3,94 | 3,36 | 6,22 | 6,50 | 3,35 |
| Santa Tereza de Goiás | 2012 | 4,60 | 0,89 | 4,60 | 3,13 | 7,14 | 9,79 | 2,04 |
| | 2014 | 4,84 | 1,35 | 5,28 | 3,43 | 6,88 | 9,77 | 2,35 |
| | 2016 | 4,61 | 1,22 | 5,07 | 3,64 | 6,77 | 8,09 | 2,86 |
| Santa Terezinha de Goiás | 2012 | 4,33 | 1,10 | 5,44 | 2,11 | 7,62 | 8,05 | 1,66 |
| | 2014 | 4,35 | 1,46 | 5,44 | 2,37 | 6,64 | 8,33 | 1,89 |
| | 2016 | 4,38 | 1,50 | 5,33 | 2,39 | 6,48 | 8,32 | 2,23 |
| São Miguel do Araguaia | 2012 | 4,68 | 1,33 | 4,95 | 3,18 | 8,57 | 7,80 | 2,22 |
| | 2014 | 4,68 | 1,93 | 5,47 | 3,45 | 7,31 | 7,55 | 2,39 |
| | 2016 | 4,58 | 1,81 | 5,91 | 3,52 | 6,93 | 6,38 | 2,91 |
| Trombas | 2012 | 4,66 | 0,98 | 5,14 | 1,97 | 8,31 | 9,96 | 1,62 |
| | 2014 | 4,62 | 1,55 | 5,68 | 1,87 | 8,51 | 9,42 | 0,69 |
| | 2016 | 5,25 | 1,24 | 6,27 | 2,39 | 8,09 | 9,52 | 4,01 |
| Ultrapuru | 2012 | 4,27 | 1,04 | 4,80 | 2,22 | 6,20 | 9,07 | 2,31 |
| | 2014 | 4,47 | 1,37 | 5,34 | 2,38 | 5,63 | 9,48 | 2,62 |
| | 2016 | 4,83 | 0,94 | 5,17 | 2,29 | 7,37 | 9,81 | 3,41 |
| Uruaçu | 2012 | 4,53 | 1,33 | 5,13 | 4,32 | 7,11 | 6,82 | 2,48 |
| | 2014 | 5,05 | 1,96 | 5,63 | 4,83 | 8,05 | 7,46 | 2,36 |
| | 2016 | 5,14 | 1,81 | 5,62 | 5,00 | 8,04 | 6,89 | 3,49 |

Definição(ões):

A dimensão Economia do Índice de Desempenho dos Municípios (IDM-Economia) é calculada por meio de média aritmética simples dos scores padronizados de 0 a 10 das seguintes variáveis: Valor adicionado (renda gerada) do setor agropecuário; Valor Adicionado do setor industrial; Valor Adicionado do setor de serviços; PIB per capita - soma dos bens e serviços finais produzidos no município dividida pelo número de habitantes; Evolução do PIB nos dois anos anteriores - medida de avaliação do crescimento da economia; e Percentual dos recursos próprios do município na composição da receita total - medida de independência financeira/tributária do município.

A dimensão Educação do Índice de Desempenho dos Municípios (IDM-Educação) é calculada por meio de média aritmética simples dos scores padronizados de 0 a 10, entre quatro indicadores referentes aos seguintes aspectos: infraestrutura dos prédios das escolas públicas urbanas (energia elétrica, abastecimento de água, coleta de esgoto e sanitário dentro do prédio escolar); Atendimento educacional da população de 4 a 5 anos (pré-escola); Atendimento educacional da população de 6 a 14

:: I M B - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos ::

anos (ensino fundamental); Atendimento educacional da população de 15 a 17 anos (ensino médio); Professores com formação na disciplina que leciona; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 5º ano do Ensino Fundamental; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 9º ano do Ensino Fundamental.

A dimensão Infraestrutura do Índice de Desempenho dos Municípios (IDM-Infraestrutura) é calculada por meio de média aritmética simples dos scores padronizados de 0 a 10 das variáveis relativas à cobertura dos domicílios pela: Rede de energia elétrica - Percentual de domicílios que tem acesso à rede de energia elétrica; Rede de água - Percentual de domicílios urbanos que tem acesso à rede de água tratada; Rede de esgoto - Percentual de domicílios urbanos que dispõem de escoadouro por meio de rede de esgoto; e Rede de telefonia fixa e internet - Percentual de domicílios que tem acesso à rede de telefonia fixa e internet.

A dimensão Saúde do Índice de Desempenho dos Municípios (IDM-Saúde) foi calculada por meio da média aritmética simples dos scores padronizados de 0 a 10 das seguintes variáveis: Leitos hospitalares da rede SUS por mil hab.; Médicos da rede SUS por mil hab.; Acompanhamento Pré-natal - Percentual de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal; Cobertura do Programa Saúde da Família por 4 mil hab.; Cobertura do Programa Saúde da Família - Saúde Bucal por 3.450 hab.; Mortalidade Infantil - óbitos de crianças menores de 1 ano; Mortalidade por causas externas (acidentes ou violência); e Cobertura vacinal tetravalente- Percentual de crianças vacinadas contra difteria, coqueluche, tétano e haemophilus Influenze tipo b - 3ª dose.

A dimensão Segurança do Índice de Desempenho dos Municípios (IDM-Segurança) foi calculada por meio da média aritmética simples dos scores padronizados de 0 a 10 das variáveis relativas ao número de ocorrências dos seguintes tipos de crimes: Crimes contra a dignidade sexual - ocorrências a cada 100 mil hab.; Crimes contra a pessoa - ocorrências a cada 100 mil hab.; Crimes contra o patrimônio - ocorrências a cada 100 mil hab.; Contravenções penais (porte ilegal de armas, estatuto do desarmamento e posse de drogas para consumo próprio) - ocorrências por 100 mil hab. e Tráfico de drogas - ocorrências a cada 100 mil hab.

A dimensão Trabalho do Índice de Desempenho dos Municípios (IDM-Trabalho) foi calculada por meio de média aritmética simples dos scores padronizados de 0 a 10 das seguintes variáveis: Empregos formais entre a população de 18 a 64 anos - nível de formalização do mercado de trabalho da população em idade ativa; Remuneração média dos trabalhadores - nível de remuneração média do mercado formal de trabalho; Nível de escolaridade dos trabalhadores do mercado formal - trabalhadores com formação de nível médio ou superior; e Variação do número de empregos formais - Evolução dos postos de trabalho formais nos dois últimos anos.

Fonte(s): Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento/Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - Segplan/IMB
Tribunal de Contas dos Municípios -TCM
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC/INEP
Centrais Elétricas de Goiás S/A - CELG
Companhia Hidrelétrica São Patrício - CHESP
Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
Ministério da Saúde/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS
Secretaria de Estado da Saúde - SES
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Justiça - SSPJ
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
Relação Anual das Informações Sociais - RAIS